

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**O SURFE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL - ESTUDO DE CASO NA ILHA DE SANTA
CATARINA, BRASIL, NO PERÍODO DE 1995 A 2005.**

JOÃO MANOEL RIBEIRO FLEXA

Florianópolis, 2007.

JOÃO MANOEL RIBEIRO FLEXA

**O SURFE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL -
ESTUDO DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA, BRASIL, NO PERÍODO DE
1995 A 2005.**

Dissertação de Mestrado submetida à
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
– como requisito para obtenção do Grau de
Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Paulo Henrique Freire Vieira,
Dr.

Florianópolis, 2007.

JOÃO MANOEL RIBEIRO FLEXA

**O SURFE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL -
ESTUDO DE CASO NA ILHA DE SANTA CATARINA, BRASIL, NO PERÍODO DE
1995 A 2005.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM SOCIOLOGIA POLÍTICA (Área de Concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento), e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof^a. Dr^a. Cécile Helene Jeanne Raud Mattedi
Coordenadora do Mestrado

APRESENTADO À BANCA EXAMINADORA, INTEGRADA PELOS PROFESSORES:

Prof. Paulo Henrique Freire Vieira, Dr.
Orientador

Prof^a. Janice Tirelli Ponte de Sousa, Dr^a
UFSC – Membro

Prof. Marcus Polette, Dr.
UNIVALI – Membro

AGRADECIMENTOS

Quero manifestar meus agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma deram a sua colaboração para que o êxito deste trabalho fosse alcançado.

Em especial,

A Deus, origem e continuidade de toda a existência.

Aos meus pais e a toda minha família que, muitas vezes, estando distantes, sempre se fizeram presentes através do amor que tem demonstrado por mim, e a quem declaro também amar.

À Fayga, pelo companheirismo e compreensão dedicados.

Aos meus filhos. Não apenas por amá-los, mas também, por fazerem parte das novas gerações, com as quais, da mesma forma que com as nossas, necessitam urgentemente assumir o compromisso de continuamente criar e recriar condições básicas necessárias à sobrevivência de todas as formas de vida que habitam a Terra.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira, que com muita compreensão e sensibilidade comigo compartilhou de sua experiência e formação como educador e cientista.

Aos membros da banca.

À Albertina e Fátima, plenas de gentileza e compreensão.

Aos meus colegas de trabalho.

Àqueles que me incentivaram a descobrir as possibilidades benéficas que a prática do surfe, sem dúvida, oferece.

RESUMO

Este trabalho constitui um estudo de caso sobre as interfaces entre a prática do surfe e o processo de desenvolvimento turístico urbano da região centro-leste da Ilha de Santa Catarina, no período de 1995 a 2005 – compreendendo o bairro da Lagoa da Conceição, a Praia Mole, a Praia da Joaquina e adjacências. Especificamente, tratou-se de identificar e analisar as ações de setores do poder público, as implicações sócio-ambientais da *indústria do surfe* e a participação das associações de surfe no sistema de gestão dos recursos costeiros. Conclui-se que, no momento, a opção pela exploração das condições naturais favoráveis à prática do surfe e da sua imagem – revestidas pelo apelo de responsabilidade ecológica – como estratégia de desenvolvimento local sustentável, apresenta um caráter ambíguo. Contribui para a reprodução da lógica condicionadora dos processos de degradação sócio-ambiental. Ao mesmo tempo, gera espaços para o fortalecimento de novos atores sociais, caracterizados por atuações que objetivam a adoção de políticas alternativas de gerenciamento que, em alguns momentos, sinalizam identificar-se com a tradição do ecodesenvolvimento. Sendo assim, enfatiza-se que há a necessidade de novas investigações e da reprodução de experiências bem sucedidas, que permitam uma melhor exploração das potencialidades oferecidas pela prática do surfe e pelas atividades que surgem à sua volta, enquanto possíveis vetores de desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: ecodesenvolvimento, turismo, urbanização, surfe, Ilha de Santa Catarina.

ABSTRACT

This study constitutes a case study concerning the interfaces between the practice of surfing and the process of urban tourist development of the central-east region of the Island of Santa Catarina (Ilha de Santa Catarina), the neighborhood of Lagoa da Conceição, Mole Beach, Joaquina Beach, and the adjacent beaches in the period from 1995 to 2005. It specifically deals with identifying and analyzing the actions of the public sector, the socio-environmental implications of the *surfing industry*, and the participation of surfing associations in the managerial system of coastal resources. It concludes that at the moment, the option for exploration of the favorable natural conditions for the practice of surfing and its image – reviewed through the appeal for ecological responsibility – as a strategy for sustainable local development presents an ambiguous characteristic. It contributes to the reproduction of the conditioning logic of the processes of socio-environmental degradation. At the same time, it generates space for the strengthening of new social actors, characterized by performances which seek the adoption of alternative management policies, which in certain instances signal their identification with the tradition of eco-development. That said, this article emphasizes that there is a need for new investigations and for the reproduction of successful experiments, which permit both a better exploration of the potential offered by the practice of surfing and secondary activities which arise as the result of its practice, as well as possible vectors for local sustainable development.

Key-words: eco-development, tourism, urbanization, surfing, Island of Santa Catarina (Ilha de Santa Catarina).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	TRIÂNGULO POLINÉSIO.....	42
FIGURA 2	ONDAS SURFÁVEIS.....	43
FIGURA 3	MAPA DA ILHA DE SANTA CATARINA.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	A Geração dos Resíduos da Indústria do Surfe.....	61
-----------------	---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Fortalecendo Instituições no Nível Local para Interações Transescalares.....	94
-----------------	--	----

LISTA DE SIGLAS

ABRASP	Associação Brasileira de Surfe Profissional
ACSU	Associação Catarinense de Surfe Universitário
ARIP	Aterros de Resíduos Industriais Perigosos
ASAPM	Associação de Surfistas e Amigos da Praia Mole
ASJ	Associação de Surfe da Joaquina
ASP	Associação de Surfe Profissional
CMF	Câmara Municipal de Florianópolis
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FECASURFE	Federação Catarinense de Surfe
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MCQV	Movimento Campeche Qualidade de Vida
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
SANTUR	Santa Catarina Turismo S.A.
SECOVI	Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação do Mercado Imobiliário
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WCT	<i>World Championship Tour</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	PROBLEMÁTICA.....	11
1.2	ENFOQUE ANALÍTICO.....	13
1.3	QUESTÕES NORTEADORAS.....	13
1.4	HIPÓTESE.....	14
1.5	OBJETIVOS.....	14
1.6	JUSTIFICATIVA.....	15
1.7	METODOLOGIA.....	15
1.8	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1	TURISMO E LAZER.....	18
2.2	TURISMO, URBANIZAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.....	19
2.3	A RELAÇÃO TURISMO E PRÁTICA DO SURFE.....	22
2.4	POLÍTICAS ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DE ZONAS COSTEIRAS.....	25
3	O SURFE NO CONTEXTO DO PROJETO TURÍSTICO-URBANO PARA FLORIANÓPOLIS.....	29
3.1	TRAJETÓRIA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO	29
3.2	O CIRCUITO LAGOA-MOLE-JOAQUINA.....	30
3.3	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	34
3.4	A INDÚSTRIA DO SURFE.....	36
3.5	O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE SURFE.....	37
3.5.1	ASJ – Associação de Surfe da Joaquina.....	37
3.5.2	ASAPM – Associação de Surfistas e Amigos da Praia Mole.....	38
3.5.3	ACSU - Associação Catarinense de Surfe Universitário.....	38
3.5.4	Associação Esportiva Cultural Verde Futuro.....	39
3.5.5	ASP – Associação de Surfe Profissional, ABRASP – Associação Brasileira	

	de Surfe Profissional e FECASURFE – Federação Catarinense de Surfe....	39
3.5.6	Associação Ecológica Aliança Nativa.....	40
3.5.7	Aprender.....	41
3.6	SURFE E MEIO AMBIENTE.....	41
4	O JOGO DOS ATORES.....	46
4.1	AS AÇÕES DO SETOR PÚBLICO NO FOMENTO DO SURFE.....	46
4.1.1	O Plano Diretor dos Balneários.....	46
4.1.2	Surfe e Propaganda Política.....	48
4.1.3	A Transformação Urbana da Região da Lagoa.....	49
4.1.4	Novos Atores Político-Institucionais e Antigas Contradições.....	53
4.1.5	O Ônibus do Surfe.....	55
4.2	IMPLICAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DA “INDÚSTRIA DO SURFE”.....	57
4.2.1	A Fabricação de Pranchas.....	60
4.2.2	Os Campeonatos de Surfe.....	64
4.2.3	O Segmento de Surfwear e Acessórios.....	69
4.2.3.1	A <i>Surfwear</i> Despida da Marca, um Têxtil como os Demais.....	69
4.2.3.2	Os Diferenciais da <i>Surfwear</i>	70
4.2.3.3	Os Impactos Sócio-ambientais do Setor Têxtil.....	71
4.2.4	Os Veículos de In(Formação).....	75
4.2.4.1	Os Diários Impressos Locais.....	76
4.2.4.2	As Revistas.....	78
4.2.4.3	Os Audiovisuais e a <i>Internet</i>	79
4.3	O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE SURFE.....	81
4.3.1	A Aproximação com o Movimento Ambientalista.....	82
4.3.2	Conflitos Sócio-ambientais e Gestão Patrimonial de Recursos Costeiros....	87
4.3.3	Novos Atores e Antigas Identidades.....	88
4.3.4	Novos Atores, Novos Níveis de Gestão.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA

Até o início da década de 1960, a cidade de Florianópolis, apesar de ser capital do Estado de Santa Catarina, encontrava-se numa situação de relativo isolamento na região Sul do País. A economia local estava limitada ao setor de serviços, principalmente o comércio, a pesca artesanal e a agricultura familiar, integrados num mercado regional. As primeiras iniciativas voltadas à inserção do Município no contexto nacional foram marcadas pela expansão do sistema viário. As antigas freguesias foram vinculadas ao núcleo urbano, transformando-se em um conjunto de balneários, com alto potencial de desenvolvimento turístico. Tudo isto à custa da injeção de um volume substancial de recursos estaduais e federais (CECCA, 1997a).

À medida que Florianópolis se urbaniza e assume uma identidade de pólo turístico, as sucessivas administrações municipais começaram a se apropriar gradativamente do discurso ecológico. Objetivam, assim, legitimar um projeto baseado na exploração da variada e abundante oferta de recursos naturais encontrados na Ilha de Santa Catarina, configurando um cenário de excepcional beleza paisagística: remanescentes da Mata Atlântica, integradas a extensas planícies costeiras; bacias hidrográficas; sistemas lacustres; dunas; duas baías; e praias limpas voltadas para o mar aberto. Encontrava-se ali, o principal produto que passaria a ser consumido por moradores e turistas brasileiros e estrangeiros (ASSIS, 2000).

O projeto turístico-urbano que passou a ser implantado com a finalidade de atender a uma demanda que dura, em média, dois meses ao ano, (o veraneio) processou-se mediante inversões substanciais de recursos públicos em infra-estrutura básica concentrada nos balneários, em detrimento de áreas críticas onde vive uma população permanente. Por outro lado, a ocupação desordenada dos ecossistemas costeiros vem apresentando sérios riscos de comprometimento irreversível num horizonte de curto prazo.

Como agravante, a ausência de uma política consistente de planejamento e gestão ambiental, alia-se à expectativa de lucros máximos no curto prazo, sem levar em conta as implicações sócio-ambientais dessa trajetória de desenvolvimento (MINGORI, 2001; CÂMARA, 2001; FERREIRA, 1992; FERREIRA, 1998; CECCA, 1997a).

Ainda que a Ilha de Santa Catarina esteja incluída em um projeto econômico de monocultura do turismo, em alguns casos, a ocupação dos seus sítios dá-se de maneira diversificada, gerando arranjos mais ou menos equilibrados entre características dos recursos naturais, das paisagens e das ofertas turísticas. Porém, em maior ou menor intensidade, os “problemas sócio-ambientais”¹ têm sido a tônica da trajetória do desenvolvimento de Florianópolis, a exemplo do que vem ocorrendo no Norte da Ilha. Ali, a condição de balneabilidade de Canasvieiras já está comprometida pela poluição, decorrente da ocupação intensa e desordenada. Em Ingleses, Jurerê e Praia Brava, cujos patrimônios cênicos e os acessos à praia foram obliterados, constata-se a elitização dos frequentadores e a conseqüente exclusão social de uma parcela expressiva da população.

Por sua vez, a costa Centro-leste da Ilha de Santa Catarina, não obstante o fato de ter se consolidado tardiamente como um dos principais pólos de urbanização e afluxo turístico da Ilha no decorrer dos últimos dez anos, destaca-se, atualmente, pelo agravamento de vários problemas sócio-ambientais. Em meio às transformações ocorridas, sobretudo na área correspondente ao bairro da Lagoa e as Praias Mole e Joaquina, emergiu um fenômeno relevante, tendo em vista o planejamento do desenvolvimento de Florianópolis: uma “rede de relações”² tecidas pela prática do surfe.

A partir do momento em que começou a ser praticado em Florianópolis, no final dos anos de 1960, e nos últimos dez anos, uma conjunção de fatores político-institucionais, sócio-econômicos, sócio-culturais e sócio-ecológicos viabilizou a utilização da prática do surfe, como importante vetor de consolidação do desenvolvimento turístico-urbano da Ilha de Santa Catarina. Diante deste quadro, as iniciativas oriundas de vários segmentos sociais, vêm se tornando cada vez mais organizadas, incorporando, inclusive, às suas agendas a questão sócio-ambiental. Todavia, de maneira controvertida e, muitas vezes, conflitiva.

Dessa forma, vem se tornando mais nítida a necessidade de se elucidar, com mais precisão, a complexidade das atividades que envolvem, atualmente, a prática do surfe. Trata-se de evidenciá-las e compreendê-las do ponto de vista dos riscos sócio-ambientais, gerados

¹ A questão ambiental, por sua vez, denota aqui, o fenômeno associado aos desequilíbrios sistêmicos ocasionados pela persistência de padrões reducionistas de regulação da dimensão econômico-política da vida social e pela natureza exponencial das curvas globais de crescimento demográfico. Esses desequilíbrios respondem pelo agravamento tendencial do volume de impactos destrutivos, gerados pela ação antrópica sobre o funcionamento dos sistemas ecossociais, numa escala mais e mais planetarizada e capaz, dessa forma, de comprometer as próprias pré-condições de sobrevivência da espécie (P. H. VIEIRA, 1995).

² A rede sugere uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária e estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios e na vida pública. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação e cooperação. (CARVALHO, 2003).

pela conjunção dos interesses especulativos do setor empresarial, das falhas da regulação governamental e das estratégias de sobrevivência dos setores socialmente excluídos da população.

1.2 ENFOQUE ANALÍTICO

A situação-problema, assim esboçada, foi analisada de uma perspectiva ecológico-política, ou seja, do ponto de vista de uma política ambiental simultaneamente preventiva e pró-ativa, centrada na avaliação interdisciplinar-sistêmica das condições estruturais geradoras de danos e conflitos sócio-ambientais. Desta perspectiva, a ênfase recai, no esforço de se “modificar o campo de visão de gestores e planejadores de forma a permitir a confrontação integrada de tópicos tão diversos quanto os padrões de consumo e estilos de vida, a dinâmica de apropriação, uso e gestão de recursos naturais e do espaço, a inovação tecnológica, a promoção da equidade e a institucionalização da governança, através do planejamento e aplicação de estratégias plurais de harmonização entre as atividades de dinamização socioeconômica e o trabalho de gestão racional do meio ambiente” (P. H. VIEIRA, 1995).

O turismo foi abordado enquanto um fenômeno multifacetado, que envolve motivações e experiências de pessoas, deslocando-se e instalando-se em espaços fora do seu habitat usual. Sua captação adequada no nível de análise teórica pressupõe o reconhecimento de um conjunto interdependente de fatores relacionados à oferta turística (envolvendo desde a infra-estrutura receptiva até os planos de desenvolvimento turístico); à demanda turística (dinâmica estabelecida pelo fluxo de turistas); e às conseqüências (do padrão de interação oferta-demanda) nos subsistemas sócio-econômico, geo-bio-físico, político-institucional e psico-cultural (KRIPPENDORF, 1989).

1.3 QUESTÕES NORTEADORAS

A partir da caracterização da situação-problema e com base no enfoque analítico assim delineado, a pesquisa foi concentrada na busca de respostas às seguintes questões:

- De que maneira a “expansão do surfe” na área pesquisada está vinculada às ações das instituições governamentais, na promoção do desenvolvimento urbano e turístico de Florianópolis?
- Como se articulam as atividades socioeconômicas vinculadas à prática do surfe com este projeto de desenvolvimento turístico-urbano?
- De que forma as associações de surfe têm participado deste processo?
- Que problemas sócio-ambientais têm sido gerados?

1.4 HIPÓTESE

A hipótese norteadora do trabalho assevera que a rede de relações sociais tecida pela prática do surfe na área específica (Lagoa – Praia Mole – Praia da Joaquina), apresenta um caráter ambíguo. Contribui simultaneamente para a reprodução da lógica condicionadora dos processos de degradação sócio-ambiental e para a criação de espaços para o fortalecimento de novos atores sociais, interessados em viabilizar estratégias alternativas de desenvolvimento urbano.

1.5 OBJETIVOS

Pretende-se, portanto, identificar e avaliar a sócio-economia e os problemas sócio-ambientais relacionados à prática do surfe em Florianópolis, num contexto marcado pela hegemonia de uma política de desenvolvimento turístico-urbano com perfil ecologicamente predatório e socialmente excludente.

Mais especificamente, trata-se de identificar e analisar as ações das instituições governamentais, relacionadas ao desenvolvimento do turismo e da urbanização na interface com a prática do surfe, as características da *indústria do surf* e os níveis de participação das associações criadas em torno da prática do surfe, no sistema de gestão dos recursos naturais da região em foco.

1.6 JUSTIFICATIVA

O projeto justifica-se, por um lado, pelo fato de oferecer subsídios para as iniciativas voltadas para o enfrentamento da crise sócio-ambiental no contexto específico do Estado de Santa Catarina. Esta crise decorre das limitações impostas por visões de mundo articuladas e por uma racionalidade predominantemente econômica e tecnocrática, que responde pela degradação crescente dos sistemas de suporte da vida em escala biosférica.

Por outro lado, a prática do surfe tem sido utilizada, cada vez mais, como estratégia de consolidação de projetos de desenvolvimento sócio-econômico, baseados no turismo e supostamente afinados com uma política de desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável.

Muito mais do que uma simples atividade restrita ao uso do tempo livre, o surfe assumiu, no caso de Florianópolis, um importante papel de indutor da dinamização socioeconômica, com repercussões em várias esferas da realidade local. Estas últimas permanecem, até o momento, pouco visíveis para uma significativa parcela da população, possivelmente em razão da veiculação de uma imagem de atividade recreativa predominantemente juvenil. A situação da área em foco oferece inúmeros desafios, do ponto de vista sócio-ambiental. Desta forma, pretende-se desvelar aspectos importantes que influenciam as condições básicas da qualidade de vida das comunidades e da manutenção dos ecossistemas localizados na área selecionada.

Do ângulo teórico-metodológico, a investigação pretende contribuir para a

[...] realização de estudos de viabilidade de estratégias alternativas, baseadas no enfoque de sustentabilidade (Ecodesenvolvimento). Trata-se de um estilo de pesquisa orientada para o aconselhamento científico de processos decisórios em sistemas de gestão local ou comunitária de recursos naturais renováveis (NMD, 2004).

1.7 METODOLOGIA

A partir de uma base de dados quantitativos e qualitativos, coletados de fontes primárias e secundárias, foram identificadas e analisadas algumas inter-relações envolvendo as atividades socioeconômicas, a atuação das associações e os problemas sócio-ambientais

relacionados à prática do surfe em Florianópolis, no contexto de implementação do projeto de desenvolvimento turístico-urbano dos Governos municipal e estadual. A periodização levou em conta o intervalo entre a gênese da prática do surfe na Ilha de Santa Catarina, no final da década de 1960, e a atualidade, com ênfase nos últimos dez anos, quando houve um significativo adensamento do surfe e de atividades correlatas. O espaço analisado inscreve-se na área composta pelo Bairro da Lagoa e pelas Praias da Joaquina e Mole, cujos limites coincidem com os do Distrito Municipal da Lagoa da Conceição.

A coleta de dados foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu na elaboração do mapeamento das atividades relacionadas à indústria do surfe. Em seguida, procedeu-se a visitas às empresas identificadas, visando obter informações com base num roteiro previamente elaborado de entrevistas semi-estruturadas.

O plano de coleta de dados primários contemplou também a realização de entrevistas semi-estruturadas, gravadas em aparelho de áudio, com dois representantes do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, um representante do Núcleo de Transportes da Capital e um representante da Associação Catarinense de Surf Universitário (ACSU).

Por sua vez, as informações secundárias foram extraídas de amplo acervo bibliográfico que, em primeira instância, contemplou a produção teórica dos autores envolvidos com a trajetória da questão ambiental. As demais informações foram obtidas a partir das fontes infra-relacionadas:

- dados estatísticos e indicadores de órgãos oficiais nacionais e internacionais, como ONU, OIT, IBGE, EMBRATUR, SANTUR e Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- informações documentais das várias instâncias do poder público como Câmara de Vereadores de Florianópolis, Ministério Público Estadual de Santa Catarina, IPUF, IBAMA, FATMA, FECASURF, como leis, estatutos, regulamentos, atas e outras formas de documentação;
- documentos existentes em organizações não-governamentais que atuam na região em foco;
- pesquisas de mercado sobre a indústria do surfe; e
- artigos publicados em jornais, revistas e sítios eletrônicos localizados na WEB.

O processamento dos dados coletados foi realizado mediante análise de conteúdo (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Esta técnica considera a frequência do aparecimento de certas variáveis, em correlação com o contexto estudado. No tocante às informações qualitativas, o mesmo método orienta-se pela ausência ou presença, de características ou

modos, segundo os quais, os elementos dos discursos que compõem as fontes de informação estão articulados entre si. Segundo os mesmos autores, este método tem sido freqüentemente aplicado na pesquisa social, pelo fato de permitir ao nível dos objetivos da investigação “a análise de estratégias, do que está em jogo num conflito, dos componentes de uma situação problemática, das interpretações de um acontecimento, das reacções latentes a uma decisão, do impacto de uma medida [...]”, submetidas à proposta teórico-metodológica adotada.

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro refere-se à introdução. O segundo oferece uma síntese da revisão da literatura pertinente. No terceiro capítulo pode ser encontrada uma síntese das perspectivas abertas ao turismo e à urbanização pela intensificação das práticas do surfe, sobretudo na área em foco. O quarto capítulo contempla uma análise explicativa da trajetória descrita no capítulo anterior. Nas considerações finais foi incluída a indicação de pistas de pesquisa e cenários alternativos de desenvolvimento, associados ao fortalecimento de uma versão ecológica e socialmente sustentável da prática do surfe no litoral catarinense.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O fenômeno do turismo tem ocupado, gradativamente, um lugar de destaque em algumas áreas do conhecimento científico, como a Sociologia, a Economia, a História, a Geografia e a Antropologia, mas a ênfase recai nas Ciências Econômicas, em razão da sua importância na formulação de estratégias de desenvolvimento. O turismo constitui um fenômeno multidimensional e apresenta uma dinâmica sistêmica que se processa em diferentes escalas, da local à planetária. Sua gestão deve levar em conta as dimensões espacial, sócio-cultural, socioeconômica, sócio-política e sócio-ambiental das estratégias de desenvolvimento (CÂMARA, 2001).

A condição básica da atividade turística – o deslocamento espacial – emerge no período de consolidação da prática do *Grand Tour*, durante o séc. XVIII: uma viagem com duração que variava de seis meses a um ano e meio, com a finalidade de formar, pessoalmente, homens jovens, membros da aristocracia, a qual valorizava a erudição. A assimilação deste hábito entre as classes burguesas foi favorecida pela edição dos primeiros guias de viagem, e pela criação de novos meios de transporte, serviços de hospedagem e alimentação (ROCHA, 2001).

2.1 TURISMO E LAZER

O surgimento do fenômeno do lazer é considerado uma consequência da ampliação gradual dos intervalos de tempo livre entre as atividades produtivas nas modernas sociedades industriais, sendo um requisito essencial para a consolidação da atividade turística. A disseminação das práticas do lazer por meio de viagens deu origem a destinos específicos, com finalidades também terapêuticas e higienistas de fuga dos grandes centros industriais poluídos, como Londres no final do século XIX. Isto incluía as regiões litorâneas para o banho de mar e, também, as de montanha, em razão do clima mais ameno. Vale frisar que, desde então, aqueles núcleos de recepção desenvolveram-se à margem dos estilos de vida locais (CORBIN, 1996; BOYER, 1996 *apud* FERREIRA, 2003).

A partir da metade do séc. XX, as políticas de pleno emprego, em um contexto social de elevação dos padrões de consumo, com leis trabalhistas e reduções da carga horária; acesso

à aposentadoria garantida; férias anuais; licenças e vantagens funcionais; resultados do estabelecimento do Estado de Bem-estar social contribuíram para a massificação do turismo na Europa e nos EUA. O desenvolvimento dos meios de comunicação, a urbanização, infraestrutura e o *marketing* influenciaram também esta dinâmica (CÂMARA, 2001; ROCHA, 2001).

Entretanto, a relação entre a diminuição de tempo de trabalho e o aumento do tempo de consumo de lazer não assume a mesma proporção em países pobres e ricos e entre as classes pobres e as classes abastadas dos países pobres. Enquanto para os privilegiados o tempo livre assume a condição de produto a ser consumido mediante atividades de lazer e, recentemente, de turismo, para os pobres converte-se em tempo de desemprego (FERREIRA, 2003). Neste sentido, Rocha (2001) comparou a tendência da diminuição das jornadas de trabalho dos países da Europa Ocidental e do Brasil. Neste último, os trabalhadores são submetidos a longas jornadas de trabalho e baixas remunerações, com ameaças permanentes de desemprego. As opções de turismo são reservadas, sobretudo às classes média e alta.

A ocorrência de uma efetiva massificação do turismo nos últimos decênios do séc. XX, ao contrário do que se esperava, reflete o desbalanceamento estrutural entre as várias regiões do planeta. Dados da Organização Mundial do Turismo (1995) revelam uma concentração espacial da atividade nos continentes europeu e norte-americano, da ordem 80% (BOYER, 1996 apud ROCHA, 2001). Não obstante, as projeções para o próximo século indicam o turismo como a principal atividade econômica a ser estimulada. Em uma análise sobre o crescimento deste setor no mundo, Rocha (2001) demonstra que o fluxo turístico internacional apresentava, em 1950, 25 milhões de chegadas, elevando-se a 528 milhões em 1994 e 625 milhões em 1998, com projeções de 661 milhões para o ano 2000 e de 937 milhões para o ano de 2010.

2.2 TURISMO, URBANIZAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

No bojo dos debates internacionais, a respeito da crise sócio-ambiental, que alertam para os riscos do desenvolvimento econômico socialmente excludente e ecologicamente predatório, no final da década de 1960, a atividade turística surge como uma espécie de panacéia destinada a salvar as economias do Terceiro Mundo. Ela tem sido recomendada por agentes privados e públicos, amparados na suposta funcionalidade de sua classificação

setorial de indústria não poluente (CÂMARA, 2001; KRIPPENDORF, 1989). Configura-se, assim, um cenário em que se percebe a emergência de atores públicos e privados que insistem em consolidar políticas de desenvolvimento, a partir de um padrão imitativo, face à experiência consagrada nas sociedades afluentes.

A criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) na década de 1960 expressa, de forma exemplar, um significativo arranque da participação do Estado brasileiro como principal agente planejador e de fomento da atividade turística no país. Tratava-se de estimular a exploração do potencial econômico oferecido pela diversidade de recursos naturais, no contexto desenvolvimentista nacional, por meio das seguintes iniciativas: (1) articulação de uma rede urbana concentrada nas capitais mais próximas ao litoral, por meio da expansão da malha rodoviária; (2) expansão da indústria automobilística (transporte individual); (3) formação de novas camadas médias urbanas; e (4) incentivos fiscais para a instalação de empreendimentos hoteleiros ligados a redes internacionais (CÂMARA, 2001; FERREIRA 1993).

A incorporação do discurso ambiental pela indústria do turismo tem gerado polêmicas e conflitos, demonstrando o seu caráter ambíguo. Ao mesmo tempo em que se defende a necessidade de lugares preservados ou com atrativos naturais para sua realização, evidencia-se uma série de impasses relacionados à gestão de problemas recorrentes como o aprofundamento da poluição, a ocupação desordenada do território e a desestruturação de comunidades tradicionais, entre outros.

Persiste, assim, o conflito entre a busca de conservação da qualidade do meio ambiente e a hegemonia dos interesses do setor econômico no esforço de gestão (ASSIS, 2000; CÂMARA, 2001). Krippendorf (1989) é enfático ao afirmar que, até o momento, não se tem conseguido ultrapassar o nível do discurso, já que

[...] na teoria, são todos unânimes: como linha de pensamento, o turismo social e ecologicamente responsável é evidente e altamente desejável. Na prática, porém, ele se arrisca, por falta de ações abrangentes e conseqüentes, a degenerar em uma fórmula vazia, em um acionismo verbal, em um mero argumento de venda.

Levando-se em consideração um leque diversificado de fatores, tem-se constatado que, em referência aos setores do lazer e de viagens, os custos assumidos pela sociedade colocam em xeque os benefícios alcançados. Na maioria das zonas de lazer foi criado um mercado de construção civil estreitamente vinculado ao turismo de massa. Isto inclui, sobretudo, as regiões costeiras, operando com base numa lógica de especulação imobiliária. Além disso, a

taxa de ocupação da infra-estrutura hoteleira existente é sazonal, mantendo uma curva irregular de ano para ano. As paisagens perdem, a cada dia, um pouco mais da sua atratividade. A busca de lucros no curto prazo contrasta nitidamente com a promoção dos interesses coletivos e de uma ética da transmissão intergeracional do patrimônio natural e cultural (FERREIRA, 1992; KRIPPENDORF, 1989).

As pressões exercidas pelo processo de urbanização desordenada, sobretudo nos pequenos e médios Municípios litorâneos, que tem assumido identidades turísticas imitativas do padrão de ocupação espacial das grandes aglomerações urbanas têm favorecido a reprodução de problemas que antes eram restritos àquelas regiões. Destaca-se um intenso fluxo migratório, reforçado pela busca de melhor qualidade de vida. Esta última é caracterizada pelo acesso a emprego e renda acima da média dos locais de origem, e por um melhor padrão de consumo de bens coletivos como escolas, hospitais, transportes e infraestrutura urbana. Muitas vezes, a esperança de alcançar melhores condições de vida transforma-se em mito, diante do agravamento da marginalidade e da segregação social. Além das repercussões sociais negativas, evidenciam-se diversos impactos ambientais, a exemplo da poluição dos recursos hídricos, do desmatamento, da ocupação de áreas de conservação e da destruição de mangues (GUERINI, 2000).

Mesmo concordando com o peso das evidências sobre as conseqüências decorrentes da disseminação descontrolada do modelo turístico-urbano predominante, muitos autores insistem em reconhecer que esta atividade pode se tornar social e ecologicamente sustentável. Ressaltam o volume de pessoas que mobiliza, bem como os contatos que promove entre realidades e costumes, fatores estes que podem contribuir para a consolidação de uma “cultura de paz”. Mesmo porque, sua “matéria prima” é constituída pelos recursos ambientais e culturais das comunidades em que se estabelece. De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo, o setor turístico é o segundo em investimentos no mundo, tendo sido responsável pela movimentação de 699 milhões de pessoas ao redor do planeta durante o ano de 2001. Dessa forma, torna-se estratégico o compromisso da atividade turística com o desenvolvimento sustentável (SWARBROOKE, 2000).

A hipótese de que o turismo vem levando em conta a questão da sustentabilidade, baseia-se no argumento de que um número crescente de publicações dedicadas ao tema, assim como declarações endossadas nos últimos anos (dentre as quais se destaca a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável”), indicam áreas prioritárias para a implementação de programas e procedimentos dirigidos a governos e representações das organizações da indústria turística.

Além disso, o “Código Mundial de Ética para o Turismo”, coloca em destaque esse desafio. A primeira evidência nesse sentido diz respeito ao aumento do interesse pelo turismo em regiões economicamente deprimidas, mas que dispõem de um patrimônio cultural e natural importante. Aqui, o ponto central é o cuidado para que a atividade turística não contribua para a exclusão social, degradação ambiental e descaracterização da cultura local. A outra é a reflexão sobre novos padrões de consumo e desenvolvimento do setor, cuja expectativa é a triplicação do volume de viagens internacionais no período 2002-2020 (KRIPPENDORF, 1989).

Importante ainda acentuar algumas iniciativas pontuais, visando garantir as condições mínimas necessárias para que a atividade turística respeite, efetivamente, os interesses da coletividade, com destaque para o conceito de *turismo inclusivo*. Esta idéia parte do princípio de que o estímulo à criação de estratégias alternativas de desenvolvimento turístico deve levar em conta os riscos de um afluxo descontrolado de visitantes. Além disso, não deveria assumir um caráter exclusivista, criando prioritariamente oportunidades para que as populações nativas convertam-se em efetivos agentes da atividade em níveis locais, a exemplo do Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande/RJ (BNDES/FUJB, 2004).

Mesmo que os projetos de implantação da atividade turística tenham, muitas vezes, se apresentado de forma duvidosa, pelo fato de serem vistos como única opção de revitalização de muitas comunidades, em escalas que variam de simples povoados a pequenas cidades, deve-se considerar que a estagnação econômica destas regiões, sobretudo as rurais, continua sendo um importante fator de aumento da pressão populacional sobre as regiões costeiras. Evidencia-se, assim, a necessidade de programas e políticas que viabilizem a sustentabilidade das configurações rural-urbanas nessas regiões.

2.3 A RELAÇÃO TURISMO E PRÁTICA DO SURFE

Originária de sociedades tradicionais Polinésias há pelo menos 1200 anos, após ter sido quase extinta, a prática do surfe expandiu-se em grande medida no bojo do desenvolvimento turístico. Resgatadas suas raízes na transformação do arquipélago do Havaí em destino de turistas norte-americanos no início do século passado, converteu-se, por sua vez, no grande atrativo daquelas ilhas tropicais localizadas no Pacífico Norte. Difundido através do cinema norte-americano, principalmente a partir da década de 1960, tornou-se o

centro de gravidade de uma diversificada indústria na Califórnia, EUA. (KAMPION; BROWN, 2003).

Embora tenha chegado ao Brasil já elitizado, as evidências disponíveis sugerem que o surfe se transformou no segundo “esporte” de massa do País. O envolvimento de aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) de adeptos (ACIOLI, 2002), vem sendo favorecido pelas características geográficas, com seus 8.000 quilômetros de litoral atlântico. Popularizou-se, inclusive, entre as novas gerações das comunidades tradicionais das regiões costeiras, que gradativamente têm incorporado esta modalidade de interação com o meio-ambiente biofísico. Tal fato criou oportunidades para a superação da condição de atividade de lazer restrita a camadas sociais privilegiadas, mediante a valoração do seu caráter competitivo e comercial, principalmente, em razão dos horizontes de ascensão socioeconômica oferecidas por uma bem sucedida carreira de surfista profissional.

Parece que o desporto do surf está a crescer em direção a um maior nível de reconhecimento pelas pessoas, não tão ligadas ao mundo do surf em si, mas ao dos negócios, onde a publicidade é um dos factores-chave para o êxito. Sinceramente, não me importava de levar para casa 7000 dólares por acabar em oitavo lugar num torneio de surf, comercialmente organizado e patrocinado. É muito melhor do que abrir valas ou conduzir um camião [sic] de mel. (Bill Hamilton, surfista profissional pioneiro em entrevista para a revista Surfer, 1971, in: KAMPION; BROWN, 2003).

Introduzido no Brasil durante a década de 1940, o surfe assume a condição de esporte competitivo, com a organização dos primeiros torneios no final de 1960, no Rio de Janeiro. A partir daí, começa a atrair a atenção da população. Isto se reflete no aumento de praticantes e no interesse publicitário que desperta em diversas empresas, dando início assim, à atual indústria nacional do surfe. Reforçando este perfil, a prática do surfe na Ilha de Santa Catarina encontra-se intimamente associada ao turismo. Após sua emergência no final dos anos 60, não tardou a ser incorporada ao projeto de desenvolvimento local em implantação, por meio do incentivo governamental à organização de campeonatos internacionais (MARTINS, 1995).

As pesquisas sobre a prática do surfe na UFSC – nos níveis de graduação e pós-graduação - remontam à década de 1990. Neste período, a atividade sofreu significativa expansão em Florianópolis. Vários trabalhos podem ser encontrados em programas de Pós-graduação e cursos de graduação. Em relação ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do qual esta investigação faz parte, figura apenas acessoriamente em algumas produções que tem a Ilha de Santa Catarina como palco. Indiferente ao fato de ocupar ou não o centro das discussões, as referências ao surfe têm sido feitas do ponto de vista das

transformações sócio-ambientais que tem caracterizado a costa Centro-leste da Ilha de Santa Catarina.

As transformações decorrentes da implementação de políticas de desenvolvimento baseadas no turismo conduzem, segundo Martins (1995), a uma discussão sobre o ideário da “modernização”, implícito no discurso dos agentes públicos, visando inserir Florianópolis no mercado turístico internacional. Em meio à análise das mudanças induzidas por esta diretriz, o autor chama a atenção para a importância da prática do surfe na trajetória de vida dos jovens. Ressalta, também, os aspectos sociais e econômicos dessa inovação, insistindo na percepção de que a difusão do surfe passou a ser utilizada também como estratégia de promoção turística da cidade, por parte do Poder Público.

Mais recentemente, dentre os diversos trabalhos científicos que enfocam a região compreendida pela Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição, na qual as Praias Mole e Joaquina estão inseridas, a prática do surfe figura como tema central. De acordo com Gorayeb (2003), no contexto das pressões antrópicas sofridas pelos ecossistemas costeiros, o surfe pode atuar como fator de mobilização comunitária em torno da construção de um novo estilo de desenvolvimento para o Município. A análise tem como ponto de partida a organização social e política de praticantes de surfe, representada pela Associação dos Surfistas e Amigos da Praia Mole. A meta seria atuar de forma participativa junto ao Comitê de Gestão da Bacia Hidrográfica e, também, na gestão dos campeonatos de surfe, eventos que, a cada ano, vêm desempenhando um papel de destaque no calendário turístico da cidade de Florianópolis.

Por sua vez, a preocupação de Souza (2003) gira em torno da crescente presença feminina em meio ao universo de prática do surfe, até há pouco tempo, ocupado quase que exclusivamente pela população masculina. Considerando as questões de gênero como um fator importante na construção da sustentabilidade, a breve incursão neste campo das Ciências Sociais tem como objetivo demonstrar apenas a complexidade da problemática do surfe na região estudada. Mais uma vez, o recorte geográfico escolhido foi a Lagoa da Conceição e a Praia Mole, com acréscimo da Praia da Barra da Lagoa, entendida como lugares, no qual o surfe desponta como um elemento importante. Desta forma, repercute no contraste do modo de vida local com outros rincões da Ilha, inclusive como uma consequência direta das características ambientais da região, praias de mar aberto, mais expostas à ação dos ventos e propícias à formação de ondas, onde as águas geralmente apresentam temperaturas mais baixas.

Uma investigação que se pode considerar, em muitos pontos, afinada com preceitos básicos do enfoque de ecodesenvolvimento, trata de processos alternativos de transformação

ecotecnológica da natureza. Grijó (2004) apresenta uma proposta que pode ser considerada como uma possível solução para um problema sócio-ambiental atribuído à indústria do surfe, e que já se arrasta por trinta anos. Trata-se da possibilidade de criar um modelo referencial de manejo, recuperação, tratamento e destinação de resíduos de materiais utilizados na produção de pranchas de surfe.

Ao abranger o conceito de saúde, Steinman (2003) abre espaço para o debate sobre a prática do surfe como um possível campo de interesse da ecologia humana. O trabalho contempla muitos aspectos que podem ser entendidos como característicos de um determinado estilo de vida.

A percepção da prática do surfe como um importante componente incorporado ao ecossistema Lagoa-Joaquina-Mole pode ser também encontrada em Alexandre (1999), Frank (2002) e Kuhnen (2001). Um dos principais pontos de convergência entre os autores citados é a dinâmica conflitiva que envolve o uso dos recursos naturais renováveis integrantes da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição. Neste contexto, mais uma vez os praticantes de surfe são referências em razão do nível já alcançado de organização política, por meio da representação formal que possuem junto ao Comitê de Gerenciamento da Lagoa da Conceição. Este último foi constituído visando promover a gestão integrada e participativa dos usos dos recursos naturais em foco, num contexto marcado pela densidade de organizações da sociedade civil, cujas ações tem “como pano de fundo a luta contra a urbanização selvagem, por melhores níveis de qualidade de vida e por uma cidade diferente” (KUHNNEN, 2001).

2.4 POLÍTICAS ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DE ZONAS COSTEIRAS

A preocupação com questões relativas aos custos sociais e ambientais da ideologia materialista-consumista, a partir do final dos anos 1960, constitui um indicador da crise ecológica contemporânea e que culminaria na I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. A “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson tornou-se, neste sentido, um importante marco precursor, ao colocar em xeque o modelo desenvolvimentista dos países centrais, visto como condicionante estrutural desta problemática planetária do meio ambiente (RIBEIRO, 2000).

Enquanto o Brasil, dentre outros países em desenvolvimento, entrava numa rota ascendente de crescimento econômico a qualquer custo, os países ricos iniciavam a busca de soluções possíveis para a crise. As primeiras evidências de um possível esgotamento dos recursos naturais indicavam com maior nitidez a necessidade de se limitar o crescimento econômico e populacional (MEADOWS, 1972).

Durante a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, concluiu-se que o desenvolvimento deveria ser tratado como uma problemática composta por múltiplas variáveis interdependentes. Naquela oportunidade, Maurice Strong utilizou, pela primeira vez, o termo que passaria a representar, como assinala Sachs (1993): “uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou ecodesenvolvimento”. Em linhas gerais, uma tradição de pesquisa e intervenção, fundamentada no esforço de sistematização gradativa do enfoque centrado no planejamento e na gestão integrada e participativa do meio ambiente. (P. H. VIEIRA, 1998).

Por sua vez, o Simpósio em Cocoyoc, realizado em 1974, evidenciou a relação entre crise ambiental, exclusão social e degradação das condições de vida nos países pobres. Encorajou, assim, uma discussão mais aprofundada sobre a reestruturação dos padrões de produção e consumo dos países industrializados e dos subdesenvolvidos (SACHS, 1986a; VIOLA, 1995).

Na trajetória do caminho aberto pela Conferência de Estocolmo, emergiram novos conceitos, que contribuíram para a maturação deste enfoque. Vinte anos mais tarde, a noção de desenvolvimento sustentável, expressa no Relatório Brundtland, esteve no centro das atenções dos participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente do Rio de Janeiro, em 1992. O novo conceito apontava a expansão do conhecimento sobre o funcionamento da biosfera e sobre conflitos relacionados à apropriação de recursos de uso comum no nível global. Tornou-se, também mais nítido, o progresso alcançado na institucionalização dos diferentes instrumentos de gestão sócio-ambiental (SACHS, 1993).

Segundo Sachs (1986a e 1993), o ecodesenvolvimento pode ser visto como um enfoque de planejamento e gestão integrada e participativa, que se apóia nos seguintes postulados normativos (SACHS, 1993):

- a) Sustentabilidade Social – orientada para um estilo de desenvolvimento equitativo na distribuição de bens (materiais e intangíveis), necessários à manutenção das condições de vida da população mundial;

- b) Sustentabilidade Econômica – a ser viabilizada por uma melhor utilização dos recursos, sem desconsiderar uma reorganização da economia mundial que permita mecanismos de trocas mais favoráveis entre os países. Trata-se de superar a racionalidade econômica empresarial, com viés predominantemente mercadológico, para abrir o campo de pesquisa sobre novos critérios de eficiência, baseados na problemática sócio-ambiental;
- c) Sustentabilidade Ecológica – no sentido da prudência no uso dos recursos ambientais, visando reduzir ao máximo possível os impactos destrutivos sobre os sistemas sócio-ambientais. Prescreve-se a valorização de recursos renováveis, promovendo-se a conservação e reciclagem por meio da autolimitação do consumo de materiais, inclusive pelos países ricos, em concomitância à prospecção de novas tecnologias mais eficientes e com baixo nível de rejeitos, amparados em instrumentos legal-institucionais;
- d) Sustentabilidade Espacial – no sentido da implementação de políticas de reordenamento territorial com objetivo de restabelecer novas configurações rural-urbanas, mais equilibradas, por meio de uma redistribuição das atividades produtivas e dos assentamentos humanos que possam valorizar as potencialidades sócio-ambientais de cada região específica;
- e) Sustentabilidade Cultural – implica na valorização da diversidade, vista como uma das principais ferramentas para um desenvolvimento endógeno, caracterizado pelo uso do conhecimento tradicional das populações locais e pela busca de determinação e empoderamento das comunidades locais; e
- f) Sustentabilidade Política – no sentido da radicalização do conceito de democracia, da universalização dos direitos humanos, de maneira que se possa dar suporte à consolidação de um Estado com capacidade para a concretização de um projeto nacional estratégico.

Mesmo diante dos compromissos internacionais assumidos durante a realização da CNUMAD 92, da qual resultou, a *Agenda 21*, tem-se constatado a permanência de um cenário de dificuldades impostas à assimilação e aplicação dos critérios que norteiam o processual conceito de desenvolvimento sustentável. Este último reveste-se de um estatuto controvertido. Um exemplo claro é a concepção do Banco Mundial, que acentua a dimensão dos níveis de rentabilidade e retorno dos investimentos, levando à impressão de que as soluções propostas,

tributárias da teoria econômica neoclássica, não estão à altura dos desafios sistêmicos colocados pela crise global do meio ambiente (VIEIRA; WEBER, 2002).

Diante desta situação, a noção de Gestão Patrimonial de Recursos de Uso Comum é considerada como uma das variáveis centrais do enfoque ecodesenvolvimentista. Essencialmente relacionada às modalidades específicas de uso “daquilo que não pertence a ninguém e/ou atravessa a propriedade” (VIEIRA; WEBER, 2002), baseia-se no conceito de “modo de apropriação do patrimônio natural”, a exemplo das florestas, das águas continentais e marinhas, da atmosfera, da fauna selvagem e da biodiversidade.

As opções de normas e regras a serem instituídas, visando à regulação dos usos dos recursos naturais de uso comum no longo prazo, encontram-se, assim, no cerne da problemática relativa aos conflitos sócio-ambientais. Trata-se de relações de tensão entre interesses coletivos e privados, relativos aos modos de apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural, a serem instituídos em diferentes contextos ecossociais (VIEIRA; WEBER, 2002; RIBEIRO, 2000 apud FABIANO, 2004).

A possibilidade de um esforço criador e da abertura de vias alternativas para a resolução das questões sócio-ambientais que não encontram eficácia no mercado e na ação do poder público, com um melhor aproveitamento das margens de liberdade oferecidas pelo meio-ambiente, repousa na criação de sistemas de gestão, onde passam a ser enfocados os interesses diversificados de vários atores sociais. A ênfase recai no desenho de estratégias de desenvolvimento territorial endógeno, que privilegia a lógica das necessidades básicas do conjunto da população e a transmissão intergeracional da qualidade dos recursos e dos habitats (VIEIRA; WEBER, 2002).

3 O SURFE NO CONTEXTO DO PROJETO TURÍSTICO-URBANO PARA FLORIANÓPOLIS

Atualmente a “vocação turística” da Ilha de Santa Catarina tornou-se quase um lugar-comum, apesar da constatação de que a disseminação desta imagem constitui um fenômeno relativamente recente. Dentre o diversificado conjunto de recursos naturais existentes na Ilha, as praias ocupam um lugar de destaque. Entretanto, deixaram de ser vistas como áreas de depósito de dejetos somente a partir dos anos 1920. Daí em diante, passou a desempenhar um importante papel de fomento à sociabilidade e   distinção social para as elites urbanas, dando início às transformações das regiões que originariamente só eram ocupadas por comunidades de pescadores (FERREIRA, 1998; ROCHA, 2001).

A institucionalização do banho de mar foi o primeiro passo no sentido da urbanização das regiões costeiras. A abertura de estradas em direção ao interior da Ilha, partindo do núcleo central da cidade, permitiu, inicialmente, a ocupação ao longo das praias das Baías Norte e Sul, estendendo-se, por fim, às regiões oceânicas do Norte, Centro-norte (Lagoa da Conceição e adjacências), e Sul, respectivamente (FERREIRA, 1998).

A defesa da atividade turística pelo discurso governamental, com a finalidade de transformar Florianópolis em uma cidade cosmopolita, conferindo-lhe novos traçados urbanos como marca de progresso, contextualiza-se na febre desenvolvimentista nacional dos anos 60, relacionada ao processo de modernização do País (ASSIS, 2000). O turismo, visto como atividade econômica passou a ser estimulado na década de 70 com a criação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), destinada a financiar empreendimentos como hotéis, serviços, restaurantes e infra-estrutura urbana básica (FERREIRA, 1992; FERREIRA, 1998).

3.1 TRAJETÓRIA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Segundo Ferreira (1992), o desenvolvimento turístico-urbano de Florianópolis passou por três etapas distintas. Durante a década de 1970, inicia-se o processo de parcelamento do solo, com vistas à construção de residências secundárias, destinadas ao veraneio das elites urbanas. A segunda fase é marcada por uma intensificação da ocupação da costa Norte da Ilha, no decorrer da década de 1980. Com o aumento do fluxo turístico surgem as primeiras

evidências de escassez de infra-estrutura para o atendimento às necessidades básicas da população. Simultaneamente à assimilação do conceito de “vocação turística” da Ilha, emergem os conflitos decorrentes da precariza o das condi oes de sobrevivência das tradicionais comunidades litorâneas. Finalmente, a partir dos anos 90, novos atores econ micos entram em cena. A tendência   centrada na qualifica o da oferta, mediante a instala o de empreendimentos de grande porte, que promovem a elitiza o do turismo. Procura-se uma redefini o da explora o da paisagem, no sentido de se evitar um avanço da massifica o e do esgotamento da infra-estrutura já instalada. Por outro lado, há um aprofundamento do processo de exclusão da popula o nativa.

Para Fantin (2000), o momento atual é caracterizado pela consolida o do projeto turístico-urbano como op o para o desenvolvimento da parte insular de Florianópolis. A autora avalia que os debates e conflitos que, na atualidade movimentam os habitantes, sempre considerados o âmbito do turismo e da urbaniza o, giram em torno do modelo de cidade (metrópole ou porte médio?) a ser escolhido. Aqui, a preocupa o com o já avançado estágio de degrada o sócio-ambiental   central, haja vista a frágil e limitada condi o geográfica de sua maior parte estar localizada em uma ilha (CECCA, 1997a).

3.2 O CIRCUITO LAGOA-MOLE-JOAQUINA

A referência espacial utilizada neste trabalho   a região que compreende o bairro e balneário da Lagoa da Concei o, conhecido também como Lagoa (denomina o que se passa a adotar), as Praias da Joaquina e Mole e adjacências, os quais fazem parte da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Concei o. Segundo o Catálogo de Mapas Digitais da Ilha de Santa Catarina (ORTH, 2000) as,

UEPs são unidades espaciais para fins de levantamento estatístico e planejamento em geral, definidas segundo os melhores critérios disponíveis. Atualmente existem 129 UEPs , incluindo a parte continental do município de Florianópolis. Segundo o IPUF, adotaram-se como critérios básicos para defini o das UEPs os limites das microbacias hidrográficas, os rios e áreas urbanizáveis não superiores a 4,5 km², considerando ainda os limites dos setores censitários, são importantes para a organiza o de bancos de dados georeferenciados.

É importante enfatizar que todas as fontes de informações consultadas insistiram em destacar o bairro da Lagoa, como a região de maior concentração de infra-estrutura turístico-urbana da Ilha de Santa Catarina considerada favorável à prática do surfe.

A Lagoa da Conceição disputa com a Ponte Hercílio Luz a condição de principal cartão postal da cidade. Apesar de não ter ondas, ela é o lugar onde mora a maioria dos surfistas. Quem procura diversão e arte não pode perder a Lagoa de vista. Ao seu redor ficam as melhores praias para o surf (GUIA FLORIPA, 2006).

A região correspondente à Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição tornou-se atualmente um dos principais centros de gravidade do conflitivo processo de desenvolvimento turístico-urbano da Ilha. Trata-se de um espaço em que atuam diversos atores e setores socioeconômicos, defendendo os mais variados interesses: construção civil; participação política; educação e cultura; lazer e esporte etc. Esta região ganhou notoriedade pela condição de local privilegiado, no que diz respeito à abundância e variedade de recursos naturais, destacando-se, ainda, pela sua beleza paisagística e qualidade de vida, da qual procuram se beneficiar seus habitantes e visitantes. Ao mesmo tempo, trata-se de um ecossistema costeiro frágil, marcado por um processo intenso de degradação sócio-ecológica e por indefinições quanto à sua capacidade de carga (ORLANDO, 2001; ALEXANDRE, 1999; KUHNEN, 2001; ASSIS, 2000; FRANK, 2002).

A ocupação da Bacia da Lagoa, ainda que em ritmo mais lento, processou-se em concomitância com o desenvolvimento do núcleo urbano que deu origem à cidade de Florianópolis, a partir do início da colonização açoriana, no séc. XVII. Segundo Diegues e Moreira (2001),

os açorianos são descendentes dos imigrantes das ilhas dos Açores e também dos madeirenses e portugueses continentais que se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense a partir de meados do dec. XVIII, guardando traços culturais próprios (Lisboa, 1997), fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem, e quando se fixaram no litoral sul do Brasil passaram a combinar a agricultura com a pesca.

O bairro da Lagoa surge a partir da fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, localizado na bacia hidrográfica com o mesmo nome. Seus moradores viviam da pesca e do cultivo de mandioca, cana-de-açúcar, amendoim, milho e café. Construíam casas de pau-a-pique barreado à mão, engenhos de farinha e moendas de cana, além de se dedicarem à criação de animais domésticos. Aquela comunidade distinguia-se de outras, pela existência de uma indústria doméstica, produtora de tecidos, toalhas e riscados,

que atendiam aos moradores sediados no núcleo urbano da cidade. A abundância de crustáceos e peixes, aliados à paisagem, tornou o local como destino de passeios de finais de semana, principalmente pelos moradores do centro da cidade, que começaram a fixar ali suas residências de veraneio. Mais tarde, novos moradores da Ilha passariam, também, a compartilhar o local com os habitantes tradicionais (KUHLEN, 2001).

Em consequência da intensificação das atividades turísticas, a pesca artesanal e a agricultura deixaram de ser a principal opção de dinamização econômica, cedendo lugar aos setores de construção civil, comércio e hospedagem. Ainda assim, persistem alguns núcleos populacionais que continuam dependendo da pesca artesanal como alternativa de subsistência ou de complemento da renda familiar. Por sua vez, esta atividade acabou se convertendo em atrativo turístico adicional (ALEXANDRE, 1999, ORLANDO, 2001).

Os atrativos naturais (dunas, praias, trilhas, quedas de água e remanescentes de mata atlântica) tornaram a Bacia da Lagoa um local privilegiado para práticas de lazer e desportivas ao ar livre, dentre as quais vem se destacando o surfe. No conjunto dos atributos que compõem sua paisagem, a Ilha de Santa Catarina possui uma das maiores concentrações e variedades, reconhecidas mundialmente, cujas praias estão submetidas “à atuação das **ondas e ventos de alta energia**” (CECCA, 1997b).

A Praia da Joaquina e a Praia Mole, ambas integrantes do ecossistema da Bacia, tornaram-se, nos últimos tempos, a principal referência da Ilha no que tange à prática do surfe. Contribuem, para tanto, suas características geofísicas e a disposição em relação ao Oceano Atlântico Sul. Ambas são atingidas, com grande frequência, por ondulações vindas do Leste e do quadrante Sul. A proximidade com a Lagoa da Conceição, um dos primeiros balneários da porção Leste da Ilha de Santa Catarina, tornou-se outro fator decisivo neste processo. (FERREIRA, 1998).

Os diversos registros consultados convergem na descrição da Praia da Joaquina como a primeira a ser utilizada para a realização de eventos competitivos de surfe de projeção internacional.

Durante muitos anos, a Praia da Joaquina foi o grande palco do surfe nacional desde os antigos festivais Olympikus de Surfe e o Op Pro da década de 80, além do Circuito Mundial de volta ao Brasil em 1986. As ondas da Joaquina também foram escolhidas para sediar a abertura do Circuito Brasileiro Profissional, desde a sua criação em 1987 até 1993, sendo que nas temporadas de 1989, 1990 e 1992, Florianópolis também promoveu a última e decisiva etapa da Abrasp (ANCAPITAL, 1999).

Ocasionalmente freqüentada pelos pioneiros do surfe em Florianópolis, a Praia Mole iniciou tardiamente sua trajetória como um dos mais concorridos e famosos destinos turísticos em relação à Praia da Joaquina. O processo foi deflagrado a partir da época em que a Lagoa da Conceição experimentou um expressivo surto turístico-urbano.

Como já foi mencionado anteriormente, uma das principais estratégias de *marketing* utilizadas para a divulgação da Ilha de Santa Catarina, particularmente a costa Leste, tem sido o apoio financeiro e estrutural dos órgãos públicos municipais e estaduais para a realização de eventos competitivos de surfe com repercussão internacional. Uma pesquisa em publicações (eletrônicas e impressas), diversificadas e destinadas a turistas, adotando-se o sítio eletrônico da EMBRATUR como a principal referência, permitiu concluir que a Praia Mole e a Praia da Joaquina sempre aparecem associadas ao surfe e à Lagoa da Conceição.

A atividade turística de massa é vista como a principal propulsora da explosão urbana, contribuindo, assim, para o agravamento dos problemas sócio-ambientais que afetam a região em foco. Todavia, ela está limitada predominantemente à alta temporada de verão, que dura em média apenas dois meses ao ano. Não se pode esquecer que, concomitantemente à sua consolidação como destino turístico, Florianópolis apresentou nos últimos dez anos uma das maiores taxas de crescimento demográfico do País, com ênfase para o distrito da Lagoa³ (IBGE, CENSO). Um outro desdobramento da explosão da prática do surfe e das atividades associadas diz respeito ao aumento da proporção entre população de praticantes e a população da Ilha.

Concorrem para isto, além da difusão entre as novas e um maior interesse entre as antigas gerações locais, uma contínua e ascendente corrente imigratória. A cidade de Florianópolis foi uma das capitais cuja taxa de crescimento populacional superou a média nacional nos últimos dez anos. Dessa forma, o cotidiano dos moradores e demais pessoas que transitam pela cidade, fora do período turístico, continua marcado pela prática do surfe. É neste momento que as relações se revelam mais duradouras, assumindo contornos mais definidos, em razão da regularidade desta atividade ao longo do ano.

³ Segundo dados do Diagnóstico Ambiental Preliminar da Lagoa da Conceição (ABES/CREA-SC, 2000), em 1980 essa localidade tinha apenas 7.897 habitantes fixos. Já em 1991 aumentou para 14.784, atingindo 19.316 residentes em 1996. O censo de 2000 estimou 23.292 habitantes para o local. Comparado ao crescimento anual do Estado e da cidade tem-se o índice de 2,27% para Santa Catarina, 5,16% para a cidade de Florianópolis e 4,77% para a Lagoa da Conceição. Isto mostra uma alta concentração populacional no local (KHUNEN, 2001).

3.3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Num artigo de uma revista especializada, editada em Florianópolis, pode ser encontrada a afirmação de que

[...] o processo de implementação do surfe teve um ótimo apoio financeiro por parte das estruturas governamentais, que junto ao esporte focalizaram um grande potencial turístico e de marketing para Florianópolis e todo o litoral catarinense. [...] No decorrer da década de 80, grandes campeonatos aconteceram aqui em Florianópolis e a repercussão de propaganda para a cidade realmente foi enorme, talvez, quase com certeza, o surf tenha sido o principal veículo de propaganda em prol do turismo para o município. A praia da Joaquina saiu do anonimato para a mídia internacional (HUSADEL, 'Frutos de um trabalho', Revista INSIDE, 1992, nº 43, p. 65).

A presença do surfe na esfera político-institucional não é uma característica exclusiva de Florianópolis. Outras cidades costeiras integram em seus quadros políticos, representantes do surfe. O atual Presidente do País, durante uma recepção de representantes da “indústria do surfe”, foi fotografado segurando uma prancha. O mesmo gesto foi reproduzido por um Ministro de Estado e por integrantes do executivo de alguns Estados da Federação.

Na opinião de Martins (1995, p. 105),

[...] o surfe é um dos esportes que mais se desenvolveu nos últimos anos, e neste processo de desenvolvimento observamos que as administrações públicas – Municipal e Estadual – têm-se apropriado do esporte, caracterizando-o como uma atividade vinculada à identidade da população que vive em Florianópolis – colocando-a ao lado da renda, da pesca artesanal, etc.

Dentre os motivos que podem ter levado o poder público a colocar, lado a lado, uma prática adotada no decorrer dos últimos trinta anos com outras duas ligadas à própria origem e às tradições da cidade, estabelece pelo menos uma ligação entre a pesca e a prática do surfe: **o mar**, que viabiliza as duas.

As praias constituem o principal atrativo da Ilha de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, o *locus* da prática do surfe. Esta atividade não exige modificações no ambiente natural, dependendo fundamentalmente da interatividade e da manutenção dos ecossistemas costeiros e marinhos, inclusive os que compõem a Ilha de Santa Catarina. Diversas combinações entre elementos, como ventos, marés, areia, propriedades e características do solo submerso, correntes marítimas, temperaturas do ar e da água, relevos submerso e emerso, granulometria da areia, exercem influência decisiva sobre a forma e a ocorrência de ondas propícias a esta

prática, associadas à qualidade das águas. Logo, parece correta a premissa de que o surfe depende da existência de um meio ambiente “pouco transformado, ou mais preservado”.

Segundo Assis (2000), antes da questão ecológica e do turismo ser incluída no rol dos assuntos mais destacados na mídia do Município, já figurava no discurso oficial a favor do novo projeto de desenvolvimento para a cidade de Florianópolis. A indústria do turismo, via-de-regra exalta a necessidade de preservação ambiental. Porém, é importante lembrar que essa percepção utilitarista da natureza requer, na maioria das vezes, apenas a preocupação com a dimensão estética. Já se tornou um lugar-comum, reconhecer que o ecossistema marinho é muito mais do que os tons de azul refletidos no céu em dias de sol e que o ecossistema florestal sadio é muito mais do que as montanhas verdejantes ilustradas nos cartões postais (CECCA, 1997a). Dessa forma, a utilização da imagem da prática do surfe visando estimular uma modalidade de turismo *sustentável*, para a Ilha de Santa Catarina, pode ser incluída no rol das estratégias dos agentes públicos, voltadas para a promoção do projeto.

A gestão pública da cidade, entre 1996 e 2004, apoiou explicitamente a prática do surfe, segundo informativo da FECASURF (Disponível em: <<http://www.fecasurf.com.br>>.). Na esfera estadual, o Governador Espiridião Amin alinhou-se à estratégia da prefeitura da capital catarinense:

Em reunião realizada esta semana com representantes do Lagoa Clube de Vôo Livre, Amin reafirmou seu gosto por esportes relacionados à ecologia. O apoio à idéia é um passo para tornar Santa Catarina referência nacional nesse esporte, a exemplo do que acontece com o surfe, outra modalidade que tem no governador um entusiasta (ANCAPITAL, fev. 2000).

Além disso, alguns candidatos à Câmara de Vereadores de Florianópolis têm inserido em suas estratégias de campanha o incentivo à prática do surfe.

Em 2000, um concorrente a vereador foi eleito suplente, sendo reeleito em 2004 como o terceiro candidato mais votado do Município: a maioria dos votos foi obtida na região da Lagoa da Conceição. Nas duas vezes em que concorreu, o logotipo de campanha utilizado continha o desenho de uma prancha de surfe, acompanhada da expressão “100% Floripa”. Mesmo que seja corrente entre alguns moradores da capital, a expressão “Floripa” é geralmente adotada por turistas e visitantes. Defensor do projeto turístico para a cidade, e principal mediador entre as questões ligadas à prática do surfe e o poder público, o mesmo vereador acumula os cargos de presidente da Federação Catarinense de Surfe; de organizador de campeonatos de surfe e membro do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição.

3.4 A INDÚSTRIA DO SURFE

Concomitantemente ao fenômeno da “explosão”⁴ do surfe na Ilha de Santa Catarina, um incipiente mercado local de equipamentos produzidos de forma artesanal, expandiu-se e integrou-se a uma abrangente rede nacional produtora de bens e serviços. Transformou, assim, a Ilha de Santa Catarina em um dos mais importantes pólos da “indústria do surfe” do País.

A “indústria do surfe” engloba atividades diversificadas, que vão desde produção têxtil, passando pela produção e comercialização de equipamentos e acessórios, pelo entretenimento (música, dança, lazer, gastronomia, casas noturnas) e alcançando, finalmente, a mídia escrita, falada e televisiva. Destacam-se aqui os campeonatos, considerados o principal elo de contato desta atividade econômica com o mercado consumidor (CORBETE JUNIOR, 2001).

O resultado de um levantamento feito durante o mês de maio de 2005 identificou algumas modalidades de atividades econômicas desenvolvidas na região em estudo e relacionadas à prática do surfe.

Dentre aquelas diretamente associadas incluem-se a fabricação de equipamentos e acessórios, oficinas de reparo de pranchas, lojas de equipamentos e acessórios novos e usados, lojas de equipamentos e acessórios novos, escolas, campeonatos, centros de treinamento e formação de surfistas profissionais e os serviços, como a edição de boletins informativos sobre as condições ambientais das praias.

As atividades indiretamente relacionadas à prática do surfe incluem o funcionamento de restaurantes, lanchonetes, bares, casas noturnas e hospedarias; a promoção de eventos sócio-culturais; a imprensa; a comercialização de roupas e acessórios (*surfwear*); as campanhas publicitárias; as academias de ginástica e natação; as agências de turismo e a prestação de serviços em geral.

⁴ Crescimento repentino da população de praticantes de surfe.

3.5 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE SURFE

A primeira associação, sem estabelecimento jurídico, criada com a finalidade de regulamentar a realização de eventos competitivos e defender outros interesses relativos ao desenvolvimento da prática do surfe, surgiu no Rio de Janeiro na metade da década de 1960 (CORBETE JUNIOR, 2001). Segundo Árias (2004), “era evidente que o surf não sobreviveria sem a estruturação de novas associações, federações e órgãos correlatos”. O autor destaca que as associações tiveram papel fundamental para que a indústria do surfe ressurgisse, após uma crise ocorrida entre o final dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80.

Geralmente, as associações são criadas com o objetivo de fortalecer o vínculo de seus associados com uma determinada praia. Embora disponham de estatutos voltados para o incentivo à formação de atletas profissionais e à organização de competições, há exemplos de associações com perfis de atuação mais abrangentes. Recentemente, têm surgido experiências inovadoras que refletem a busca de participação mais ativa da sociedade na gestão dos recursos costeiros. Neste sentido, mesmo com escalas de atuação diferenciadas entre si, que vão do local ao global, todas as organizações elencadas a seguir atuam na região em foco.

3.5.1 ASJ – Associação de Surfe da Joaquina

É considerada uma das associações mais tradicionais de Florianópolis. Dedicada à formação de atletas com projeção no cenário do surfe profissional. Congrega 180 associados aproximadamente, organizando campeonatos de grande visibilidade nacional e internacional. São recentes os registros de participação formal da ASJ em questões de cunho sócio-ambiental. O principal exemplo é a participação de debates, em conjunto com a Aliança Nativa sobre as etapas do circuito mundial de surfe - WCT (World Championship Tour) – realizadas na Praia da Joaquina.

Segundo a assessoria de comunicação da Aliança Nativa (site internet),

o diálogo representa a cobrança pelo cumprimento dos direitos da sociedade civil no que diz respeito à degradação do meio ambiente local (constatada pela presença massiva de microlixo e ocupação da restinga), falta de ações socialmente

responsáveis que incluíssem os frequentadores e moradores da praia na equipe de trabalho do evento e, por fim, a solicitação de prestação de contas visto que a estrutura se fez presente em local público e são evidentes as características de impacto social e econômico.

3.5.2 ASAPM – Associação de Surfistas e Amigos da Praia Mole

Esta associação foi criada em 1997, no contexto do movimento SOS PRAIA MOLE. Para Gorayeb (2003),

a proposta de trabalho, totalmente inovadora para a época, era trabalhar o surfe dentro de uma visão sistêmica, abrangente, valorizando as suas relações e suas vertentes social, educacional, política e ambiental, propondo a utilização racional e a preservação dos recursos naturais dos ecossistemas que compõe a zona costeira.

Ainda segundo este autor, ela está envolvida com o processo de manejo dos recursos ambientais da Praia Mole, de forma direta e mediante a participação no Comitê da Bacia da Lagoa da Conceição. Para Mudat (2003), a realização de “campeonatos de surf ecológico, onde distribuem brindes às pessoas que recolhem certa quantidade de lixo de praia, divulgando mensagens de educação ambiental, como não jogar o lixo na praia ou pisar sobre a vegetação de restinga fixadora de dunas” é uma iniciativa da ASAPM, que deve ser ressaltada.

3.5.3 ACSU - Associação Catarinense de Surfe Universitário

A ACSU objetiva fomentar a prática do surfe no meio acadêmico, estimulando assim, uma nova categoria para a disputa em competições. Foi fundada em 2001, a partir da realização do II Circuito Catarinense de Surfe Universitário. Este evento foi realizado em 4 etapas, divididas entre as regiões Norte, Centro e Sul do Estado, buscando a integração do maior número possível de surfistas universitários de Santa Catarina. Demonstra ter alcançado um elevado grau de organização e estruturação de eventos competitivos. Mobiliza, hoje em dia, cerca de vinte universidades catarinenses, contando com o apoio de um número crescente de patrocinadores, da mídia e do público interessado.

Além de atuar como parceira de projetos de cunho ambiental, a ACSU vem procurando tornar factível a interpretação de que o praticante de surfe é um indivíduo solidário e saudável. Desenvolve junto ao HEMOSC, pelo quarto ano consecutivo, uma campanha de conscientização de atletas e surfistas sobre a importância da doação regular de sangue.

3.5.4 Associação Esportiva Cultural Verde Futuro

Criada em outubro de 1989, tem como âmbito de ação a Praia Mole e a Praia da Galheta, ao Norte - uma área de preservação permanente -, onde também ocorrem ondas favoráveis à prática do surfe. Desde a sua fundação, esta associação tem atuado junto ao Ministério Público Federal, por meio de articulações com outros atores sociais interessados na contestação do Plano Específico de Urbanização da Praia Mole, proposto pelo Município. A associação Verde Futuro apresenta-se, também, como um dos principais atores envolvidos na defesa “do patrimônio histórico-natural da praia, considerado de utilidade pública”.

A contestação da instalação de empreendimentos imobiliários e comerciais na Praia Mole, junto aos órgãos oficiais competentes, ao lado da organização de campeonatos de cunho educacional, com palestras, mutirão de limpeza e coleta de micro-lixo, figura no rol de iniciativas desenvolvidas por esta associação. As parcerias criadas com as escolas de ensino básico da região refletem a intenção dos seus membros em adotar estratégias que possam ser consideradas de cunho educacional (Disponível em: <<http://www.surfrol.com>>.).

3.5.5 ASP – Associação de Surfe Profissional, ABRASP – Associação Brasileira de Surfe Profissional e FECASURFE – Federação Catarinense de Surfe

A Associação Internacional de Surfe Profissional é responsável pela regulamentação e organização de eventos de escopo internacional. A sede da representação ASP para a América Latina desta associação está instalada em Florianópolis, cabendo a ela a decisão de escolha do local de realização das etapas do circuito mundial de surfe.

Apesar das suas diferenças em termos de padrão de organização, relacionamento com os demais setores da sociedade e modalidade de competições que realizam, a ABRASP e a FECASURFE caracterizam-se pelo fato de reproduzirem as funções da ASP, respectivamente em escalas nacional e estadual. Não foram encontrados registros expressos, nos veículos formais de comunicação destas associações, quanto ao compromisso direto com questões de cunho sócio-ambiental. Por outro lado, algumas associações envolvidas com a defesa do meio ambiente têm reconhecido, publicamente, a importância do apoio oferecido pela FECASURFE.

3.5.6 Associação Ecológica Aliança Nativa

Esta organização emergiu por meio da iniciativa de “um grupo de amigos, assustados com as conseqüências do crescimento desordenado de Florianópolis”. O objetivo é desenvolver ações integradas com os diversos setores da sociedade, buscando a conscientização da necessidade de se promover o desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável da Ilha de Santa Catarina (JORNAL SURFE EXPRESS, 2003).

A Aliança Nativa é juridicamente reconhecida como OSCIP⁵, e integra em seus quadros vários praticantes de surfe. Uma das suas propostas é a criação de um fórum de debates, que crie um “código de ética do surf na Ilha de Santa Catarina”. Embora o surfe possua regras explícitas, no que diz respeito ao uso compartilhado de ondas, percebe-se, atualmente, um aumento dos casos de conflito entre os seus praticantes. Neste sentido, o desafio assumido pela entidade é colaborar para o resgate daquilo que pode ser considerado como o “verdadeiro espírito do surf, visto como um instrumento de integração harmônico do homem com a natureza e seus semelhantes” (INFORMATIVO ALIANÇA NATIVA, 2003).

É importante frisar que, para além das questões referentes à prática do surfe, a entidade desenvolve ações e projetos em outras regiões da Ilha de Santa Catarina. Atua em parceria com outras organizações, dentre as quais figuram a ACSU e a APRENDER. Na sua

⁵ O título de OSCIP é uma qualificação do Governo Federal (Lei 9.790/99), atribuída às entidades sem fins lucrativos, cujo objetivo é baseado na organização e criação de novas possibilidades para o Terceiro Setor no Brasil. O mesmo pode ser visto como uma nova opção em relação ao título de Utilidade Pública Federal. Este último é caracterizado por barreiras burocráticas que não acompanharam as transformações do Terceiro Setor, além de restrições como a proibição da remuneração aos membros da diretoria das entidades, o que acabava por enfraquecer as organizações na falta de profissionais capacitados (Disponível em: <<http://www.aliancanativa.org.br>>.).

agenda de trabalho incluem-se desde programas de caráter educacional, durante a realização de eventos competitivos, até a participação, algumas vezes em conjunto com o poder público, em projetos que auxiliem na revitalização da pesca artesanal, na despoluição de mangues e nas ações de inclusão social, junto a comunidades carentes, entre outros.

3.5.7 Aprender

Fundada em 22 de abril de 2000, a APRENDER Entidade Ecológica é uma associação que atua em ecossistemas marinhos e costeiros, além de outras áreas cobertas pela Mata Atlântica. Sediada na Praia do Santinho (Florianópolis-SC), é formada por surfistas graduados e pós-graduados em diferentes áreas, interessados em aplicar, no enfrentamento das questões ambientais, o conhecimento adquirido (Disponível em: <<http://www.aprender.org.br>>.).

Atualmente, vale a pena destacar seu envolvimento com o **Projeto Surfe em Unidades de Conservação**, em parceria com a Associação Catarinense de Surf Universitário - ACSU e a Associação Ecológica Aliança Nativa. O objetivo é transmitir à comunidade de praticantes de surfe, ao meio universitário e ao público em geral, a necessidade de conservar os ecossistemas marinhos e costeiros associados ao bioma Mata Atlântica, por meio da participação popular na criação, gestão e implementação de Unidades de Conservação. O acompanhamento do desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, no que tange aos impactos ambientais sobre as condições de prática do surfe está incluído, também, na agenda de prioridades da associação.

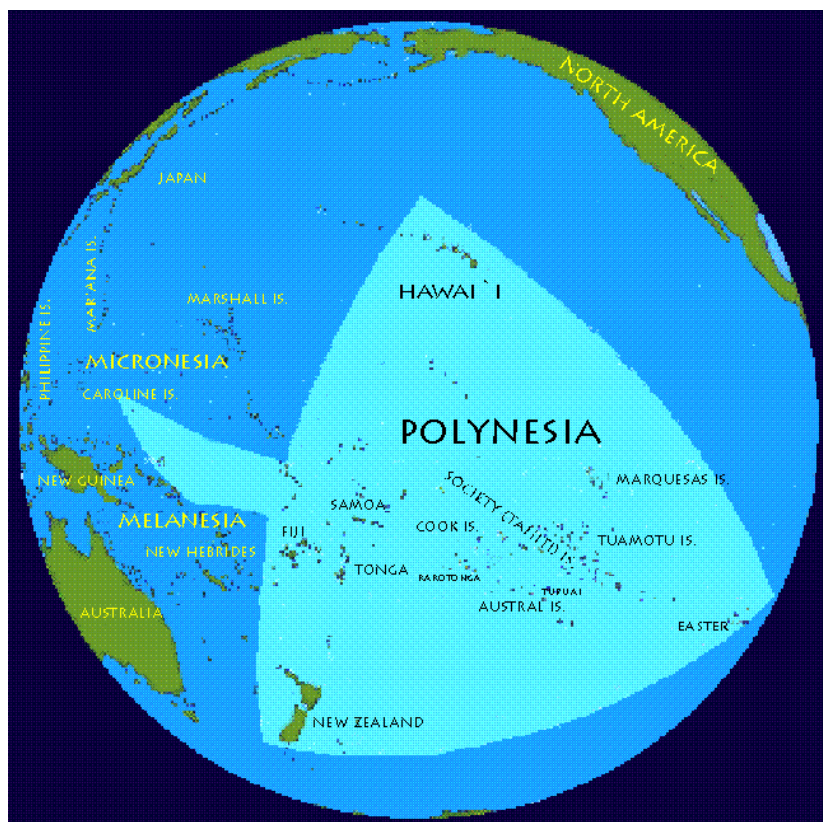
3.6 SURFE E MEIO AMBIENTE

É importante resgatar aqui o contexto ambiental, da tradicional prática polinésia que dá origem ao surfe. Localizado na faixa tropical norte, o Arquipélago Havaiano tornou-se um dos principais centros da cultura polinésia, marcada por um vasto conhecimento sobre o mar:

[...] o Triângulo Polinésio (fig. 01) engloba em torno de dez milhões de milhas quadradas, mas com uma unidade de terra para cada vinte de água. Por milhares de anos, intrépidos viajantes do oceano em canoas orgânicas se espalharam através do

universo aquático, instalando-se em cada pedaço de terra habitável. ... algumas dessas ilhas têm mais de duas mil milhas de mar aberto entre elas (COLEMAN, 2004).

FIGURA 1 - TRIÂNGULO POLINÉSIO



Fonte: POLYNESIAN VOYAGING SOCIETY, 2003

Em razão da sua própria “natureza”, a prática do surfe tem permitido aos seus adeptos um contato intenso e freqüente com os ambientes litorâneos. A condição básica para esta prática, como a própria tradução literal da palavra inglesa sugere, é a existência de uma região de rebentação de ondas⁶ marinhas, capazes de impulsionar um objeto flutuante com o peso e

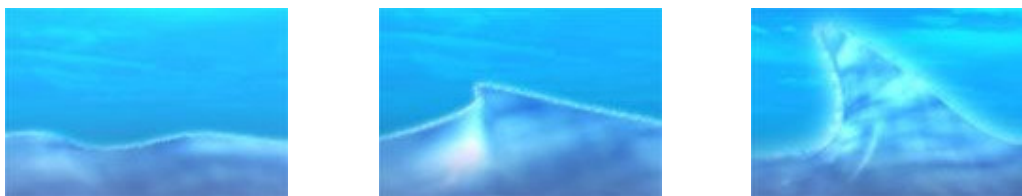
⁶ As ondas surgem da ação do vento sobre o mar. As rajadas exercem variação de pressão, que provoca, em resposta, oscilação vertical na superfície da água. O vento passa, então, a empurrar essa ondulação, que vai aumentando de altura, comprimento e velocidade até um limite que depende da velocidade do vento. Para tanto, é necessário que o vento sopre por certo tempo, ao longo de uma distância mínima chamada "pista". É por isso que ondas geradas numa lagoa não atingem o mesmo desenvolvimento que no mar: por falta de espaço mínimo para a formação da pista.

volume de uma pessoa adulta de tamanho médio. Dadas apenas estas condições, poder-se-ia introduzir esta atividade praticamente em todas as regiões limítrofes entre mar e terra do planeta, voltadas para o oceano, não fossem alguns limites impostos pelo meio-ambiente, inclusive baixas temperaturas da água e da atmosfera.

A descoberta das condições naturais extremamente favoráveis à prática do surfe, especialmente da Ilha de Santa Catarina, possivelmente foi um dos principais motivos para que esta atividade tenha se tornado tão intensamente procurada na atualidade. Não se pode negar que entre os atributos que compõem a “natureza privilegiada” da parte insular da capital catarinense, sobressai a ocorrência de uma das maiores concentrações e variedades, reconhecidas em nível mundial, de geofomações com as qualidades requeridas pelo surfe, a faixa compreendida pela zona de rebentação das ondas marítimas (também conhecida pela linguagem popular como praias de mar grosso), “[...] que surgem a partir da ação de ventos e tempestades oceânicas, viajando por longas distâncias através dos mares, até se encontrarem com a praia e descarregarem toda a sua energia na areia, nos recifes, nas lajes”, ou nos costões (CECCA, 1997a; KAMPION; BROWN, 2003).

Há três distintos ambientes de planícies costeiras na Ilha, além dos setores leste e sul “submetidos à atuação das ondas e ventos de alta energia provenientes do quadrante sul, [temos ainda] o setor oeste, compreendendo as águas protegidas das baías Norte e Sul; e o litoral norte, de nível energético intermediário, que é atingido pelos ventos e ondulações oriundas do quadrante norte e protegido dos ventos sul pelas elevações da dorsal central (CECCA, 1997b).

O mapa abaixo (Figura 02) (Disponível em: <<http://www.wannasurf.com>>, 2004), indica todos os pontos do litoral da Ilha em que ocorrem ondas propícias ao surfe.



Uma vez geradas, as ondas mantêm suas trajetórias, mesmo fora da área de ação do vento. Uma onda se modifica a partir do momento em que começa a sentir o efeito do fundo. Isso ocorre quando a profundidade da água é igual ou inferior a 1/4 do comprimento da onda. O comprimento de uma onda é medido pela distância entre duas cristas sucessivas. Seguindo o princípio de conservação de energia, a queda na velocidade de propagação das ondas, em função da diminuição de profundidade, provoca o crescimento em altura. A onda vai ficando cada vez mais "esbelta", até que perde o equilíbrio e arrebenta. A ocorrência das ondas depende dos fenômenos meteorológicos, que possuem uma dinâmica irregular. Nem sempre há ondas surfáveis. (Fundação Padre Anchieta).

FIGURA 3 – MAPA DA ILHA DE SANTA CATARINA



Defendida por praticantes considerados “puristas” como a legítima e primitiva forma de surfe, a modalidade conhecida como “onda de peito”, consiste em deslizar sobre o próprio corpo (FRAGOSO, 2002). Porém, a modalidade encontrada na Ilha de Santa Catarina, atualmente, como define Kampion (2003), consiste em “apanhar uma onda do oceano em cima de uma prancha. [...] numa conjugação fenomenal de forças”. Utiliza-se uma prancha - geralmente confeccionada com miolo de espuma de poliuretano ou isopor recoberto por uma capa rígida, feita com resina e fibra de vidro - sobre a qual, em uma posição que varia de agachado a semi-agachado, desliza-se individualmente sobre a superfície face frontal de uma onda marinha.

Enquanto produtos de diferenciadas percepções quanto ao uso, uma mesma rebentação de onda pode ser vista tanto como forma de diversão quanto de trabalho, respectivamente nos casos de surfistas amadores e profissionais. Uma outra visão, já que são diversas, pode lançar

um olhar técnico-científico sobre um potencial fonte de energia alternativa renovável. Renunciando à análise da representatividade que as ondas marinhas possam ter para os diferenciados grupos que delas se utilizam, faz-se oportuno ressaltar que os praticantes de surfe não se excluem ao conjunto da sociedade interessados na participação dos processos que envolvem a gestão dos recursos naturais renováveis, no caso específico: o mar.

Não fugindo à regra, quanto à presença na mediação entre sociedade e natureza, a evolução tecnológica, da mesma forma que tem sido utilizada na confecção das pranchas, também permitiu a criação de outros equipamentos, como as roupas de borracha. A possibilidade de se proteger contra a perda de calor do corpo, mediante a permanência prolongada em regiões, águas e ventos frios de temperaturas baixas, evitando o comprometimento dos movimentos e da saúde, foi fundamental para a difusão da prática do surfe em várias regiões do planeta.

Até durante os meses de verão, na Ilha de Santa Catarina, algumas vezes é necessária a utilização de equipamentos de proteção contra as variações de temperatura. Principalmente quando a mesma é atingida pelos ventos frios do quadrante sul. Nessas ocasiões, a combinação com outras variáveis permite a formação de ondas com características ideais para o surfe. Na medida em que pode variar o tempo de permanência na água, torna-se essencial dispor de equipamentos adequados.

No que se refere às características climáticas da Ilha de Santa, estas são inerentes ao litoral Sul do Brasil, com estações do ano bem definidas, verões quentes e invernos amenos. O clima da Ilha de Santa Catarina é do tipo subsequente, ou seja, todos os meses apresentam temperatura média mensal superior a 15 ° C. A média anual da temperatura em Florianópolis é de 20,4 ° C. Fevereiro é o mês mais quente, com média mensal de 24,5° C e Julho é o mês mais frio, com média mensal de 16,4° C. De um modo geral, inexistente estação seca ou chuvosa na Ilha, deste modo as precipitações pluviais apresentam-se bem distribuídas ao longo do ano (MCQV – Movimento Campeche Qualidade de Vida, 2000, IN: OLIVEIRA:2003)

Ainda que nem sempre seja possível constatar o comprometimento com uma relação harmônica, traduzida em ações, à convivência de muitos praticantes com ecossistemas costeiros, tem permitido o desenvolvimento de um know how específico sobre as dinâmicas naturais. Some-se a isso, a utilização de conhecimentos científicos na análise e na previsão da ocorrência de ondas, aliado a outros fenômenos atmosféricos e marinhos. O manejo de sistemas informatizados, por sua vez, exige no mínimo uma formação técnica. Dessa forma, a prática do surfe, para além de várias outras funções que possa desempenhar individual e socialmente, coloca-se como um dos instrumentos que a humanidade dispõe para entender e conviver melhor com o planeta que lhe serve de habitat.

4 O JOGO DOS ATORES

4.1 AS AÇÕES DO SETOR PÚBLICO NO FOMENTO DO SURFE

Na medida em que a realização de eventos competitivos de surfe representa uma das estratégias adotadas pelo poder público, na promoção de um modelo de desenvolvimento turístico-urbano para Florianópolis, pretende-se avaliar, neste capítulo, de que forma vêm sendo construídas as relações entre os principais atores sociais implicados neste processo. Nesta análise foram incluídas, também, as conseqüências dessas interações para o enfrentamento da crise sócio-ambiental no litoral catarinense.

Não obstante a diversidade de representações da atividade turística e dos atrativos oferecidos aos turistas, existe um consenso no reconhecimento de que, na Ilha de Santa Catarina, as praias figuram em primeiro plano, em termos de apelo à visitação e à prática esportiva do surfe. O esporte tem sido utilizado pelos Estados-Nações com vários objetivos ao longo das últimas décadas: educacionais; de lazer e entretenimento; de promoção da saúde; de controle social (sobretudo da juventude); de ideologização; propaganda; e dinamização econômica entre outros (BOURDIEU, 1983; ELIAS, 1995; TUBINO, 1991).

No caso do Estado de Santa Catarina e, especificamente, de Florianópolis, o que se constata é que os interesses políticos imediatistas se sobrepõem à visão do surfe como atividade de esporte e lazer, que possa contribuir para a implementação de programas de políticas públicas de gestão e educação ambiental, entre outros.

4.1.1 O Plano Diretor dos Balneários

Parte da expansão do projeto turístico para a Ilha de Santa Catarina ocorreu entre 1964 e 1982, no bojo dos governos municipais nomeados pelo regime militar. Num contexto de autoritarismo político, coube ao IPUF, elaborar o Plano Diretor dos Balneários. A preocupação com o planejamento do desenvolvimento urbano foi “formalizada” numa iniciativa aprovada em 1981 pela Câmara de Vereadores. O discurso, agora normativo, logo se tornaria vazio, ao ser demonstrada a incapacidade do IPUF de exercer a fiscalização no

processo de implementação do plano. Os impactos sócio-ambientais de alguns balneários, em consequência da expansão imobiliária, revelaram os primeiros sintomas de um padrão de crescimento desordenado (FERREIRA, 1992; ASSIS, 2000).

No rastro da euforia gerada pelo afluxo intensivo de turistas argentinos para o Norte da Ilha, no final da década de 1980, concretiza-se o projeto de urbanização da Praia da Joaquina. Esta última tornou-se famosa, graças à realização de vários campeonatos de surfe, cujos impactos sócio-ambientais, até o momento, não havia se tornado objeto de pesquisa científica. No entanto, ressalta-se que, segundo Assis (2000), em parte, tais obras foram realizadas numa área desapropriada de uma família de pescadores artesanais. Seus descendentes alegam não terem recebido, até hoje, a indenização devida pelo poder público, permanecendo em aberto o litígio assim criado.

Em contraste com o caso da Praia da Joaquina, a tentativa subsequente da Prefeitura de Florianópolis de implantar o Plano de Urbanização Específica da Praia Mole⁷ (Lei 3342/90), sob a gestão de Espiridião Amim, aprovação da FATMA e da Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), encontrou forte objeção da população. Neste contexto surgiu o movimento conhecido como SOS Praia Mole (composto, em parte, por surfistas), que contribuiu, em outubro de 1989, para a fundação da Associação Esportiva Cultural Verde Futuro (MUDAT, 2003). O papel desta entidade será analisado no conjunto das outras associações que atuam nas praias em foco.

O argumento apresentado pelos contestadores da Lei 3342/90 era de que, no que tange ao uso dos recursos naturais costeiros, a legislação municipal contrariava a federal em vários aspectos. Entre 1990 e 1997, foram promovidas várias ações que incluíram desde abaixo-assinados até laudos técnicos elaborados por professores da UFSC. A meta era sustar as tentativas da PMF, de implantar projetos urbanísticos capazes de comprometer a qualidade ambiental da Praia Mole e do seu entorno.

A década de 1990 foi marcada, também, por outro conflito sócio-ambiental envolvendo as associações de surfistas da Praia Mole. Desta vez, uma mobilização popular, ainda mais ampla, provocou o embargo de um projeto de desenvolvimento turístico avalizado tecnicamente pela FATMA e apoiado pelos governos estadual e municipal. O megaempreendimento denominado “Porto da Barra” contemplava a promoção de alterações substanciais na área da Barra da Lagoa da Conceição, visando à construção de um condomínio de luxo, de marinas e de um *shopping center* (ALEXANDRE, 1999).

⁷ Ver MUDAT (2003) - Análise dos Conflitos Ambientais na Praia Mole, Florianópolis, SC, BRASIL.

4.1.2 Surfe e Propaganda Política

Apresenta-se a seguir, o desdobramento de um contexto político que, em parte, formou-se como expressão do apoio concedido por instituições governamentais ao desenvolvimento de várias atividades econômicas associadas à prática do surfe, com a finalidade de alavancar o turismo local.

Por um lado, fortaleceu-se a primeira gestão da Prefeita Ângela Amin, haja vista seu apoio à “defesa” e à transformação da Praia Mole num dos principais espaços de realização de campeonatos de surfe, bem como à produção de atrativos turísticos “ecologicamente preservados”. A divulgação dessas iniciativas no contexto nacional pode ter contribuído para a sua reeleição em primeiro turno, no pleito municipal de 2000.

Por outro lado, vale a pena destacar o resgate da imagem de Espiridião Amin como político e candidato a governador, desgastada pelo conflito sócio-ambiental, do qual o movimento SOS Praia Mole foi protagonista. Sua atuação ambígua diante das questões sócio-ambientais diluiu-se no apoio às atividades de fomento do surfe, sobretudo, à organização de campeonatos.

Finalmente, a utilização de uma plataforma política possibilitou ao principal representante da FECASURFE assumir uma cadeira na CMF. Este concorreu pelo mesmo partido político que elegeu, na época, o governador do Estado e a prefeita da capital catarinense. Como ressalta Gorayeb (2003, p. 122),

[...] as Associações da Praia Mole iniciaram uma Campanha de Recuperação Ambiental para garantir a qualidade das ondas, recuperar a vegetação de restinga e as dunas frontais da Praia. Essa campanha chamou-se Reage Praia Mole e contou com a parceria da FECASURFE e do Governo Municipal. Foram colocados troncos ao redor das dunas frontais para recuperar a vegetação de restinga, e o resultado extremamente positivo da Campanha estimulou a Prefeitura de Florianópolis e a FECASURFE a espalhar o modelo por outras praias da Ilha de Santa Catarina.

A observação feita por Gorayeb (2003) sugere que fossem criadas oportunidades para a entrada em cena de novos atores sociais, por meio da campanha Reage Praia Mole. Diante disso, a Prefeitura Municipal, passa do papel de ré para o de solucionadora de um problema que, embora fosse localizado, não se esgotava naquele âmbito. Seja como for, ratifica-se a posição controversa do Poder Público, já que, segundo Alexandre (1999), a PMF e outros órgãos oficiais permaneciam como réus das ações judiciais movidas naquela e em outras regiões da Ilha.

No ano de 1998 (TRE/SC), a eleição de Espiridião Amim para o Governo do Estado (cuja tentativa de implantação do polêmico Plano de Urbanização Específica da Praia Mole ocorreu durante a sua última gestão como prefeito), ajudou a promover uma verticalização do poder nas estruturas governamentais. A Prefeita e o Governador, além de serem do mesmo partido, eram também cônjuges. Vale a pena destacar aqui, a criação da *Taça Governador do Estado* em 1999, no primeiro ano de gestão. Tratava-se, na época, da competição regional de surfe considerada a mais rica do País, com a realização, na Praia Mole, de uma das quatro etapas distribuídas pelo litoral catarinense (A NOTÍCIA, 20 abr. 1999). Por sua vez, a importância assumida pela FECASURFE nas ações promovidas pelo movimento *Reage Praia Mole*, pode ter se refletido na eleição do seu presidente no pleito municipal de 2000, para o cargo de suplente de vereador.

Neste sentido, as controvérsias envolveram também a CMF. Como relata Alexandre (1999),

não só o bairro de Coqueiros mobilizou-se contra iniciativas da CMF. Os bairros de Daniela e Praia Mole também o fizeram conscientes de que mais construções lhes prejudicariam. Interessante também foi de se notar que suas demandas tiveram que se transformar em ações judiciais para impedir de fato as ameaças das imobiliárias e construtoras de imóveis apoiadas por vereadores.

Um levantamento feito entre 1990 e 1998, pelo mesmo autor, confirma a participação dos poderes públicos municipais como réus em ações judiciais.

4.1.3 A Transformação Urbana da Região da Lagoa

Os anos 1990 foram importantes para Florianópolis e, em especial, para toda a região da Lagoa. A população da cidade evoluiu de 258.383 em 1991, para 342.000 habitantes em 2000 (IBGE). O crescimento anual médio da cidade girou em torno de 3,3%, em comparação com 4,77% para a região da Lagoa da Conceição, como já foi mencionado no capítulo anterior.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2005), no mesmo período, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Florianópolis cresceu 6,19%, passando de 0,824 em 1991 para 0,875 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a renda, com 42,1%, seguida pela educação, com 40,8% e pela

longevidade, com 17,1%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH⁸, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 29,0%. Em compensação, o índice GINI⁹ evoluiu de 0,55 para 0,57.

O conceito de capital com melhor qualidade de vida do Brasil, baseado num indicador tão inconsistente como o IDH, não reflete a complexidade do problema. Entre os inúmeros aspectos a serem considerados, pelo menos dois são bastante sintomáticos de que a imagem criada não reflete a realidade observada, sobretudo, devem-se levar em conta os padrões mais comuns de crescimento populacional e de renda.

O crescimento vegetativo (nascimentos menos mortes) não é suficiente para explicar um crescimento demográfico tão abrupto. Dados do registro civil indicam que a maior parte desse crescimento se deve à chegada de imigrantes de outras regiões do Estado ou do País, atraídos pela “qualidade de vida” da capital catarinense e de seu entorno. Por outro lado, o aumento da renda *per capita* também não reflete um processo endógeno, já que boa parte desses migrantes é composta de pessoas da classe média e alta. Note-se que as três regiões metropolitanas que registraram maiores taxas de crescimento populacional, na década de 1990, mantêm uma forte ligação com o setor turístico em Municípios litorâneos dotados de praias favoráveis ao surfe, a exemplo de Florianópolis, Bombinhas, Itapema e Balneário Camboriú (A NOTÍCIA, 8 out. 2003).

A este respeito, a especulação imobiliária e a ocupação desordenada do solo continuam figurando como um dos impactos sócio-ambientais mais visíveis, no curto prazo, do processo de desenvolvimento turístico-urbano. Segundo um dos diretores do SECOVI (Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação do Mercado Imobiliário), mais de 50% das vendas de imóveis na Grande Florianópolis são feitas para pessoas oriundas do interior de Santa Catarina, além de paulistas, paranaenses e gaúchos, nesta ordem.

⁸ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, elaborado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este índice é composto pela média simples de três indicadores: longevidade (medido pela esperança de vida ao nascer); nível educacional (medido por uma combinação da alfabetização adulta com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior); e nível de vida (medido pelo PIB real per capita). Não existe, entretanto, consenso político em torno da pertinência em se adotar um ou vários indicadores de bem-estar. No "Atlas da Exclusão Social no Brasil" lançado recentemente por Pochmann e Amarin (2003) adota-se metodologia que leva em conta também indicadores de violência, quantidade de jovens, emprego formal, desigualdade social e concentração de renda. Iniciativas como esta procuram diminuir as distorções provocadas pela adoção de indicadores limitados. O IDH, por exemplo, não faz qualquer referência ao uso e exploração antrópica dos recursos naturais. (FERREIRA, 2003, p. 75-76).

⁹ O índice de GINI, que varia de zero a um, é um indicador da igualdade ou desigualdade de uma determinada distribuição (renda, serviços educacionais ou de saúde, por exemplo). Quando o índice é igual a zero, significa que há situação teórica de igualdade. Quando igual a um, ocorre à situação de máxima desigualdade. Portanto, na medida em que se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está-se concentrando. (Disponível em: <<http://www.comunicarte.com.br/indicadores>>.).

O perfil dos novos moradores da Capital transformou o mercado imobiliário da região. Os compradores estão cada vez mais exigentes e têm parâmetros de consumo acima do que tínhamos há dez anos. E isso se evidencia nas construções atuais, prevalecendo empreendimentos de alto padrão e condomínios fechados.(A NOTÍCIA, Florianópolis - Quinta-feira, 12 de Dezembro de 2002, Natália Viana).

Um dos reflexos dessa tendência é que o preço dos imóveis apresentou um aumento de quase 100% em quatro anos

Quanto à elevação do padrão de consumo decorrente do perfil dos novos moradores de Florianópolis, trata-se de um problema que tem se reproduzido em toda a Ilha. Para Fantin (2000),

[...] trata-se de levar em conta os meandros que perpassam não só a condição de classe, bem como a configuração e as relações com o espaço, que variam extremamente de acordo com as classes sociais. Trata-se de lembrar os inúmeros casos de expulsão silenciosa de moradores pobres de áreas privilegiadas. [...]. Perder-se-ão padrões de referência, lugares de memória e do fazer. Novas relações com o lugar certamente serão construídas assim como novas relações sociais comunitárias. Estamos lidando não só com a dura e complicada questão das relações entre classes, mas também, das diferentes percepções estéticas, estilos, sociabilidade e modo de viver.

A persistência de uma visão limitada e controversa do planejamento, visto enquanto importante ferramenta de gestão pública está refletida numa declaração do presidente do IPUF, feita durante a gestão de 2001/2004 da Prefeita Ângela Amin. O argumento utilizado é que, segundo Viana (2002),

[...] o grande desafio do município é fazer com que os projetos de planos diretores sejam aprovados na Câmara Municipal. "Principalmente nas regiões do Campeche e Rio Vermelho que apresentam um grande crescimento sem o devido ordenamento. O Município precisa ter condições para ordenar o crescimento urbano destas áreas, para que elas estejam adequadas para receber as pessoas que procuram nosso município para viver".

Observe-se que tanto a expansão desordenada do Campeche quanto do Rio Vermelho tem como um dos centros de irradiação o distrito da Lagoa da Conceição. Neste contexto, o surfe desempenha um papel importante, pois ambas são regiões dotadas de praias de mar aberto, contíguas à Praia da Joaquina, no sentido Sul, e localizadas ao Norte da Praia Mole, passando pela Barra da Lagoa no sentido Norte, respectivamente. Estes bairros encontram na Lagoa uma das principais e vias de acesso mais rápidas, a partir do centro da cidade. Desta

forma, a expansão da malha viária em direção aos respectivos bairros acabou gerando transformações de vulto em toda a região Leste da Ilha.

A partir da declaração do presidente do IPUF, fortaleceu-se a impressão de que haveria pouco interesse pela participação da população que habita a Ilha de Santa Catarina, na gestão do problema.

Inicialmente, a hipótese de que a Câmara Municipal de Florianópolis - uma instituição que, apesar de mostrar-se limitada em alguns pontos, continua sendo um pilar do regime democrático – seria um obstáculo para a gestão municipal e que, por esta razão, os projetos gerados no âmbito do executivo deveriam ser assumidos como indiscutíveis. Isto sugere que, na visão de alguns gestores, o poder da Prefeitura deveria ser fortalecido em detrimento da Câmara de Vereadores.

Em segundo lugar, vale a pena ressaltar a receptividade demonstrada pelas pessoas que tem procurado a cidade para viver. O processo eleitoral municipal de 1996, que resultou na eleição da Prefeita Ângela Amim, gestão sob a qual o mesmo administrador esteve à frente do IPUF, baseou-se em uma campanha publicitária bem articulada da então oposição. Esta campanha objetivava repassar aos moradores estrangeiros (os “do contra”), uma imagem de obstáculo ao crescimento da cidade. Tratava-se de uma tática adotada visando deslegitimar alguns movimentos populares de cunho ambientalista, que começavam a questionar o modelo turístico em implantação, mobilizando em parte, moradores oriundos de outras cidades (FANTIN, 2000).

Parte dos moradores estrangeiros recém-chegados à cidade diferencia-se, em muitos casos, dos mais antigos, em termos de maior poder aquisitivo. Dessa forma, para o planejador urbano, esta condição socioeconômica privilegiada supera os conflitos tradicionais gerados por diferentes visões de mundo e diferentes atitudes. A função política deixa de lado o esforço de mediação do debate democrático, privilegiando a do mercado e contribuindo para o agravamento da crise sócio-ambiental consubstanciada na degradação dos sistemas de suporte da vida, na intensificação dos bolsões de privatização de espaços públicos e dos recursos naturais de propriedade comum, como tem acontecido em várias regiões da Ilha, sobretudo na bacia da Lagoa da Conceição.

Vale mencionar, a título de exemplo, os condomínios implantados no entorno da Praia Mole nos últimos dez anos. Constata-se que os movimentos sociais não conseguiram manter o nível de mobilização necessário para impedir a implementação da Lei 3342/90, objetivando a proteção da restinga situada entre a praia e a Lagoa. Este período coincide com a gestão de Espiridião Amin.

Por outro lado, algumas regiões da Ilha só passaram a merecer a atenção dos planejadores urbanos com a construção de infra-estrutura básica para recepção dos visitantes, geralmente de classes média e alta. A “receptividade” da elite política local a esses “estrangeiros” foi tão expressiva, que os cargos de prefeito e governador, concentrados durante quatro anos sob gestão unifamiliar local, acabaram sendo substituídos por candidatos oriundos de outras regiões do Estado – egressos das cidades de São José e Joinville, respectivamente.

4.1.4 Novos Atores Político-Institucionais e Antigas Contradições

A eleição do novo Prefeito, em 2005, foi viabilizada por uma articulação cujo candidato a vice-prefeito é natural da Ilha de Santa Catarina, com popularidade adquirida, em parte, no contexto da disseminação da prática do surfe. Segundo matéria publicada num jornal eletrônico especializado em surfe, um campeonato do circuito estadual realizado na Praia Mole em abril de 2005, “contou com a participação do vice-prefeito de Florianópolis, surfista Bita Pereira, bem como do presidente da Federação Catarinense de Surf, vereador Xandi Fontes”. (informação disponível em: <http://www.adrenalimitz.com.br/campeonatos_2005/>).

A emergência de novos atores políticos compromissados com o surfe, visto enquanto prática “ecológica”, apesar de recente, já começa a demonstrar algumas contradições entre discursos e práticas. Ainda no contexto da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição, seria importante levar em conta a atuação do seu Comitê de Gerenciamento. Este foi criado no bojo de uma tentativa de buscar estratégias de superação dos impactos sócio-ambientais decorrentes do crescimento desordenado, vivido na região, na última metade da década de 90 (FRANK, 2002).

A opção por modelos participativos de gestão de recursos naturais de uso comum faz parte da política ambiental brasileira no período pós-Rio 92. Nesse contexto, um estudo multidisciplinar e comparativo que inclui mais 23 bacias hidrográficas, do qual a Lagoa faz parte, indicou que, no caso desta bacia, os conflitos têm sido recorrentes. A atuação de um vereador como representante da federação de surfistas é apontado, no relatório, como um exemplo das ambigüidades que cercam a atuação de alguns membros (FRANK, 2002).

O relatório menciona ainda que,

[...] no final de 2000, foi lançado (e derrubado) um projeto de lei que previa a proibição de construção de edificações unifamiliares até que houvesse um plano diretor para a região da Lagoa. A proibição de construção sem a infra-estrutura sanitária adequada já tinha sido decidida por ação judicial: existe uma liminar proibindo edificações que não atendam a este quesito. Em função dos diversos problemas ambientais registrados na Lagoa, a grande demanda apontada por diversos entrevistados é a definição de um plano diretor urbano (FRANK, 2002, p. 6).

A sanção da LEI COMPLEMENTAR Nº 099/2002, de autoria do vereador Xandi Fontes, sempre associado à prática do surfe, pode ser considerada uma das principais plataformas que possibilitaram a sua reeleição - com expressiva margem de votos no distrito da Lagoa da Conceição. Mais uma vez, como no caso da Praia Mole, à primeira vista, a prudência ecológica parece ter sido privilegiada no enfrentamento do problema criado pelo crescimento urbano desordenado. Isto na medida em que a citada lei se sobressaiu em razão do seu Art. 2º:

Fica limitada ao número máximo de 2 (dois) pavimentos, não sendo permitida a construção de áticos, pilotis, pavimento-garagem ou qualquer outro tipo de incentivo, a ocupação em todas as Áreas de Usos Urbanos, localizadas nas Unidades Espaciais de Planejamento - UEP 66, UEP 67 e UEP 68, na região da Lagoa da Conceição.

Porém, o que tem prevalecido são as ações fragmentadas. Isto reflete as contradições da atuação dos poderes públicos em relação às questões ambientais da cidade:

A ordenação do crescimento urbano na Lagoa da Conceição deve abranger toda a bacia. Essa iniciativa não pode se limitar a um recorte, mas levar em conta o global." A posição é do presidente em exercício do Comitê de Gerenciamento da Bacia da Lagoa da Conceição, Alécio dos Passos Santos, ao comentar o substitutivo global a um projeto de lei do ex-vereador Misael Mendes (PMDB), que autoriza o parcelamento de uma área de terras entre a sede do Lagoa Iate Clube (LIC), a rodovia Admar Gonzaga e a Lagoa. (A NOTÍCIA, Quarta-feira, 7 de Novembro de 2001).

A proposta de limitação de expansão imobiliária, transformada na Lei 99/2002, que emergiu no âmbito do Comitê da Lagoa, acabou sendo atribuída à CMF. Contribuiu assim, mais uma vez, para o enfraquecimento da participação ampla da sociedade nas decisões sobre os destinos da cidade. A referida lei mostra-se ambígua. Inicialmente, por não se estender a toda Bacia da Lagoa, como já foi assinalado acima (na restinga situada entre a Lagoa e Praia Mole, vários imóveis com três pavimentos tiveram sua construção autorizada, após a sanção da referida lei).

Mesmo que a Lei 99/2002 tenha atendido em parte os anseios da sociedade, acabou beneficiando a expansão do setor da construção civil. Por um lado, em razão de todos os projetos, aprovados ou em tramitação sob o regime da legislação anterior, terem recebido o prazo de seis meses, a partir da sanção da lei, para serem iniciados. Considera-se obra iniciada aquela cujas fundações estejam concluídas até o nível da viga de baldrame. Por outro, revogou-se a Lei Municipal 4765/95, que também ordenava o espaço da região de forma parcial, permitindo-se assim, o parcelamento de uma extensão de área verde situada às margens da Lagoa da Conceição, onde no momento, instala-se um condomínio de alto luxo. Privatizou-se mais uma porção de espaços de uso comum, cada vez mais raros na região.

Vale a pena destacar ainda que, se levar em conta a possibilidade de queda do nível de mobilização dos movimentos sociais, o poder econômico representado pelos *lobbies* do setor da construção civil, a exemplo do que já aconteceu em outras regiões da cidade, poderiam reagrupar forças, no sentido de reverter o teor da Lei 099/2002, pois na verdade, ela se constitui apenas em mais uma medida protelatória, que não vai ao encontro da elaboração de um Plano Diretor para a Ilha de Santa Catarina.

Considera-se, assim, que a utilização da imagem do surfe pela política instituída, como prática ecológica, predominantemente continua ao nível da retórica e com finalidades eleitorais. Por ora, percebe-se que, apesar da entrada em cena de novos atores políticos municiados de discursos mais contundentes e elaborados, há dificuldades em localizá-los na vanguarda de seus antecessores, no que diz respeito à adoção de medidas mais efetivas, que contribuam para a superação dos conflitos sócio-ambientais que se manifestam em toda a Ilha de Santa Catarina.

4.1.5 O Ônibus do Surfe

Não obstante os inúmeros impactos causados à população da Ilha de Santa Catarina, sobretudo na alta temporada de verão, o planejamento urbano continua privilegiando o transporte individual. Segundo o diretor do IPUF, na região da Lagoa, torna-se imprescindível a ampliação da malha viária, apesar dos sérios impactos sócio-ambientais decorrentes. Tais custos seriam justificáveis em troca do crescimento da cidade, uma vez que “na questão do sistema viário ainda há alguns ‘gargalos’ que precisam ser solucionados, principalmente na Lagoa da Conceição e Cachoeira do Bom Jesus, que não suportam mais o fluxo de veículos

durante o verão”. (informação disponível em: <<http://www.sed.rct-sc.br/outubro-2003/081003/IDH.htm>>.).

Como já foi destacado no capítulo anterior, o uso do automóvel está ligado, de certa forma, à prática do surfe. Não fugindo à regra, em Florianópolis esta prática esteve condicionada, desde o início, à posse do automóvel, da casa de veraneio ou de residência próxima à praia. Isto durou até a gestão municipal de 1992-1996. Segundo entrevista concedida pelo representante do Núcleo de Transportes Municipais de Florianópolis, a partir de 1995 passou a ser permitido o transporte de pranchas em ônibus, a qual era proibida em função do risco de acidentes que ofereciam. Mediante uma autorização formal daquele órgão, foi liberado o transporte de pranchas devidamente encapadas e apenas em linhas de ônibus interligando as praias.

Esta medida mostrou-se insuficiente, uma vez que contemplava apenas os moradores que residiam nas proximidades das praias, excluindo praticantes de surfe de outras regiões do Município. Após um processo marcado por conflitos, várias solicitações e manifestações, tanto de usuários tradicionais quanto surfistas, foi emitida em dezembro de 1999 a Norma Complementar 003/99 do Núcleo de Transportes. Ela ampliou para três a quantidade de pranchas que poderiam ser transportadas em linhas de ônibus urbanos. Segundo o mesmo interlocutor, o presidente da FECASURFE participou ativamente na criação da referida Norma.

Em consequência do crescimento da população de surfistas da Ilha de Santa Catarina, e também da área urbana situada no continente, surgiu o “*Ônibus do Surfe*”. Trata-se de um projeto pioneiro no Brasil, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Transportes do Município. Caracteriza-se pela adaptação de parte da frota regular de ônibus, unindo o centro da cidade às praias, permitindo transporte de até seis pranchas. Não obstante a precariedade que caracteriza o sistema de transportes coletivos da cidade, e apesar do sistema integrado implantado em 2003, tal medida não pode deixar de ser considerada um esforço de extensão da prática do surfe a uma parcela mais ampla da população, desprovida de meios de transporte individual.

Porém, mais uma vez, as iniciativas que em princípio poderiam revelar um comprometimento mais efetivo de alguns órgãos públicos, com uma gestão voltada para maioria da população, acabaram colidindo com outras medidas restritivas da Prefeitura Municipal. Há uma tentativa de repassar aos usuários, através da majoração das tarifas, o custo da instalação de um novo sistema de transportes coletivos que, até o momento, não tem correspondido às expectativas criadas. Diante das dificuldades já enfrentadas pela população carente da cidade para se deslocar até os lugares de trabalho, por implicação, existem riscos

de que o projeto do *Ônibus do Surfe* seja inviabilizado, em razão da subutilização a ser imposta pela alta tarifa cobrada.

Em síntese, a insistência de vários atores político-institucionais em vincular o aspecto ecológico do surfe ao modelo de desenvolvimento, hegemonicamente, continua ao nível de mero rótulo. Os atores político-institucionais que se mostram cada vez mais bem informados sobre a temática, demonstram isto nos discursos bem elaborados. No entanto, na interlocução com a sociedade, tais atributos podem funcionar como mecanismos desarticuladores, que dificultam o avanço de processos participativos de gestão e de radicalização da democracia. Denotam-se aspectos de uma cultura política centralizadora da gestão de processos de desenvolvimento. Não foi identificada nas ações das instituições governamentais estaduais e municipais, a exploração em margens de manobras oferecidas pela prática do surfe, como o caso da aplicação de políticas públicas de educação ambiental e gestão costeira participativa. Pavimentaram-se, predominantemente, as vias do mercado.

4.2 IMPLICAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DA “INDÚSTRIA DO SURFE”

O crescimento populacional, o êxodo rural e a industrialização condicionaram o surgimento da problemática ambiental urbana, consubstanciada na crise do saneamento básico e do abastecimento de água potável, além da ocupação desordenada de áreas frágeis e na degradação do patrimônio natural. Estaria a “indústria do surfe” inserida neste processo que tem marcado os aglomerados urbanos?

No caso de Florianópolis pode-se constatar um elo importante de articulação globalizada que vem se expandido continuamente. Contribuem, para tanto, diversos fatores, a exemplo da beleza paisagística, da infra-estrutura turística instalada, do aparelhamento das instituições governamentais, do associativismo civil e da consolidação de um importante mercado consumidor, além de uma abundante oferta de mão-de-obra barata, relativamente bem qualificada, que integra jovens na faixa etária de 18 aos 25 anos. “O estilo e a atitude jovens estão entre os grandes geradores de riquezas mais eficazes em nossa economia do entretenimento, mas o verdadeiro jovem está sendo usado em todo o mundo” (KLEIN, 2002).

Por se tratar de um fenômeno recente, não existem, ainda, estudos rigorosos sobre o tema, capazes de subsidiar análises comparativas sobre suas implicações, do ponto de vista sócio-ecológico. Carece-se, assim, de metodologia de avaliação da relação custo/benefício

para além dos limites atuais da teoria econômica neoclássica. Em que pese ao escopo limitado deste trabalho, neste capítulo é oferecida uma contribuição para o adensamento da base de dados empíricos já acumulados, sobre os riscos envolvidos no fortalecimento deste setor econômico.

Uma grande variedade de empreendimentos produtivos apela, atualmente, para o surfe como uma estratégia de marketing. Até mesmo o ramo de combustíveis e lubrificantes para automóveis mobiliza a “filosofia de preservação do esporte das ondas”. Na Internet pode ser encontrado o sítio de uma empresa de exploração petrolífera que patrocina um dos circuitos nacionais de surfe, com uma etapa que se realiza anualmente na Praia Mole. Tal fato não constitui uma incompatibilidade, já que em grande parte, a explosão da prática do surfe pode ser tributada à incorporação de matérias-primas derivadas do petróleo na fabricação de equipamentos, como pranchas e roupas de borracha, entre outros.

Outro tentáculo da indústria do surfe, e que se desenvolve em simbiose com a indústria do petróleo, é a automobilística. Ao lado de outros ramos industriais, ela desempenha um papel importante no processo de queima de combustíveis fósseis e de emissão de gases tóxicos para a atmosfera. Este processo tem sido considerado um dos principais responsáveis pelas alterações climáticas globais, que inclusive poderá resultar na elevação do nível dos oceanos, com conseqüências ainda imprevisíveis para os ecossistemas marinhos e costeiros.

Como já foi ressaltado anteriormente, o incentivo ao uso do transporte individual, inspirado pelo *american way of life*, está na base do estilo de modernização da sociedade brasileira. O projeto de urbanização que tem prevalecido para as cidades – inclusive para Florianópolis, orienta-se no sentido de abertura de espaços, cada vez mais amplos, para a circulação de veículos, em prejuízo das vias de pedestres e das áreas verdes. Campanhas publicitárias que procuram associar o marketing de automóveis a uma relação mais “próxima à natureza”, intermediada pelo surfe, veiculam imagens que estimulam, na prática, a degradação sócio-ambiental. Geralmente são cenas de automóveis atravessando córregos ou estacionando em plena areia da praia.

Em relação ao presente trabalho, adotaram-se duas classificações em que a diversidade de atividades em pauta, poderia ser incluída. Partiu-se de critérios que procuram evidenciar uma relação de proximidade ou afastamento da prática em si. Certas atividades estão vinculadas ao consumo específico dos praticantes de surfe. Criam condições materiais para a viabilização da prática do surfe, com distribuição espacial mais bem definida, localizada nas regiões costeiras. As demais são atividades de cunho mais genérico, utilizando-se mais da

imagem do surfe. Trata-se, assim, de evidenciar que existem atividades econômicas mais sensíveis às alterações sofridas pelos ecossistemas costeiros.

Espera-se que as idéias do construtor da primeira máquina de fazer ondas, considerado um capitalista visionário, não encontrem ressonância entre stakeholders interessados no crescimento da indústria do surfe (KAMPION; BROWN, 2003). Seja pelos riscos embutidos nesta demonstração de indiferença face à conservação das zonas costeiras no longo prazo, seja por razões estritamente econômicas – na medida em que as piscinas dotadas de ondas artificiais utilizam recursos naturais cada vez mais escassos, a exemplo da água e da energia.

Segundo as fontes de informação disponíveis, a indústria do surfe no Brasil movimentava cerca de US\$ 1,6 bilhões por ano (aproximadamente 0,14% do PIB, 2001), com mais de 600 empresas disputando cerca de 58.000.000 de consumidores potenciais. Já se produziu aproximadamente 50.000 pranchas anualmente, beneficiando cerca de 2.500.000 praticantes. Segundo pesquisa da BRASMARKET, realizada em 2000, o surfe no Brasil é o segundo esporte mais praticado entre os homens, e o terceiro mais assistido na TV, reunindo, a cada dia, mais e mais adeptos (REVISTA VOCÊ S/A, JUL/2002).

Indicadores econômicos tão genéricos desafiam a interpretação da própria Ciência Econômica, face à incipiência da produção teórica nesta nova subárea do conhecimento. Seja como for, deve-se reconhecer que as análises são ainda preliminares. A expansão dos postos de trabalho vistos enquanto principal característica do crescimento econômico, não reflete, necessariamente, a melhoria das condições de vida da população como um todo, principalmente no que tange à informalidade e precarização das relações de produção. Quanto à defesa do turismo e suas derivações enquanto atividade, em torno das quais, já existe quase um “consenso” sobre a viabilidade de promoverem um desenvolvimento sustentável, enfatiza-se que, sem exceções, todas as atividades econômicas geram custos sociais e ecológicos que deveriam ser levados em consideração.

A economia convencional continua tratando esses custos, por mais vultosos que sejam como efeitos externos. Eles são excluídos dos balanços patrimoniais e repassados pelo sistema para a população em geral, para o ambiente e para as gerações futuras. Segundo Ribeiro (2000), “o conhecimento dos impactos ambientais por cada [sic] setor de atividades industriais ajuda na formulação de medidas mitigadoras que evitem a ocorrência de tais impactos negativos”. A taxa de crescimento da *indústria do surfe* tem sido o aspecto mais ressaltado nas fontes pesquisadas. É necessário identificar e avaliar, de forma criteriosa, quais têm sido os custos e benefícios sócio-ambientais advindos dos processos produtivos, que

encontram nas ondas marinhas e nos sócio-sistemas associados, a principal fonte de recursos naturais e humanos para indústria do surfe.

Desta forma, diante do amplo leque de atividades associados à *indústria do surfe* na região em foco, optou-se em analisar aquelas que podem ser consideradas mais características e tradicionais, uma vez que guardam uma relação de interdependência desde a sua origem. Os problemas sócio-ambientais em escala global, como outros grandes desafios do mundo contemporâneo, não podem ser analisados e entendidos de forma isolada. São contextos sistêmicos, exigindo um novo paradigma de pensamento para a sua compreensão e solução. Serão enfocadas, a seguir, as atividades de fabricação de pranchas, os eventos competitivos, o segmento de *surfwear* e os meios de comunicação de massa.

4.2.1 A Fabricação de Pranchas

A produção de pranchas é a atividade mais tradicional da *indústria do surfe*. Único artefato indispensável à intermediação entre praticante e meio-ambiente, na modalidade hegemônica aqui tratada, as pranchas de surfe, gradativamente, tem deixado de ser um utensílio artesanalmente criado, para se converter num produto industrializado. A substituição da madeira pelo poliuretano expandido no fabrico de pranchas, no final dos anos 50, foi um passo fundamental na massificação da prática do surfe. Por implicação, ela passou a figurar no rol das práticas indutoras de danos sócio-ambientais (KAMPION; BROWN, 2003).

Apesar do avançado desenvolvimento tecnológico alcançado pelos diversos setores industriais, a maioria das fábricas de pranchas de surfe ainda mantém, em grande parte, o mesmo processo produtivo que vigora há mais de 30 anos. Estes artefatos são constituídos por um recheio de espuma de poliuretano pré-moldada de fábrica, e revestidas por um compósito formado, principalmente, por resina de poliéster e fibra de vidro.

A geração de resíduos tóxicos e inflamáveis em toda a cadeia produtiva e no pós-consumo de pranchas, sem um tratamento considerado ambientalmente adequado, é reconhecida como um dos maiores impactos sócio-ambientais da indústria do surfe no Brasil e no mundo. Acrescente-se a isto a poluição sonora, o elevado consumo de água e energia elétrica, e os riscos oferecidos à saúde dos trabalhadores do setor e, em muitos casos, da vizinhança (GRIJÓ, 2004; JUVÊNCIO, 2002). Estimativas sugerem que, na Grande Florianópolis, no ano de 2001, foram produzidas aproximadamente 14.000 pranchas.

Acabaram gerando cerca de 107 toneladas de resíduos sólidos, que são descartados em aterros ou “lixões”, sem um tratamento adequado.

Durante a fabricação de uma prancha, cerca de 50 a 70% do total de matérias-primas são desperdiçadas. Em média, são utilizados 10,88 Kg de materiais diversos para um produto final de aproximadamente 3,17 Kg. Estes processos geram resíduos tóxicos que, indevidamente gerenciados, contaminam o ar, a água e o solo, acabam se dispersando e poluindo, tanto o ambiente de trabalho quanto o ambiente próximo às fábricas. Os prazos de decomposição são alarmantes, pois variam de 500 (resíduos sólidos) a dois milhões de anos. No caso dos cristais de polímeros, eles são indeterminados.

Tabela 1: A Geração dos Resíduos da Indústria do Surfe

ITENS	MUNDO	BRASIL	FLORIANÓPOLIS
Produção de Pranchas	800.000	50.000	14.000
RSSu (ton)	6.093	381	107
US\$ (milhões)	121,86	7,62	2,14

Fonte: fábricas de pranchas, blocos de PU e matérias-primas do Brasil e mundo. Revista *Surfer* Janeiro de 1999 e Pesquisas Marbrás et Mundi.

Além disso, as matérias-primas utilizadas nas pranchas, com alto valor agregado, são produtos derivados do petróleo, um recurso natural não renovável. O controle dos usos que são feitos da mesma, impõe uma nova necessidade. A reciclagem é vista neste contexto como um poderoso mecanismo de contenção da degradação do patrimônio comum. São materiais que podem ser recuperados e re-processados como matéria-prima de segunda geração, retornando à cadeia produtiva e econômica (GRIJÓ, 2004).

Atualmente, já existem iniciativas - inclusive no Brasil - voltadas para o reaproveitamento destes resíduos. Muitos fabricantes de pranchas já se conscientizaram da necessidade de adequar suas fábricas às normas condizentes com um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Entretanto, de acordo com Árias (2004), “ainda carecemos de uma atitude mais firme e eticamente responsável no tratamento dos resíduos industriais”.

Existem fábricas de pranchas instaladas ao longo de toda a faixa litorânea da Ilha de Santa Catarina. O levantamento efetuado durante os meses de junho e julho de 2005, indicou a existência de sete estabelecimentos na região focada. A pesquisa permitiu a identificação de um local em que apenas uma pessoa trabalha artesanalmente, há 35 anos. Nos demais estabelecimentos, a divisão de trabalho é bem definida, variando de três, no mínimo, a sete

etapas, no máximo. Em duas fábricas, as de maior porte e mais bem estruturadas, o trabalho do *shaper*¹⁰ (tarefa que dá formato à prancha) emprega sistemas informatizados e mecanizados.

Algumas fábricas são legalmente estabelecidas. Todavia, a informalidade nas relações de trabalho continua sendo uma das suas principais características do setor. Quase todos os trabalhadores das respectivas fábricas praticam o surfe. Salienta-se que este dado é fundamental, uma vez que entre outros desdobramentos, a informalidade das relações de trabalho facilita a flexibilização das jornadas de trabalho. Assim, a produção de pranchas ainda persiste como uma das atividades econômicas que permitem conciliar o trabalho com a prática do surfe. Porém, à medida que a atividade se estrutura economicamente, esta possibilidade se enfraquece.

Com a justificativa de considerarem um dado mercadológico sigiloso, as fábricas não informaram a quantidade de pranchas produzidas, restringindo-se, diante de muita insistência, a fornecer estimativas muito superficiais. Por outro lado, confirmou-se que entre os meses de outubro e fevereiro, há um aumento de até 300% da produção. Este último dado indica que a proximidade do verão contribui para o incremento do número de praticantes. A viabilidade comercial da atividade parece depender, portanto, do contexto gerado pela alta temporada turística.

Quanto às precauções adotadas na busca da contenção dos problemas sócio-ambientais decorrentes da fabricação de pranchas, elas permaneceram, até recentemente, restritas à coleta dos resíduos gerados sem nenhum tratamento prévio, por parte da companhia de limpeza urbana do Município. Daqui em diante, esta coleta poderá ser suspensa, na medida em que a municipalidade classificou os resíduos como industriais. Diante de problemas de estocagem e destinação final, o que poderia ser interpretado como uma iniciativa dos fabricantes se constitui em uma exigência mínima dos órgãos de limpeza urbana em relação à atividade a ser cumprida. Mesmo assim, os resíduos gerados continuam sendo jogados em lixões; em aterros simples ou em sanitários, sem qualquer processo de saneamento ou tratamento e misturados com outros resíduos.

As entrevistas realizadas sugerem que a percepção dessas implicações da indústria do surfe encontra-se, ainda, em estágio embrionário, mas – como foi ressaltado acima – já existem experiências bem sucedidas de produção ecologicamente responsável. O caso de uma fábrica de pranchas localizada no Norte da Ilha, portanto fora do recorte espacial desta

¹⁰ Para maiores detalhes consultar Grijó (2004) e Juvêncio (2001).

investigação, é ilustrativo a este respeito. Trata-se de um empreendimento que, supostamente atende a todas as exigências dos órgãos públicos de gestão ambiental. Embora continuem sendo derivadas de petróleo, são empregadas matérias-primas menos usuais, em relação às consideradas comuns na atividade, e que refletem no melhor reaproveitamento dos resíduos – em termos de durabilidade (quase o dobro), desempenho e preço final do produto. A única desvantagem apontada refere-se à maior dificuldade no manuseio do material utilizado no recheio da prancha (poliestireno expandido) (STEINMAN, 2003).

Existe uma grande quantidade de variáveis que devem ser levadas em conta no funcionamento de uma unidade fabril, evidenciando a complexidade da dinâmica de fabricação de pranchas de surfe. Ainda assim, o único argumento apresentado pelos estabelecimentos pesquisados para o baixo nível de investimentos em novas técnicas e processos redutores de danos sócio-ambientais, diz respeito aos riscos de inviabilização econômica dos empreendimentos.

É justamente neste sentido que o exemplo citado, além de evidenciar possibilidades de mudança de comportamento em relação ao meio-ambiente, abre precedentes para o questionamento dos argumentos com viés economicista. O histórico de sucesso empresarial declarado pela fábrica de pranchas conhecidas como “*ecoboards*”, de alguma forma contradiz a justificativa apresentada pela maioria dos fabricantes. Isto na medida em que a empresa se dispôs a adotar uma atitude antecipativa-preventiva compatível com um novo estilo de desenvolvimento regional.

A Agenda 21 é clara ao propor ações para um manejo ecologicamente saudável e socialmente responsável dos resíduos urbanos e industriais, como a redução máxima de resíduos, a reutilização, reciclagem e gestão adequada dos mesmos. No caso em análise, a existência de projetos consistentes, do ponto de vista científico e tecnológico, vem reforçar as tendências regeneradoras que estão indicadas na política ambiental brasileira.

Seria importante reconhecer que uma parcela significativa das empresas vinculadas a este setor na Ilha de Santa Catarina, admite estar consciente do problema ambiental. Todavia, insistem que a sua solução cabe ao Poder Público. Isto indica a distância que ainda persiste entre o *marketing verde* difundido pela *indústria do surfe* “local” e a realidade dos fatos. Evidencia-se, assim, a necessidade de um debate mais amplo sobre o assunto, mobilizando a sociedade na percepção dos riscos envolvidos nessa alternativa de dinamização econômica.

Levando em conta a complexidade criada pelas interdependências entre as várias dimensões deste problema, Grijó (2004) alerta sobre a ambivalência das competições de surfe: ao mesmo tempo em que exigem uma grande quantidade de pranchas, estimulam o consumo

deste produto. A seguir discorre-se sobre a realização dos campeonatos de surfe na região estudada, que é a atividade mais expressiva do processo em foco.

4.2.2 Os Campeonatos de Surfe

Antes de se tornarem uma *vitrine* para produtos gerados por uma diversificada rede de atividades produtivas, os eventos organizados em torno da navegação sobre ondas representavam rituais ancestrais para algumas comunidades polinésias nativas. Segundo Kampion e Brow (2003),

no antigo Havaí, galinhas, canoas, mulheres e vidas, tudo servia para as apostas quando havia surf. Ressuscitados em Waikiki no início do século XX, os concursos de surf tinham realçado a competição de remo, por vezes ao longo de distâncias de 10 ou 20 milhas. No passado, montar ondas era visto como uma actividade mais expressiva e menos mensurável, mas nos campeonatos de clubes de surf da Califórnia dos anos 30 apanhar ondas começou a ser visto como uma disciplina competitiva de interesse central.

Em contraste, para vários teóricos da Sociologia do Esporte e do Lazer, as competições esportivas realizadas atualmente, fazem parte da consolidação e da globalização da moderna civilização industrial.

Em que pese à escassez de estudos de caso em diferentes contextos sócio-ecológicos, no campo da Antropologia e da Engenharia Ambiental, a importância dos torneios de surfe para a Ilha de Santa Catarina tem sido objeto de pesquisas recentes. De acordo com Martins (1995), tais eventos constituem importantes espaços de socialização das gerações jovens, tendo contribuído para a inserção do surfe no universo simbólico das praias de mar aberto, até então utilizado apenas para práticas vinculadas à identidade cultural das comunidades de origem açoriana, estabelecidas na Ilha de Santa Catarina – a exemplo da farra do boi, do terno de reis e do lance de tainha.

O argumento do autor, segundo o qual as competições de surfe refletiriam a internalização de valores pós-materialistas, vem encontrando ressonância. Isto se deve ao fato de que, no decorrer do ano, exceto nos meses em que as temperaturas baixas são extremas, todas as praias de mar aberto da Ilha servem de palco para a realização desses eventos. A meta é reunir pessoas com interesses diversificados, mas fundamentalmente motivadas por essas competições. A participação de estudantes vinculados a instituições de ensino

fundamental e médio, públicas e privadas é significativa. Mas as logomarcas dos patrocinadores estão sempre em primeiro plano, dificultando a identificação dos limites entre interesses coletivos e privados numa atividade que, sem dúvida, dinamiza a economia local.

O primeiro campeonato de surfe realizado no Brasil, na década de 60, caracterizou-se pela ocupação de uma faixa de areia de 50 metros, a partir do Costão do Arpoador, nome dado ao canto esquerdo da Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. A crescente competitividade destes torneios começou a atrair a atenção de um público cada vez maior, despertando o interesse de empresas como possível veículo de divulgação de seus produtos.

Além das competições em si, os torneios de surfe são geralmente destinados à apresentação de novos equipamentos destinados à prática e à publicidade de uma grande diversidade de marcas de produtos, como bebidas, automóveis e telefonia celular, entre outros, principalmente os ligados ao mundo da moda (CORBETE JUNIOR, 2001).

Florianópolis possui um extenso calendário de competições, distribuídas ao longo do ano e que ocupam a maioria das praias consideradas propícias à prática do surfe. A cidade abriga eventos com perfil amador, cujas premiações são simbólicas e com repercussões restritas às praias em que são realizadas e, também, aqueles que fazem parte do circuito profissional internacional, com expressivas movimentações financeiras. Neste sentido, é importante destacar alguns aspectos que podem ser observados na tentativa de viabilizar a relevância dessas atividades, para a modificação do estilo atual de desenvolvimento do Município.

Um dos impasses diz respeito à volatilidade dos capitais investidos no patrocínio de campeonatos com grande repercussão junto à população. Não existem garantias de que esses eventos continuarão a ser realizados, pois se trata de atividades, cuja realização depende, em grande parte, do interesse de patrocinadores que, muitas vezes, não possuem vínculos significativos com a cidade. A Ilha de Santa Catarina destaca-se pela exuberância paisagística e pela dotação de ondas favoráveis à prática do surfe, mas existem outros Municípios costeiros – em Santa Catarina e no Brasil – com atributos similares.

É o caso da transferência para a cidade de Ubatuba/SP, uma das etapas do WQS, realizada durante os últimos quatro anos na Praia Mole, com o patrocínio de uma famosa marca de *surfwear*. Segundo um dos administradores da empresa,

[...] a mudança ocorre com objetivo de atender o mercado paulista - carente de eventos promovidos pela Association of Surfing Professionals (ASP) nos últimos anos. Estamos pensando nisso há aproximadamente um ano. Neste ano, vamos realizar a quarta edição do evento na Praia Mole, e é como um ciclo que se encerra. Há uma necessidade de mudança latente. De acordo com o administrador, a

prefeitura Municipal de Ubatuba não poupou esforços para levar a competição para a cidade. Eles acenaram com apoio total para a realização do evento e inclusive fechamos para 2006, 2007 e 2008.

O pretexto de se aproveitar “vantagens comparativas”, mesmo diante da carência de indicadores dos possíveis benefícios do acoplamento do surfe ao desenvolvimento turístico em voga no Brasil, evidencia o agravamento de uma espécie de guerra fiscal - o que LIMONCIC (s/data) define como “um verdadeiro caso de leilão de recursos públicos” - entre várias cidades. Esta situação evidência uma relativa descartabilidade no uso dos recursos ambientais costeiros, o que acaba refletindo na qualidade de vida das comunidades locais.

Para uma cidade que depende do turismo como fonte de renda, estes eventos esportivos são uma importante estratégia de aquecimento da economia local. Porém, o surfe não é como o futebol ou quaisquer outros esportes que atraem multidões para o interior de estádios. Não se pode cercar uma praia e limitar o acesso ao mar a apenas um contingente de usuários. Praticantes de todos os níveis técnicos e de todas as idades dispõem do direito de compartilhar uma mesma faixa litorânea.

As praias são locais públicos contendo recursos naturais de propriedade comum. Podem ser utilizadas para diversas finalidades, inclusive às próprias competições. Todavia, torna-se necessário distinguir com clareza o limiar que separa os interesses coletivos e os privados, na organização desses eventos.

Em outras palavras, existe sempre uma tensão decorrente da maneira pela qual o patrimônio natural é apropriado e gerido em diferentes contextos ecossociais. As florestas naturais, as águas continentais e marinhas, a atmosfera, a fauna selvagem, os ecossistemas costeiros, entre outros, constituem recursos de uso compartilhado. Os instrumentos de gestão baseados no funcionamento do mercado ou nas sanções governamentais nem sempre são eficazes, quando estão em jogo recursos de uso comum. Alternativas de gestão comunitária têm sido desveladas pela pesquisa ecológico-humana mais recente e oferecem novas pistas para a instauração de estratégias participativas e sustentáveis de desenvolvimento local.

No caso de Florianópolis, as instituições públicas têm permanecido, de certa forma, omissas do processo de gestão costeira integrada e de aproveitamento do potencial existente para a prática do surfe. Segundo informações da ACSU, não existe ainda uma regulamentação visando aperfeiçoar a realização dos torneios de surfe na Ilha de Santa Catarina.

Ressalte-se que, enquanto uma atividade econômica, o principal objetivo dos campeonatos de surfe é a geração de riquezas, fruto dos investimentos feitos pelas empresas e

do trabalho de parte da população que habita as zonas costeiras e outras regiões. Existe um leque diversificado de tarefas consideradas necessárias à realização de eventos, sendo que várias delas, dizem respeito a providências que devem ser tomadas em lugares distantes daqueles onde são realizados. Em compensação, cada agente envolvido dispõe do direito de receber a sua parte do volume total da riqueza produzida.

Mas, qual é a parte devida ao conjunto da coletividade local? Esta também participa, com a “concessão” de seu patrimônio e com o pagamento de impostos que financiam a prestação de serviços públicos, e a utilização da infra-estrutura urbana. Precisa-se de mecanismos que permitam aferir com mais precisão os benefícios efetivos para a população, para além da recorrente justificativa de que as competições geram emprego e renda.

A organização de um torneio de surfe, por mais simples que seja, requer a instalação de infra-estrutura básica. Geralmente são utilizadas estruturas metálicas, com a finalidade de abrigar equipamentos de áudio e vídeo e equipes técnicas. Mesmo sendo temporárias, durando no máximo alguns dias, elas contribuem para a degradação da paisagem costeira e para a alteração da morfologia das praias utilizadas (GORAYEB, 2003; MUDAT, 2003).

Outro problema relevante, diz respeito aos danos gerados pela população que se concentra nas imediações dos eventos – sobretudo a ocupação de dunas e a degradação da vegetação de restingas – são os principais motivos de degradação. A quantidade de lixo deixada pelos freqüentadores diretamente sobre os lugares que ocupam é uma forma de degradação ambiental também atribuída aos eventos.

Mas há uma forma de poluição que até o momento não tem sido ainda submetida a uma avaliação criteriosa. Trata-se da proliferação de campanhas publicitárias por ocasião dos torneios. Incluem-se aqui os equipamentos de surfe, os guarda-sóis, as paredes que revestem os palanques, birutas, tendas, bandeiras, uniformes de funcionários etc. Ironicamente, Klein (2002) abre o primeiro capítulo de seu livro, que trata da tirania imposta ao mundo contemporâneo pelas marcas comerciais, com o trecho de um depoimento do fundador de uma das mais importantes empresas de publicidade do Planeta, David Ogilvy: “pessoalmente, tenho paixão por paisagens, e nunca vi nenhuma ser melhorada por um *outdoor*”.

Vale a pena ressaltar, também, a existência de uma legislação avançada que procura coibir o impacto visual da publicidade nas unidades de conservação e áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina (CECCA, 1997a). Tais regras são consideradas importantes, na medida em que Florianópolis é um Município insular e litorâneo dotado de uma grande diversidade de paisagens, que são um dos seus principais atrativos turísticos.

O impacto visual das campanhas publicitárias extrapola, às vezes, as áreas de praia. Isto acontece quando há a fixação de cartazes de divulgação dos eventos em postes de distribuição de energia elétrica, ao longo das principais vias de acesso à orla marítima. Merece destaque, a colocação de um cubo inflável publicitário, com vértices de aproximadamente três metros sobre a superfície da Lagoa da Conceição, próximo ao entroncamento da Av. das Rendeiras com Rua Osni Ortiga, que foi colocado durante a realização de um campeonato internacional realizado em Florianópolis em 2005.

Finalmente, para além das ambigüidades já mencionadas, sobressai aquela que vincula o surfe à promoção da saúde dos praticantes. Este aspecto é ilustrado pelo seguinte trecho de uma entrevista concedida a um periódico local, às vésperas da realização de um evento competitivo internacional, patrocinado por marcas de bebidas alcoólicas: "Existe agora uma espécie de patrulhamento dentro do surfe para que os atletas não usem drogas, sinal de que a mudança foi muito grande", complementa Paulinho (ANCAPITAL, Celso Martins, 26 de Outubro de 2003).

O uso de drogas ilícitas, especialmente a maconha, esteve associado à prática do surfe, especialmente no auge da contracultura dos anos 1960 e 1970. Mas na realidade, o problema persiste ainda hoje no cenário internacional (KAMPION; BROWN, 2003). Na França, o exame antidoping é sistematicamente requisitado durante a realização de competições de surfe.

O uso de drogas atinge não só os adeptos do surfe – sobretudo os jovens. Transformou-se num problema social de escopo global. O consumo de drogas legalizadas, como o álcool e o fumo, é incentivado mediante a organização de autênticas guerras publicitárias entre marcas concorrentes, com ampla penetração em, praticamente, todas as camadas da população.

Em síntese, procurou-se evidenciar alguns aspectos da crescente importância econômica assumida pelos campeonatos de surfe. Esta situação pode estar contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que, até então, não tem correspondido às expectativas criadas nas trajetórias da sua concepção e implantação, principalmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população local.

Em contraste com a fabricação de pranchas, os impactos gerados pelos torneios de surfe, só muito recentemente começaram a sensibilizar alguns setores sociais da Ilha de Santa Catarina. No entanto, não se pode descartar a possibilidade destes eventos serem revertidos em benefício do conjunto das comunidades litorâneas. Tal hipótese sustenta-se na capacidade de mobilização popular que os torneios de surfe têm demonstrado e no fato de se utilizarem

recursos naturais renováveis e humanos disponíveis. Se, por um lado, esta atividade vem substituindo antigas formas de organização sociais, que priorizavam o uso coletivo das praias, por outro, talvez possa ajudar a resgatá-las no bojo de um novo enfoque de planejamento do desenvolvimento da zona costeira, que priorize as diversidades de possibilidades que as características locais oferecem. No próximo item será tratado o segmento econômico mais diretamente envolvido com os torneios de surfe, a saber: o de *surfwear e acessórios*.

4.2.3 O Segmento de *Surfwear* e Acessórios

O segmento conhecido como *surfwear* ou *moda surfe*, figura como um dos pioneiros na utilização da imagem do surfe e do surfista para venda de produtos, dentre os quais o vestuário destaca-se como o mais importante, envolvendo praticamente toda a cadeia produtiva do setor têxtil.

4.2.3.1 A *Surfwear* Despida da Marca, um Têxtil como os Demais

Trata-se de uma atividade tradicional, em termos de sua formação e do papel histórico que exerce, na passagem da manufatura para a grande indústria, inclusive no que tange às precárias condições de trabalho impostas aos trabalhadores. Foi uma das precursoras do processo de mecanização da produção, durante a Revolução Industrial ocorrida no período de 1780 a 1840. No entanto, desde a sua origem até aproximadamente 1950, não ocorreram inovações técnicas significativas nos processos produtivos. A partir daí, a indústria têxtil mundial passa por transformações importantes, como resultado da incorporação de inovações técnicas de outros setores industriais, como o da química.

O processo produtivo na indústria têxtil pressupõe a organização de várias etapas produtivas inter-relacionadas: a fiação; a tecelagem; os acabamentos; e a confecção. A última etapa do processo engloba desenho, a confecção de moldes, corte e a costura. Cada etapa apresenta especificidades e contribui para o desenvolvimento do próximo elo do produto. Além do processo produtivo propriamente dito, outras funções corporativas devem ser

consideradas - como *marketing*, finanças, criação de marcas, canais de distribuição e comercialização, entre outras.

No cenário internacional, a indústria têxtil tem passado por processos de reestruturação produtiva e de mudanças organizacionais, desde 1970, alternando os padrões de produção e comercialização. Este processo de reestruturação implicou na incorporação de novos métodos e de novas tecnologias nos processos produtivos, como o desenvolvimento de novos produtos (fibras sintéticas) e a segmentação da cadeia. Em consequência, cada vez mais, as grandes empresas, que frequentemente comandam a cadeia têxtil mundial, concentram seus esforços nos ativos intangíveis – a exemplo de *marca*, do *marketing*, e dos canais de distribuição e comercialização. Isto faz parte do deslocamento das atividades produtivas para regiões/países onde os custos com mão-de-obra são menores, ou seja, onde as possibilidades de exploração do trabalho são maiores (LUPATINI, 2004).

A análise desta nova configuração mundial é fundamental para a compreensão da evolução deste segmento no Brasil, no contexto da divisão internacional do trabalho. Na nova divisão internacional do trabalho, desenvolveram-se complexas redes de produção e comercialização na Ásia, ao mesmo tempo em que se mantinham as redes de varejo ocidentais (LUPATINI, 2004).

A dimensão tecnológica faz parte da complexidade e da diversidade desse processo, sobretudo no que diz respeito aos ativos imateriais – um elemento chave do desenvolvimento do ramo têxtil-vestuário no Brasil. Dessa forma, além das inovações no processo produtivo, é importante levar em conta o investimento em *design*, marcas próprias regionais e redes de comercialização.

4.2.3.2 Os Diferenciais da *Surfwear*

Assim como as pranchas, o estilo de roupa associado à prática do surfe inspira-se na cultura nativa polinésia. Adequadas ao clima tropical da região, até o início do séc. XX, as roupas eram confeccionadas com a *tapa*, um produto obtido a partir das cascas extraídas de certas espécies vegetais nativas. Entre as décadas de 1920 e 1930, foram criadas as camisas *aloha*, destinadas ao consumo dos turistas, pois eram caracterizadas pelas estampas florais e confeccionadas inicialmente em seda, algodão e, em seguida, em tecidos sintéticos (KAMPION; BROWN, 2003).

Da mesma forma que respirar, comer, morar, entre outras necessidades básicas, o vestuário está intimamente relacionado com o meio-ambiente natural. A *surfwear* foi desenvolvida, inicialmente, em regiões de clima quente, por serem mais frescas e leves. São mais adequadas à realidade dos centros urbanos concentrados ao longo da costa brasileira em contraste com o vestuário usual, muitas inspiradas em climas frios, geralmente europeus. Mas existem linhas de *surfwear* destinadas às regiões frias e aquelas desenvolvidas especialmente para serem utilizadas na água. Este tipo é usado, às vezes, por pescadores.

A título de exemplo, nas regiões tropicais, o uso de roupas no estilo *surfe* poderia contribuir, em muitos casos, para a dispensa de sistemas artificiais de climatização. Economizaria energia, matérias-primas, trabalho etc. Porém, os preços elevados dos artigos de *surfwear*, no mercado varejista, impedem o seu consumo, por parte dos setores menos favorecidos da população. Se no campo da oferta o segmento tem como diferencial o preço, além de igualar-se às demais modalidades de vestuário em termos de processos de produtivos empregados, ele pode contribuir para agravar a tendência que aponta no sentido da exclusão social, principalmente nos casos de consumo supérfluo (RIBEIRO, 2000).

4.2.3.3 Os Impactos Sócio-ambientais do Setor Têxtil

Os impactos sócio-ambientais gerados pela atividade têxtil já se faziam presentes nos primórdios da Revolução Industrial. Dentre os mais recorrentes estão: a poluição sonora, as vibrações produzidas pelos teares e a poluição hídrica, esta última gerada pelos processos de tingimento e engomagem, a poluição do ar e do solo – os aterros de resíduos industriais perigosos (ARIP) - causadas pelos componentes químicos e a desertificação decorrente do cultivo do algodão, importante matéria-prima (RIBEIRO, 2000).

Cada vez mais, a questão ambiental vem ganhando destaque junto à opinião pública e junto ao setor industrial. Contudo, para Lupatini (2004), trata-se de algo *muitas vezes restrito ao mero exercício de retórica*. Segundo a Revista Têxtil (2002), existem exemplos de empresas brasileiras que têm incorporado tecnologias consideradas menos agressivas ao meio ambiente em seus processos produtivos. Na maioria dos casos abordados, a maior preocupação recai sobre o uso da água, reforçando as relações de interdependência entre a qualidade desta modalidade de recurso natural e as atividades têxtil e de vestuário, que

segundo seus próprios representantes *é a que mais cresce no Brasil* (informação disponível em: <<http://www.abit.org.br>>.).

Ao contrário de outros países, que já nas décadas de 1960 e 1970 possuíam pesadas restrições ambientais, ao não contabilizarem os custos ambientais no processo produtivo, o Brasil acabou dispondo de vantagens competitivas no mercado internacional. Assim, além das vantagens da mão-de-obra barata e dos subsídios aos investimentos estrangeiros, o País adotava como diretriz, a utilização indiscriminada de seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, a despreocupação com a poluição do meio ambiente. Neste contexto, o setor empresarial aparece como ator significativo do sistema de gestão ambiental somente a partir da década de 1980, quando começa a abandonar sua imagem de vilão da ecologia e a adotar uma imagem de amigo do verde (PORTILLO, 1999).

Até então, no Brasil, preservar o meio ambiente significava, para o empresariado, investimentos financeiros sem retorno, reduzindo a competitividade da empresa frente ao mercado. Meio ambiente e desenvolvimento apareciam como realidades antagônicas, e acreditava-se que, para haver crescimento econômico, a poluição e o esgotamento de recursos naturais deveriam ser assumidos como males necessários.

Num primeiro momento, muitas empresas continuam entendendo que a preocupação ambiental pode implicar custos adicionais, numa premissa nem sempre verdadeira. Pois os investimentos em processos destinados a atenuar os impactos sócio-ambientais podem acabar gerando benefícios significativos para as empresas (REVISTA TÊXTIL, 2002).

Atualmente, poluir prejudica não só a natureza, mas também, a imagem das empresas, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte. Já a preservação, além do aspecto financeiro, oferece chances de agregação de valor ao seu produto pela via da responsabilidade social, pela busca da prudência ecológica nas estratégias de desenvolvimento. As empresas estão descobrindo que, ao proteger o meio ambiente, estão protegendo seu próprio patrimônio, no longo prazo.

No caso da indústria de *surfwear*, comparativamente, cabe mencionar a instituição que, além de defender os interesses da indústria do surfe, perante o maior mercado produtor e consumidor, o norte-americano, também é modelo para o setor brasileiro. Inclusive porque há empresas associadas àquela instituição que atuam no Brasil, por meio de complexos e diferenciados modelos e mecanismos de distribuição espacial da produção. Apesar da sua natureza essencialmente econômica, a entidade declara que entre os seus cinco objetivos principais, há um relativo à questão ambiental: “*supporting oceanic environmental efforts*

through SIMA's Environmental Fund to ensure future growth of the sport and understanding of environmental activism”.

O *SIMA's Environmental Fund* destina, anualmente, uma linha de financiamento para dez instituições não-governamentais. Algumas já se consolidaram como a *SURFRIDER FOUNDATION*, em razão de trabalhos que desenvolvem em processos de gestão de ecossistemas costeiros. Algumas dessas são de escopo internacional, mas a maioria atende às populações sediadas em regiões costeiras dos EUA. A doação dos recursos obedece aos critérios determinados pela SIMA.

Ainda que, ao contrário do que ocorre no principal país de referência para o setor - os EUA - o segmento de *surfwear* nacional não possui representação própria, há um comitê permanente que atende aos interesses imediatos do setor nacional no âmbito da ABIT. Na atualidade, o referido grupo, em sua maioria, é comandado por representantes das principais marcas. Elas encontram em Florianópolis um importante pólo consumidor e divulgador de seus produtos. Segundo dados disponibilizados no sítio da ABIT, as mais importantes ações deste comitê de *surfwear* são as realizações de seminários com o objetivo de qualificar as empresas associadas nas áreas de “design, tendências, administração, marketing ou vendas”.

Única informação corporativa disponível sobre este setor específico, os resumos sobre os tópicos abordados nos sete seminários realizados pelo Comitê de *surfwear*, desde a sua fundação, em 2001, não fazem qualquer referência à adoção de estratégias que possam contribuir para a reversão da problemática sócio-ambiental. Seja a qualquer pretexto, por uma questão imediatista de cuidado com a imagem da marca ou efetivo compromisso com a questão sócio-ambiental, constata-se o não alinhamento do referido setor a políticas definidas tanto pela ABIT, quanto pela SIMA.

O viés corporativo do setor de *surfwear* foi comprovado mediante consulta aos sítios eletrônicos de dez empresas, líderes do setor em Florianópolis. O critério utilizado para a identificação das empresas pesquisadas foi o cruzamento dos dados obtidos, a partir de consulta junto aos estabelecimentos comerciais visitados durante a pesquisa de campo, além de consultas informais junto a praticantes de surfe.

Metade das empresas indicadas é multinacional e dispõe de representação no Brasil. Porém, nem todas possuem sítio eletrônico com versão em português. As demais são nacionais e algumas delas comercializam seus produtos em outros países. Quatro empresas estão representadas pelos respectivos proprietários na direção do comitê de *surfwear* da ABIT. Constatou-se uma discreta divergência frente às questões sócio-ambientais entre a

posição do segmento corporativo de *surfwear* e algumas das empresas pesquisadas, individualmente, por meio dos respectivos sítios eletrônicos.

Apenas cinco sítios eletrônicos procuram associar a imagem das empresas à problemática sócio-ambiental. As abordagens são diferenciadas. Apenas uma possui um “link” específico na página principal do sítio. Duas desenvolvem campanhas institucionais contra a violência. As demais apóiam trabalhos desenvolvidos por ONGs.

A empresa que dispõe do “link” ecológico oferece uma síntese da evolução da problemática sócio-ambiental nos últimos trinta anos. Menciona o agravamento da pobreza em escala global, associam a poluição ao estilo de vida materialista-consumista hegemônico, tematiza o esgotamento dos recursos naturais e a redução da biodiversidade, além das evidências de mudanças climáticas. Informa, também, que está implantando um “sistema de gestão ambiental” com a finalidade de adotar práticas preventivas que envolvam outros elos da cadeia têxtil. Defende, portanto, a adoção dos princípios de “responsabilidade social” e “sustentabilidade ambiental” nas esferas social, comercial, esportiva e empresarial. Propõe, finalmente, a abertura de um número maior de canais de comunicação junto à sociedade como um todo, sem indicar, contudo, dados concretos que possam refletir a possibilidade de uma efetiva ultrapassagem do nível do discurso.

Em relação às campanhas contra a violência, uma das empresas vem desenvolvendo um trabalho específico em torno do tema nos últimos oito anos, enquanto a outra recentemente adotou esta abordagem. Em ambos os casos há um potencial de aproveitamento das campanhas que precisa ser mais bem explorado, de forma a contribuir para a mitigação de conflitos. Quanto às *marcas* que apóiam ONGs, uma desenvolve trabalhos voltados para a limpeza de praias, em várias partes do planeta, incluído o Brasil. A outra desenvolve um trabalho em parceria com uma entidade não-governamental, que tem como objetivo proteger os mares contra a poluição urbana, principalmente através da educação ambiental de jovens. No entanto, a área de atuação restringe-se ao Reino Unido.

Os depoimentos de responsáveis por empresas associadas à “indústria do surfe” na área pesquisada constituíram uma terceira fonte de dados. Eles foram solicitados a se posicionarem sobre práticas relevantes, tendo em vista o enfrentamento da crise sócio-ambiental. O resultado confirmou a tendência verificada nos níveis corporativo e empresarial. Todos os consultados revelaram desconhecimento de qualquer prática associada às empresas de “*surfwear*”.

Dessa forma, tanto do ponto de vista dos processos produtivos quanto das estratégias de comercialização, foi evidenciada a omissão de um dos mais importantes setores da

“indústria do surfe” em relação aos problemas sócio-ambientais. Isto indica que a utilização da imagem ecológica do surfe por empresas desse setor de atividade econômica representa, até o momento, fundamentalmente, um mero exercício de retórica.

4.2.4 Os Veículos de In(Formação)

Os meios de comunicação podem ser considerados os principais aliados da indústria do surfe desde o início da sua formação. Na atualidade, toda a diversidade de formas de transmissão e distribuição de informações é utilizada para a projeção de imagens passíveis de associar, a prática do surfe, a diversas opções de dinamização econômica. Televisão, rádio, cinema, vídeo, *internet*, telefonia fixa e móvel, periódicos eletrônicos e impressos, guias de viagem específicos e genéricos, livros, revistas, música e quaisquer outras formas de comunicação midiática têm sido utilizadas. Apesar de interdependentes, cada setor desempenha um papel distinto, na medida em que a área de abrangência de cada um deles, assim o permite.

Os primeiros relatos escritos a respeito da capacidade dos povos polinésios de navegarem sobre ondas são atribuídos às expedições científicas e comerciais empreendidas através do Oceano Pacífico no séc. XVIII, comandadas pelo navegador britânico James Cook. Mas foram os escritores norte-americanos Mark Twain e Jack London, respectivamente, que mais contribuíram para a divulgação e afluência dos primeiros viajantes abastados ao arquipélago havaiano. Isto ocorreu entre o final do séc. XIX e o início do subsequente (KAMPION; BROWN, 2003).

Por meio da difusão de guias de viagens, com ilustrações que destacavam a prática do surfe como principal atrativo, o Havaí já havia se transformado, antes da virada para o séc. XX, em privilegiado destino turístico dos moradores da costa pacífica dos EUA. A menção à descaracterização da cultura polinésia originalmente encontrada naquele arquipélago do Oceano Pacífico, iniciada pela colonização norte-americana e que estimulou o turismo, pode ser encontrada na contribuição de Rosa (2001).

No entanto, apenas entre o final dos anos 1950 e o início da década seguinte, as primeiras produções cinematográficas e revistas especializadas em surfe se transformaram em veículos de publicidade imprescindíveis à diversificação da *indústria* que se criou à sua volta.

Contudo, o desenvolvimento de uma *mídia* especializada na prática do surfe não configura um processo linear.

As primeiras revistas e filmes independentes de caráter documental produzidos exclusivamente por surfistas, a despeito do filão comercial que se abria mediante as perspectivas de mudanças nos estilos de vida, de alguma forma se tornaram expressão artística e de difusão de idéias do movimento da contracultura até a metade dos anos 1970 (KAMPION; BROWN, 2003; ÁRIAS, 2004).

Num contexto histórico marcado pela inquietação da juventude e pela divulgação de novas regiões do planeta, recém descobertas pelos exploradores de ondas, a prática do surfe se disseminou em ritmo acelerado. Dotado de uma extensa zona costeira, o Brasil não fugiu à regra. Assim como em outros lugares, nas praias de mar aberto de Florianópolis, emergiu um novo ator com a sua prancha debaixo do braço. Ao ser impulsionado pela imprensa local, ele se tornaria o “modelo ético-estético da indústria do lazer e do turismo em instalação” (ROSA, 2001).

A difusão da prática do surfe tem contribuído para a abertura de novos espaços de dinamização editorial, tendo em vista o binômio surfe-ecologia. Em decorrência, os desafios associados à gestão ambiental costeira têm se tornado mais nítidos, e a capacidade de mobilização política mais palpável. Todavia, em considerável parte destes veículos de comunicação, praticamente inexistem posicionamentos mais críticos sobre o estímulo ao consumismo desenfreado que envolve algumas atividades ligadas ao surfe.

4.2.4.1 Os Diários Impressos Locais

À medida que a prática do surfe se disseminou pelas praias de mar aberto da Ilha de Santa Catarina, ampliou-se a cobertura midiática deste processo. Criou-se uma nova *marca registrada* para o surfe, avessa à intenção contracultural dos primeiros tempos – associada ao questionamento da atmosfera repressora e conservadora criada pela ditadura militar (ROSA, 2001).

A utilização das imagens de um personagem e de uma prática que inicialmente se notabilizaram pela relação desinteressada, e até contestatória, com um modelo de sociedade industrializada e consumista, e mais próximo à natureza, colaborou sem dúvida para o fortalecimento do projeto de instalar “fábricas sem chaminés” em Florianópolis. No entanto,

os fatos têm demonstrado que, no caso da Ilha de Santa Catarina, a participação da imprensa na solidificação do elo entre o apelo ecológico do surfe e a “vocação turística” local, praticamente não ultrapassou o nível superficial. Tornando-se, então, o surfe “um negócio importante, os capitalistas avançaram” em todas as direções, indiferente às características específicas do nível local/territorial (KAMPION; BROWN, 2003).

Rosa (2001) menciona que, em janeiro de 1976, uma empresa de construção civil já recorria   imagem do surfe para vender imóveis   beira-mar, através de anúncios veiculados num dos jornais de maior circulação da época. Naquele momento, procurava-se ressaltar o caráter de “oposição”   lógica aprisionadora do trabalho e do cotidiano urbano, momentaneamente adequado   prática do surfe. Ao mesmo tempo revelava-se que o acesso   sensação de “liberdade e prazer” estava vinculado à capacidade de adquirir bens de luxo, a exemplo de uma segunda residência na praia, até mesmo porque, o surfe permanecia como prática predominante entre as camadas sociais com maior poder aquisitivo.

Passados quase dez anos da organização do primeiro evento¹¹ de surfe em Florianópolis, mais especificamente na Praia da Joaquina, um periódico local anunciou que esta praia havia se transformado em *um mar de grifes* (ROSA, 2001). Embora já não fosse tão necessário adquirir um imóvel   beira-mar para poder surfar, para quem quisesse ser reconhecido como surfista, ou adepto do “estilo de vida” correspondente, bastaria então usar *surfwear*, cujas marcas deveriam ser expostas da forma mais ostensiva possível.

Desta forma, ao ser eleito como a nova atividade “t pica” dos espaços   beira-mar, a m dia local evidenciava uma relação, cada vez mais forte, entre a prática do surfe e a expansão do turismo no Município. De forma oportunista, segundo Rosa (2001), os veículos de comunicação de massa passaram a operar a “retificação” da própria figura do surfista, agora totalmente orientado pela ideologia *capitalista-consumista*. Plasmou-se uma nova “tradição” para a Ilha de Santa Catarina que, em muitos aspectos, criou interseções entre a prática do surfe e um modelo de turismo e urbanização ecológica e socialmente predatórios.

Mesmo que nos últimos anos tenha se formado uma *m dia* exclusivamente focada na prática do surfe, identificada principalmente pela linguagem específica que surfistas utilizam, há evidências de que ainda existam espaços no mercado de comunicação. Isto pode ser confirmado pelo fato de uma das maiores editoras de revistas do País adquiriu direitos exclusivos sobre a utilização do nome do circuito nacional de surfe profissional - que tem uma

¹¹ Durante os dias 23,24 e 25 de julho de 1977 foi realizado o festival denominado Rock, Surf e Brotos pelos colunistas sociais do jornal O Estado de Santa Catarina, com incentivos de instituições governamentais e privadas (ROSA, 2001).

das etapas de acesso disputada na Praia Mole e é considerado o maior do mundo ao nível de país - para uma grande diversidade de produtos de *mídia* que comercializa.

Por sua vez, os canais de comunicação abertos também não abriram mão das possibilidades econômicas que o crescente volume de adeptos e admiradores do surfe tem oferecido. Criaram-se cadernos, colunas e programas específicos que, de acordo com as circunstâncias, alternam espaços diferenciados com outros temas. No tocante à importância da prática do surfe para Santa Catarina e para sua capital, os principais periódicos de circulação regional têm concorrido entre si pela liderança nas coberturas. Neste sentido, além dos periódicos regionais, considerados de grande relevância para o contexto em pauta, seria importante mencionar o papel representado por outros veículos de comunicação.

4.2.4.2 As Revistas

As primeiras revistas de surfe surgem ao lado de filmes experimentais e independentes, como um misto entre produção comercial e artística. Procuravam expressar, por meio da imagem, a plasticidade das ondas marinhas, não só enquanto propriedade física, mas também estética. O uso da fotografia, enquanto um recurso de linguagem contribuiu tanto para a multiplicação de adeptos como para a circulação mais intensa de informações que a escrita e a fala não comportavam. Desta maneira, as revistas de surfe passaram a se caracterizar pela ênfase que sempre dedicaram à publicação de fotografias sobre a prática do surfe em diversos tipos de ondas, muitas vezes em detrimento do texto e sem levarem em conta o contexto mais amplo dessa prática.

A exemplo da fabricação de pranchas, as revistas de surfe passam a ser produzidas e consumidas em maior quantidade, a partir do surgimento de uma inovação tecnológica. A confecção de uma capa para máquinas fotográficas à prova d'água, em fibra de vidro, passou a permitir a captura e reprodução de ângulos de visão, até então, restritos aos praticantes. Com a amplificação do público consumidor, foram criadas condições para que as revistas se tornassem um dos mais importantes veículos de associação da prática do surfe com o mundo dos negócios. Ainda assim, a maior parte dos espaços reservados aos anúncios comerciais continua sendo ocupada por marcas de *surfwear* e acessórios.

Não obstante, em oposição às tentativas de setores da *mídia* visando enquadrar os praticantes num padrão homogêneo de comportamento, cada vez mais restrito ao consumo

supérfluo, mantiveram-se alguns espaços e criaram-se outros que tem questionado este propósito.

Multiplicam-se os artigos, as colunas e as edições especiais, associadas à prática do surfe, que refletem posições divergentes e até polêmicas. Dada a importância das revistas especializadas, consideradas como um dos produtos mais consumidos por praticantes de surfe, que podem operar diretamente como formadores de opinião e até educadores, parece estar havendo uma tímida, mas significativa, evolução da sensibilidade deste setor à crise sócio-ambiental contemporânea.

Critica-se o capitalismo global e o crescimento turístico desordenado em várias regiões do planeta que já foram “paraísos do surfe”, ao mesmo tempo em que se denuncia o avanço da especulação imobiliária em ecossistemas costeiros, colocando em risco as condições naturais favoráveis à formação de ondas e negligência das instituições governamentais. No entanto, muitos dos textos publicados, à luz de uma reflexão ecológica, permitem entrever controvérsias, muitas vezes resultantes de abordagens fragmentadas.

Além do mais, os espaços dedicados à publicidade, em média, correspondem a 50% das páginas das revistas. Desta forma, as possibilidades de fortalecimento de um estilo editorial capaz de levar em conta a multidimensionalidade do fenômeno do surfe, permanecem por enquanto restritas.

4.2.4.3 Os Audiovisuais e a *Internet*

Os audiovisuais têm sido considerados instrumentos privilegiados de mercantilização das práticas do surfe. No início dos anos de 1960, predominaram os filmes que se distinguiram do padrão convencional imposto pelas companhias norte-americanas.

Mesmo atendendo a um mercado consumidor em plena expansão, esses filmes exprimiram a preocupação em transmitir os aspectos mais inovadores do fenômeno da massificação das práticas de surfe. Alguns deles acabaram tornando-se clássicos da cinematografia, pelo fato de questionarem o estilo de vida materialista-consumista das sociedades afluentes (KAMPION; BROWN, 2003).

Neste sentido, o cenário das praias constituía um componente essencial da imagem “libertária” associada ao surfe (VASSALLO, 2003). Vistas como espaços de uso comum, as praias têm sido objeto de reflexão acadêmica. Da mesma forma que as ruas e os parques

públicos, trata-se de locais acessíveis, em princípio, a todos os cidadãos. Além disso, elas costumam representar a dimensão do reencontro com a natureza, em reação às coações comportamentais impostas pelos códigos culturais dominantes. Permitem, assim, a emergência de modos de expressão inovadores que, simbolicamente, estimulam o desenvolvimento pessoal. Num certo sentido, como reconhece Kampion e Brow (2003), a prática do surfe parece refletir uma opção por um estilo de vida mais livre, que torna o ambiente marinho, o cenário ideal para experimentos com novas formas de percepção e relacionamento.

Paradoxalmente, o sucesso de público alcançado pelos primeiros audiovisuais sobre surfe, especialmente aqueles produzidos de forma independente, acabou contribuindo para que viessem a se converter em veículos de divulgação de produtos comercializáveis. A incorporação das novas tecnologias de produção, distribuição e reprodução de imagens a este setor, criaram condições ideais para a expansão acelerada da indústria do surfe. Alguns profissionais reconhecem que, “desde o surgimento da TV por assinatura e o fortalecimento da Internet, é cada vez mais maior [sic] o número de produções de surf em vídeo e DVD” (informação disponível em: <<http://www.waves.com.br>>.). Por sua vez, as transmissões ao vivo tornaram, também, as etapas dos torneios muito mais atrativas para os patrocinadores.

Isto contribuiu decisivamente para a popularização do surfe, estimulando a expansão das cadeias produtivas a ele associadas e consolidando o prestígio de certos locais que, desde a década de 1960, vinham sendo utilizados para a prática - no Havaí, na Austrália, no Peru e nos EUA. Tornaram-se mais visíveis certas regiões que adotaram políticas de turismo centradas na promoção do surfe como forma de revitalização de suas economias – e isto inclui a experiência de Florianópolis.

No entanto, não há garantias de que os benefícios supostamente gerados estejam se revertendo para o conjunto das comunidades locais. Além disso, aumentaram os impactos destrutivos sobre os ecossistemas costeiros, gerados pelo adensamento da população de surfistas e pela afluência de turistas identificados com esta prática. Todavia, mesmo levando em conta a hegemonia alcançada pela visão mercadológica do surfe nos últimos dez anos, de certa forma, a dinâmica criada vem permitindo uma tomada de consciência mais ampla da crise sócio-ambiental.

Atualmente, a *internet* funciona como o principal canal de divulgação dos desafios criados pela expansão do surfe no País. A disseminação de noções como “educação ambiental, inclusão social, impactos sócio-ambientais, cultura local, conhecimento tradicional, sustentabilidade etc.”, por parte dos atores sociais envolvidos com a prática do

surfe, parecem indicar uma percepção mais nítida da complexidade envolvida nos processos de regeneração do tecido social, por meio de estratégias alternativas de desenvolvimento local.

Há indícios de que a comunidade de surfistas pode estar começando a entender que os ambientes costeiros-marinhos constituem espaços privilegiados de desenvolvimento pessoal e grupal. A multiplicação das escolas de surfe pelo Brasil, inclusive em Florianópolis, sugere a existência de um expressivo potencial de educação ambiental que poderá ser progressivamente fortalecido.

No campo da criação de audiovisuais, merecem destaque duas produções recentes, classificadas como documentários que reforçam a importância do lugar para a indústria do surfe. Revelam alguns dos impasses que cercam a carreira de surfista profissional, procurando ressaltar os “mitos” criados em torno dos atletas bem sucedidos, as percepções diversificadas da natureza que estão em jogo e as conseqüências sócio-ambientais do desenvolvimento turístico, com ênfase na importância da manutenção da diversidade biológica e cultural.

Por fim, constatou-se que a *indústria do surfe* local representa um elo importante de uma articulação globalizada que vem se expandindo continuamente. Uma vez que todas as atividades econômicas geram custos sócio-ambientais, buscou-se aqui identificar e avaliar tais implicações. Em meio a um complexo contexto sistêmico, optou-se em analisar aquelas atividades que guardam relações de interdependência desde a sua origem - a fabricação de pranchas, os eventos competitivos, o segmento de *surfwear* e os meios de comunicação de massa. No que tange à geração de renda e trabalho, a informalidade e a precarização das relações de produção também se reproduzem neste setor, ao lado dos danos sócio-ambientais gerados. Porém, foram identificadas algumas iniciativas pontuais, que sugerem alternativas de gestão ecologicamente mais prudentes do setor no nível local, particularmente os campeonatos.

4.3 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE SURFE

O interesse crescente de uma parcela significativa da população mundial pelo esporte é considerado uma das características mais marcantes do séc. XX. Segundo Bourdieu (1983), as associações esportivas podem ser entendidas como agrupamentos públicos ou privados que

têm por função precípua representar e defender os interesses dos praticantes, ao mesmo tempo em que procuram elaborar e aplicar as normas que regem as suas práticas.

As associações exprimem deste ponto de vista, a pluralidade de motivações, características e objetivos dos diferentes grupos sociais que representam. Reúnem, dessa forma, as condições básicas necessárias para o fortalecimento do viés democrático das práticas desportivas. Por outro lado, muitas vezes elas permanecem subordinadas à lógica empresarial, afastando-se de sua missão constitutiva (TUBINO, 1991).

No caso específico das experiências acumuladas na Ilha de Santa Catarina, segundo Alexandre (1999), as associações de surfe se distinguem como uns dos atores sociais “mais sensíveis aos riscos de degradação socioambiental [sic]” gerados pela política de desenvolvimento regional e urbano instituída. Isto parece decorrer das condições específicas da prática do surfe, que pressupõe o cultivo de um contato o mais intenso e freqüente possível, com os ambientes marinho-costeiros. Considerando-se a relevância do surfe para o atual modelo de desenvolvimento turístico-urbano de Florianópolis, as modalidades de atuação dessas entidades emergem como um item importante de reflexão sobre os conflitos sócio-ambientais que estão sendo enfrentados na Ilha de Santa Catarina atualmente.

4.3.1 A Aproximação com o Movimento Ambientalista

Considerado o ambientalismo uma interação de forças sociais diversas, dadas algumas características que tem marcado as associações em foco, é necessário abordar um aspecto que reforça a percepção de que estas entidades se aproximam deste movimento social mais amplo. Refere-se ao fato da história da prática do surfe ter sido influenciada pelo movimento da contracultura¹², uma das ramificações que deram origem ao movimento ambientalista.

A partir dos anos 1950, a busca de ambientes cada vez mais favoráveis à prática do surfe contribuiu para uma redescoberta do valor das viagens de exploração de regiões pouco conhecidas. Os surfistas passaram, então, a desenvolver um “espírito nômade”, podendo de

¹² Originada nos EUA entre os anos de 1960 e 1970, foi um movimento, fruto do desencantamento com a democracia representativa e um estilo de vida materialista, baseado no consumismo desenfreado. Inclui os movimentos Beatnik, Híppies e Nova Esquerda Estudantil (Outhwaite, William e Bottomore, Tom). Introduzido no Brasil entre o final da década de 1960 e início de 1970, pelas camadas médias das grandes capitais, o fenômeno da contracultura se apresentava como opção de modo de vida alternativa aos modelos de sociedade defendidos naquele momento, tanto pela esquerda militante, quanto pelo regime político e econômico hegemônicos.

alguma forma, ter colaborado para a irrupção do movimento beatnik (KAMPION; BROWN, 2003). Porém, naquele momento, as viagens ainda estavam longe de se constituírem como uma atividade capaz de ser classificada como turística. Havia a indiferença a uma rusticidade decorrente da ausência de qualquer tipo de infra-estrutura urbanizada. Ao contrário, esta condição era bem aceita e geralmente buscada.

Com o crescimento das pressões antrópicas sobre o meio ambiente e a interferência direta na qualidade de vida das populações, expande-se o chamado movimento ambientalista.

Em conseqüência da conscientização da temática ambiental, diferentes segmentos da sociedade passam a internalizar de distintas maneiras o ideário ambientalista. Segundo Viola e Leis (1992), este processo de "ecologização da sociedade" é uma tendência histórica que se estende a todos os países marcados por padrões de vida ocidentais, ainda que a evolução da consciência ambiental dependa das particularidades de cada um.

Até o início da década de 1960, as preocupações ambientais estavam restritas aos meios científicos, tanto em sua vertente preservacionista quanto, mais tarde, em sua vertente conservacionista. As preocupações estavam, portanto, voltadas para a preservação das espécies e do meio natural. Enquanto isso, o questionamento da ordem social e política, permanecia restrito à esfera de atuação dos movimentos de organização trabalhista e construção do socialismo. Durante aquele decênio, começou a emergir uma série de novos movimentos sociais, como o das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos pacifistas e o da contracultura, que passam a se alinhar ao movimento ecológico. A entrada em cena desses diferentes setores modifica, profundamente, o perfil dos movimentos ambientalistas, que se transformam, a partir de então, num movimento "complexo-multissetorial" (VIOLA; LEIS, 1992).

A década de 1960 marca, também, a inauguração do discurso oficial, tomado como base para a urbanização da Ilha de Santa Catarina em direção às praias, consideradas a grande "riqueza" de Florianópolis. Surgem, nesta época, as primeiras ações voltadas para a implantação da atividade que prometia, simultaneamente, o crescimento econômico e a modernização pela via do turismo, considerado uma indústria "limpa" e "adequada" à nova sensibilidade ecológica. Por outro lado, a instalação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina reforçou a disseminação do pensamento ecológico na cidade, através da chegada de intelectuais oriundos de grandes centros urbanos do Brasil e do exterior (CECCA, 1997b; ASSIS, 2000).

Apenas na segunda metade da década de 1980, o movimento irá experimentar significativa expansão, tendo como foco de atuação as questões ligadas ao controle da

poluição urbana e à criação de áreas protegidas. Em resposta ao crescente destaque dado pela sociedade a essa temática, um número cada vez maior de atores sociais passa a incorporar, em suas agendas, a questão ambiental (porém com óticas próprias): o poder público; as empresas; os sindicatos; as organizações de cunho político-ideológico; a comunidade científica; os artistas; os jornalistas; e as organizações estudantis e religiosas, imprimindo assim um caráter complexo, diversificado e controverso ao movimento progressivamente instituído no nível nacional. Neste cenário, emergem as primeiras associações de surfe de Florianópolis.

Não existem dados consistentes sobre o contexto do surgimento do surfe em Florianópolis. Todavia, a versão mais plausível assevera que ele foi introduzido tanto por moradores locais de retorno de viagens de férias, quanto por correntes migratórias. Vale a pena ressaltar que o fenômeno acompanha o processo de transformação da cidade no decorrer dos últimos trinta anos: a expansão urbana; a implantação do turismo; e a formação do movimento ambientalista local.

Um dos relatos disponíveis informa que,

[...] a primeira prancha de surf apareceu na ilha nas mãos de Lúcia Ramos, amiga de Paulo e irmã de Niltinho Ramos. Trazida em uma viagem ao Rio de Janeiro, berço do surf no País, foi a primeira prancha da turma. Como naquele tempo, meados de 1969 existiam poucas pranchas e a dificuldade de consegui-las era enorme. Logo em seguida, nas férias de julho de 1970, Picanha viajou de carro para o Rio de Janeiro com a família. Já no Rio, trocou informações, conversou com surfistas, surfou, e comprou uma prancha, que trouxe amarrada do lado de fora do carro. Íamos no [sic] carro, em cinco, mais a prancha, à praia, caso o carro atolasse teríamos condições de empurrá-lo, pois, com exceção do centro da cidade, as estradas eram de chão batido. Atente-se para as alusões à urbanização ou falta desta (informação disponível em: <<http://www.marcocezar.com.br>>. - COLUNA RADICAL ISLAND, sem data).

Segundo Fantin (2000), a partir da década de 60, Florianópolis começou a acolher outros moradores em busca de novos espaços de realização existencial e de melhor qualidade de vida. Para a autora, “unir o útil ao agradável”, era e ainda é o objetivo de muitos que vieram e que pretendem se instalar na Ilha de Santa Catarina. Dentre os lugares escolhidos pelos antigos e novos habitantes, a Lagoa da Conceição sempre foi um dos preferidos.

Muito antes de começar a ser intensamente explorada pela indústria do turismo, já era lugar de veraneio e passeios das camadas urbanas locais. A região tornou-se, também, um destino de parte das primeiras gerações de praticantes de surfe da cidade. Estas circunstâncias podem ter criado condições de favorecimento à influência mútua entre diferentes grupos

atraídos não só pela qualidade das ondas das praias mais próximas, a Joaquina e a Mole, como também, em torno daquilo que poderiam considerar ser uma vida “alternativa”¹³.

Além disso, a Lagoa da Conceição constituía um importante reduto de comunidades pesqueiras tradicionais. A este respeito, uma entrevista concedida, a um periódico local especializado, por um dos fundadores de uma das primeiras associações de surfe de Florianópolis é sintomática: “quando eu comecei na associação de surf, comecei uma entidade que até então não existia. Fiz questão de fazer uma diretoria com pessoas competentes. Tinha visão de futuro. Começamos a fazer todo um trabalho de ecologia com os pescadores” (JORNAL DROP, 01 jul. 2003).

Havia a procura por um estilo de vida relativamente austero, no que tange aos benefícios oferecidos pela vida urbana, por meio de uma tentativa de aproximação com a natureza, de construção gradual de uma cultura de paz e camaradagem, da adoção de processos produtivos artesanais, de uma alimentação menos industrializada, da resistência ao consumismo, do resgate de tradições espirituais cultivadas no Oriente, dentre outros. Segundo Albuquerque (2001), o culto dos elementos naturais como o ar, o sol, a água, as florestas; do corpo, mediante a dietética; da estética e do lúdico; a valorização da rusticidade do *habitat*; a valorização do trabalho e dos produtos artesanais são tendências sócio-culturais que aparecem no transcurso das décadas de 1960 e 1970.

Essas tendências afirmaram-se em oposição aos saberes e práticas de base científica, associadas ao chamado paradigma cartesiano. Apesar disso, a valorização do rústico e do arcaico não implicava na recusa da técnica. A proposta era integrá-la em busca de um diálogo criativo de saberes. Mesmo que naquele momento, o contingente ainda muito restrito de surfistas, procurasse cultivar um estilo de vida mais simples, paradoxalmente a fabricação de pranchas de surfe já exigia a utilização do poliuretano expandido e da fibra de vidro. Juntamente com as roupas de borracha, que asseguram a proteção contra baixas temperaturas eram inovações tecnológicas altamente sofisticadas naquela época.

Diante dos impactos ecológicos e sociais provocados pelo desenvolvimento urbano-industrial descontrolado, desenvolveu-se no Brasil uma rede associativa interessada na geração de alternativas, baseadas num conceito amplo de sustentabilidade. Segmentos sociais têm reagido de forma cada vez mais organizada, incorporando em suas agendas a questão

¹³ A perspectiva da vida alternativa começa a se construir a partir do princípio da crítica à sociedade de produção em massa, de consumo, à noção de trabalho e produção cultural fundadas pelo capitalismo; críticas aos valores que sustentam o sistema vigente, como a premissa da produtividade, da competição, do conformismo e dos seus subprodutos, entre os quais o individualismo, o egoísmo; crítica à irracionalidade do capitalismo, sistema em que as coisas acabam sendo mais importantes do que as pessoas. (GABEIRA, 1985).

sócio-ambiental, porém, com óticas próprias e, muitas vezes, conflitantes. De forma dissimulada, podem, até mesmo, contribuir para a reprodução dos estilos de vida, incluídos no rol dos condicionantes da crise planetária do meio ambiente.

Neste sentido, há aspectos relativos à prática do surfe que ajudam a compreender o posicionamento, muitas vezes ambivalente, das associações de surfe. Em primeiro lugar, as associações sempre valorizaram a busca da competitividade. Isto se exprime na multiplicação dos torneios e no estímulo à profissionalização dos atletas. Como se ressalta no capítulo anterior, o viés econômico da prática ainda é predominante.

Por outro lado, alguns autores concordam que, apesar de questionarem tabus morais e culturais, presentes nas relações familiares, de gênero e raciais, que sempre oprimiram a humanidade, a contracultura possuía limitações que não permitiam transformações efetivas das relações sociais vigentes no mundo ocidental. Eles identificam que o principal motivo do ceticismo, quanto ao seu caráter transformador, deve-se tanto ao seu viés hedonista e alienado quanto ao fato de não perceberem objetivamente a fome e a miséria como principais contradições do sistema capitalista. Segundo Barros (2004), apesar de no Brasil a contracultura ter sempre sido vista como algo exótico, como uma curiosidade importada dos Estados Unidos, acabou contribuindo para a elaboração da crítica, à ideologia da esquerda tradicional.

Diante desta complexa trajetória do movimento ambientalista, Dupuy (1980) alertava que o capitalismo estava procurando internalizar a questão ambiental, sem colocar realmente em xeque a lógica do sistema. Segundo ele, essa dinâmica já estava em curso, fortalecendo o ponto de vista, segundo o qual a crise sócio-ambiental poderia ser solucionada pela via da inovação científica e tecnológica.

Na fase preparatória da Cúpula da Terra, em 1992, quando se instituiu o Fórum Brasileiro de ONGs, o movimento ambiental brasileiro começa a definir o perfil que mantém até a atualidade. Sua ideologia básica repousa na hipótese de que a superação da crise sócio-ambiental deverá depender da alternância efetiva dos critérios de racionalidade do atual sistema econômico hegemônico.

No bojo de uma tendência de superação gradual da dicotomia preservacionismo-conservacionismo, a questão ambiental passa a incorporar aspectos relacionados à promoção da qualidade de vida no cotidiano. Desta forma, inaugura-se uma nova fase, a partir da categorização de meio ambiente como fornecedor de bens e serviços naturais, não passíveis de apropriação privada e de cujo acesso ninguém pode ser excluído (ar, silêncio, água potável, alimento, abrigo, espaço etc.). Na medida em que deles depende a sobrevivência das

populações, estes bens passam a ser objeto de interesses e disputas, resultando em diferentes propostas de uso e gestão, muitas vezes conflitantes.

4.3.2 Conflitos Sócio-ambientais e Gestão Patrimonial de Recursos Costeiros

Levando-se em conta a diversidade ideológica do ambientalismo, as questões de fundo social não têm sido incorporadas por todos os agentes de forma linear. Em outros termos, ainda que não se possa afirmar que as associações de surfe conseguiram acompanhar o ritmo de convergência dos interesses do movimento ambientalista e dos movimentos sociais tradicionais, ocorreu uma mudança significativa na dinâmica de funcionamento destas organizações. Com a manutenção do viés preservacionista, as associações passam a reivindicar o estatuto de atores sociais, diretamente dependentes dos recursos naturais, e por esta razão com direito ao uso dos mesmos.

Antes de prosseguir, vale a pena mencionar os condicionantes da entrada em cena de novos atores sociais no campo dos conflitos sócio-ambientais, provocando alterações importantes dos seus papéis tradicionais. Trata-se tanto do acirramento das relações de tensão entre interesses coletivos e privados e do fortalecimento dos processos de degradação sócio-ambiental. Ambos são relativos aos modos de apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural, instituídos em diferentes contextos ecossociais. No cerne destas questões encontra-se a persistência de uma lógica orientada por critérios de rentabilidade econômica de curto e médio prazos. Desta forma, condicionam-se os estilos de vida por meio de sistemas produtivos geradores de danos ecológicos e da promoção do consumo supérfluo.

Neste contexto, a noção de apropriação do patrimônio natural e cultural tem sido incorporada a novos modelos analíticos, com a finalidade de ressaltar as relações sistêmicas presentes nos diferentes contextos ecossociais, bem como a necessidade de se preservar as condições de sobrevivência das gerações atuais e futuras. Tais modelos destinam-se à análise de sistemas patrimoniais de gestão sócio-ambiental, caracterizados por uma grande diversidade de visões de mundo e representações dos atores sociais envolvidos e pelo peso das incertezas e controvérsias científicas (VIEIRA; WEBER, 2002).

4.3.3 Novos Atores e Antigas Identidades

As mudanças no modo de funcionamento das associações de surfe começaram a ser percebidas, a partir do momento em que elas passaram a atuar em parceria com outras organizações não-governamentais em alguns fóruns instituídos em Florianópolis após a RIO-92. É válido mencionar a participação do Comitê de Gestão da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição e da Associação de Surfistas do Campeche no conflito relacionado ao plano de urbanização do Campeche, proposto pelo IPUF.

Há indícios que confirmam a existência de uma trajetória de quase três décadas de utilização da orla marítima para a prática do surfe na Ilha de Santa Catarina, num contexto voltado para a implantação do projeto turístico-urbano. Ao mesmo tempo, encontram-se evidências que indicam a presença de uma vertente que dá origem a uma modalidade de “surfe ilhéu”, que dispõe, também, de uma rede de associações correspondentes.

Em várias regiões do planeta, o surfe tem se desenvolvido de forma endógena, apesar do peso exercido pela matriz empresarial, desenvolvida no Sul da Califórnia, no final dos anos de 1950. Tubino (1991) fornece argumentos que permitem considerar a possibilidade de que as atuais práticas recreativas e esportivas podem expressar, mediante processos diferenciados, a dimensão sociocultural da matriz em que se desenvolvem. Alguns exemplos são as regiões da Polinésia, do Pacífico Sul, entre a costa do Peru e a Ilha de Páscoa, onde as raízes étnico-culturais não podem ser negadas. Na Austrália, a prática é considerada uma instituição nacional que se desenvolveu a partir do início do séc. XX, em conjunto com um complexo sistema de instituições voluntárias de salva-vidas marinhos (KAMPION; BROWN, 2003).

No caso da Ilha de Santa Catarina, alguns autores adotam perspectivas convergentes ao atribuírem, à prática do surfe, uma função integrativa e transitória entre a tradição e a modernidade, operada através das gerações jovens, como revelam as seguintes citações:

[...] o surf tem sido outra atividade de sociabilidade e convívio entre os jovens nativos, principalmente os já mais integrados a uma cultura “moderna”. Estes deixam de partilhar espaços masculinos tradicionais, como a venda, e passam a construir sua identidade em torno do “ethos” surfista – as roupas, o uso da motocicleta como meio de transporte, a linguagem, o consumo de maconha etc. Para eles, a relação com o mar deixa de ser uma atividade produtiva ligada à pesca para tornar-se uma atividade lúdica ligada ao surf (MALUF, 1989 *apud* KUHNEN, 2001).

Através dos “papos informais” com os que ia conhecendo, pude verificar como os moradores do bairro, principalmente os adultos, percebiam os surfistas. Estes os viam como bons garotos, e o surfe era um esporte passageiro, que seria deixado na medida em que eles começassem a trabalhar. Esta percepção ficou mais clara a partir de uma conversa com o presidente da Associação dos Moradores do Santinho. Este se dizia preocupado com os jovens do lugar e – freqüentemente – os aconselhava a tomarem cuidado com as drogas, com o sexo (tendo em vista a AIDS) e com a bebida. Como estávamos na época da pesca da Tainha, perguntei-lhe se havia algum problema entre os surfistas e os pescadores, tendo em vista que não era permitido surfar nesta época. Disse-me que os surfistas se davam bem com os pescadores, pois alguns pescadores tinham filhos que surfavam, o que os colocava em contato maior com o esporte, chegando, às vezes, a receber surfistas em suas casas devido às amizades de seus filhos (MARTINS, 1995).

Finalmente, vê-se [sic] entre habitantes da Lagoa situações onde compartilham padrões culturais e experienciam novas possibilidades de convivência. Jovens nativos, filhos de pais também nativos e, nativos, filhos de pais não nativos praticam surf conjuntamente na praia da Barra da Lagoa (KUHNEN, 2001).

Outros trabalhos relativos aos conflitos sócio-ambientais surgidos na Ilha de Santa Catarina, como a obra “Cidade dividida” (FANTIN, 2000), que procura desvelar etnograficamente uma série de disputas em torno do modelo ideal de cidade, não menciona esta prática. Por sua vez, no relatório intitulado “Uma cidade numa Ilha” (CECCA, 1997a), também não se faz nenhuma alusão ao surfe enquanto prática moderna e exótica capaz de contribuir para o desenvolvimento ou para a descaracterização das tradições e costumes de Florianópolis.

A impressão inicial que se pode ter é que, de tão marginal, a prática do surfe sempre passou ao largo de qualquer tipo de mobilização de setores sociais (organizados ou não) com base no reconhecimento de dissensos. Mas esta impressão é ilusória.

As praias constituem espaços de uso comum no Brasil. Por implicação, ainda que toda a Ilha de Santa Catarina esteja incluída em num projeto de desenvolvimento polarizado pelo turismo de massa, existem diferentes modalidades de uso dos recursos ambientais contidos nas zonas costeiras – a exemplo da pesca.

A interação dos praticantes de surfe com as comunidades pesqueiras tem algumas conexões que ainda estão por ser mais bem identificadas. A constante dependência da manutenção de certas condições dos sistemas sócio-ecológicos costeiros localizados nas áreas de mar aberto é o principal elo de aproximação entre as identidades de surfistas e pescadores artesanais. O surfe não pode deixar de ser considerado uma modalidade profissional ou recreativa de atividade náutica, enquanto para o pescador, a navegação marítima é ferramenta tão importante quanto à rede ou o anzol. A organização dos usos do tempo em atividades que podem significar, de formas variadas, a sobrevivência de ambos, ou não, relevados os contextos, em função dos ciclos naturais é outro ponto de referência importante. Estes fatores,

dentre outros já citados, acabaram levando a uma maior convivência e identificação entre os praticantes de ambas as atividades.

Por outro lado, o mesmo fator de aproximação entre surfistas e pescadores - o uso das praias que se estendem do Norte ao Sul da costa oceânica da Ilha de Santa Catarina - tornou-se uma das principais causas de um conflito sócio-ambiental que se estende por toda a costa catarinense. Trata-se da impossibilidade de surfar em lugares tradicionalmente utilizados por pescadores artesanais para a captura da tainha, durante os meses de maio a julho. Pois neste período, geralmente, formam-se as ondas consideradas de melhor qualidade para o surfe. Diversos acordos intermediados por entidades de pescadores e associações de surfe têm demonstrado o esforço de ambas as partes para o estabelecimento de contratos informais de gestão, com a finalidade de administrar as melhores opções de uso do mar, porém, persistem vários obstáculos à superação do conflito.

A questão diz respeito ao desequilíbrio nas correlações de força entre o poder econômico representado pela indústria do turismo do surfe, respectivamente, e entre os setores da imprensa especializada e da sociedade civil, representada pelas associações de pescadores e de surfe locais. É o que assevera o artigo jornalístico, reproduzido em mais de um sítio da *internet*, veículo de comunicação com grande poder de formação de representações sobre a realidade, em razão da grande repercussão que tem entre praticantes de surfe.

Ainda que o artigo indique de forma muito superficial, a importância da pesca da tainha para a sobrevivência das comunidades tradicionais da Ilha de Santa Catarina, na verdade abre espaço para uma defesa intransigente da atividade turística, contribuindo para o acirramento do conflito. Isto fica demonstrado tanto pelo título quanto pela abordagem inicial:

PESCA DA TAINHA EMBAÇA¹⁴ O SURF EM SC - A pesca da tainha nesta época do ano gera um grande problema para os surfistas do Sul do Brasil, principalmente os de Florianópolis, onde há uma lei Municipal que proíbe o esporte em quase todas as praias da Ilha. Points conhecidos pela excelente qualidade das ondas fecham para que ocorra exclusivamente a pesca. (GERINGER, Nancy, 21/05/2001, disponível em: <<http://waves.com.br>, zimbanel.com.br>.).

Tanto a pesca quanto o surfe requerem, de seus praticantes, o desenvolvimento de conhecimentos empíricos a respeito da dinâmica dos fenômenos naturais marinhos e das formas de relacionamento envolvidas. Não se sabe ao certo em que medida parte do sistema de conhecimentos adquiridos historicamente por pescadores artesanais pode ter sido, ou não,

¹⁴ Gíria corrente entre jovens, sinônimo de dificultar.

herdado, aplicado e reelaborado pelas novas gerações de surfistas, formadas, em parte, por descendentes das comunidades costeiras nativas. Face às condições naturais necessárias a sua prática, esta modalidade desportiva desenvolveu um complexo sistema de conhecimentos a respeito do meio ambiente físico e social. Pode-se encontrá-los na forma de registros muitos esparsos, os quais começam a figurar sistematicamente na produção científica que trata da questão sócio-ambiental.

Mesmo assim, é preciso estar atento para os riscos e armadilhas subjacentes aos sentimentos de pertencimento e de identidade, em razão de serem utilizados com outros interesses – como foi sugerido em capítulos anteriores. Além disso, questiona-se o sentido do conceito de “*tribo*”, utilizado geralmente pelos meios de comunicação especializados, os quais podem sugerir a abertura de uma trilha na direção do risco de *uniformização de estilos de vida* (VIEIRA; WEBER, 2002, p. 18), em oposição à manutenção da sócio-diversidade.

Neste sentido, é oportuno mencionar o controverso estatuto atribuído ao surfe, enquanto atividade que desperta um sentimento de harmonia e paz. Não se trata de duvidar desta possibilidade, mas sim, de como esta pode estimular a mitigação de um conflito encoberto sobre o fino manto da “irmandade” e das identidades que “unem” surfistas em torno de interesses comuns. Pode-se constatar um aumento progressivo dos níveis de violência entre praticantes, decorrentes da disputa por ondas de praias muito concorridas. Este fenômeno tem sido cada vez mais debatido pela mídia especializada, porém, sem gerar encaminhamentos concretos para o seu enfrentamento. A gravidade do problema foi confirmada mediante uma entrevista concedida por representantes da instituição governamental responsável pela segurança pública nas praias - o Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.

Trata-se de conflitos que só podem ser adequadamente enfocados num contexto mais amplo, no qual são levadas em conta outras variáveis que, combinadas, resultam no apelo à violência, vista como uma das várias dimensões da crise sócio-ambiental. Ao mesmo tempo, não há como negar que o fenômeno encontra-se, também, associado ao aumento das pressões sobre os ecossistemas costeiros, através de várias modalidades de uso dos recursos ambientais. Considerando-se as reivindicações dos vários atores sociais implicados, depreende-se que as associações de surfe não podem se omitir de uma participação maior na busca de soluções.

Levando-se em conta o escopo limitado deste trabalho, as breves reflexões apresentadas têm como objetivo apenas ampliar o conjunto de variáveis que constituem as circunstâncias que possibilitaram às associações de surfe da região em foco, a atuarem em

conjunto com outras instituições, na condição de detentores do direito de uso dos recursos ambientais costeiros.

No que se segue, são identificadas algumas pistas que conferem legitimidade ao direito de uso pleiteado pelas entidades em pauta. Tais condições são contempladas pelos adeptos do enfoque de ecodesenvolvimento. Eles recomendam que as possíveis terapias para a superação da crise sócio-ambiental passam pela internalização das várias dimensões do meio ambiente, visto enquanto fornecedor de recursos naturais e receptor de dejetos das atividades de produção e consumo, espaço onde se dão as interações entre os processos naturais e sócio-culturais, e infra-estrutura física e sócio-institucional capaz de influenciar as condições gerais, em termos de habitação, trabalho, recreação e auto-realização existenciais.

Em um cenário de escassez de recursos, capazes de assegurar a sobrevivência das várias associações, a única fonte de captação na atualidade, além da contribuição dos associados, é a participação na organização de campeonatos nas condições apresentadas no capítulo anterior. Constata-se que, entendida como via única, esta é uma opção limitada. A capacidade de mobilização de voluntários também não vai além das ações tópicas ou de cunho restrito, já que as campanhas de limpeza das praias, muitas vezes, dependem dos torneios, vistos como principal atrativo e, conseqüentemente, de seu principal patrocinador - a indústria do surfe. Geralmente estas ações, limitadas ao local, repercutem em escala maior apenas na promoção dos patrocinadores, através da construção de uma imagem que reflete um suposto compromisso com a causa sócio-ambiental.

Considerando-se que há um veio sócio-ambiental nas associações, não se pode depender de recursos de um setor econômico que, mesmo diante das taxas de crescimento que alardeia, demonstra estar perseguindo interesses imediatistas, que se sobrepõem, até mesmo, à necessidade de desenvolvimento de um dos seus principais produtos, o competidor, como confirma este trecho de comentário: [...] a maioria das empresas nacionais não investe em contratos de cinco ou dez anos. O negócio é usar enquanto está na crista da onda, depois descartar, não existe sequer um planejamento pós-carreira, se quiser aposentadoria é melhor montar sua escolinha (CONDE, Marcos, 23 dez. 2004, disponível em: <<http://www.waves.com.br>>.).

Existem, atualmente, nove associações distribuídas ao longo da costa de mar aberto da Ilha de Santa Catarina. A ausência de integração horizontal entre as associações de surfe é outra fragilidade que reduz extremamente as suas possibilidades de atuação. Este vácuo é preenchido pela presença da FECASURFE. A participação de uma quantidade cada vez maior de atores sociais nos processos de negociação do uso de recursos patrimoniais, implica em

possibilidades de radicalização do conceito de democracia. Este princípio já é suficiente para demonstrar a importância desta instituição, sobretudo pela função de articulação transescalar, que pode exercer entre os diversos atores que participam dos acordos de gestão.

A FECASURFE participou das negociações que contribuíram para a mitigação do já citado conflito entre pescadores e surfistas. Além disso, ela tem apoiado o trabalho de outras associações sensíveis à questão sócio-ambiental. Todavia, demonstra timidez em relação ao potencial de articulação que possui. Segundo um dos seus próprios fundadores, “tinha que haver uma integração com as próprias associações das praias, unindo assim, os surfistas de diversas praias. Em minha opinião, a Federação está muito preocupada em eventos” (JORNAL DROP, 01/07/2003).

Neste sentido, é necessário estar atento para as fragilidades dos papéis assumidos. Algumas vezes essas organizações, de acordo com Berkes (1995), podem ser categorizadas como “corporações de *stakeholders*”. Sobretudo na relação com instituições governamentais, os interesses de curto prazo de ambos, podem ser assumidos como prioritários. Isto pode ter contribuído para um eventual enfraquecimento do movimento SOS Praia Mole e do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição, no processo de definição da política de desenvolvimento urbano.

Mas Berkes (1995) alerta, ainda, para as possibilidades de geração de efeitos benéficos para as instituições locais. Segundo ele, “a literatura sobre recursos comuns inclui muitos exemplos de como certas formas de envolvimento estatal podem fortalecer ou rejuvenescer instituições comunitárias’. A tabela seguinte descreve de forma sucinta, alguns mecanismos ou processos a serem implantados com a finalidade de melhor preparar instituições de nível local para interações transescalares (QUADRO 1).

Nunca é demais insistir no reconhecimento de que a noção de patrimônio natural e cultural é utilizada na construção de modelos analíticos, com a finalidade de ressaltar as relações sistêmicas presentes em diversos contextos ecossociais. Estes últimos são caracterizados pela multiplicidade de visões de mundo dos atores sociais envolvidos. Dito de outra forma impõe-se a criação de um sistema de monitoramento permanente de uma realidade em constante transformação e plena de surpresas.

QUADRO 1 - Fortalecendo Instituições no Nível Local para Interações Transescalares

Classes de atividades	Exemplos
Legitimação de instituições locais pelo estado	Se os usuários dos recursos possuem o direito de arquitetar suas próprias instituições sem serem desafiados por autoridades externas, eles podem dispor de autonomia para assegurar que as leis sejam cumpridas. Este é o princípio do “reconhecimento mínimo do direito de se organizar”.
Legislação habilitadora	Legislação que torna possível, ou cria as pré-condições legais, neste caso, para o funcionamento eficaz de instituições operando no nível local. A legislação habilitadora pode ser usada para legitimar as regras concebidas localmente; ou também para empoderar, de outras formas, as instituições locais.
Revitalização política e cultural	Resistência à cultura e às forças políticas dominantes; algumas vezes usada para designar as ações mais abrangentes de natureza política e social, mediante as quais o grupo dominante é destituído não apenas em termos formais, mas também ideológicos. Movimentos de revitalização podem estar vinculados ao empoderamento e ao resgate cultural, bem como ao ressurgimento de instituições locais.
Capacitação	A soma de esforços necessários para criar, aumentar, e utilizar as habilidades e capacidades de pessoas e instituições em todos os níveis – nacional, regional, e internacionalmente. Mediante a capacitação não se busca equacionar problemas específicos, mas antes desenvolver as capacidades latentes no âmbito de comunidades, governos e outros tipos de organizações, para que possam resolver com autonomia os seus próprios problemas.
Fortalecimento institucional	Instituições podem ser elaboradas. As instituições locais voltadas para a gestão de recursos comuns podem também surgir espontaneamente, mas isto muitas vezes consome muito tempo. As instituições locais podem ser apoiadas ao longo do tempo tendo em vista a criação de um ambiente favorável capaz de acelerar o seu desenvolvimento. Algumas ONGs tornaram-se especializadas nesse tipo de intervenção.

Fonte: (BERKES, 2002 *apud* VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005, p. 302).

4.3.4 Novos Atores, Novos Níveis de Gestão

As análises de Tubino (1991) e Berkes (1995) convergem, não só na identificação das contradições decorrentes da adoção de um viés centralizador e autoritário na organização social, mas apontam o amplo leque de possibilidades oferecidas pela descentralização dos sistemas de planejamento e gestão. Tubino (1991) também considera a possibilidade de formas coletivas criadas em torno de atividades esportivas desenvolvidas ao ar livre adotarem sistemas organizacionais alternativos.

De certa forma, pelos níveis de envolvimento, formalmente demonstrado pelas associações, nos conflitos em torno da manutenção de algumas condições de sobrevivência dos ecossistemas dos quais dependem, poderia se esperar que a região da Praia da Joaquina estivesse mais degradada. Isto significa que, embora não possa haver objetivos formalmente declarados, níveis informais de relação intermediados por esta e por outras associações podem revelar práticas associadas às questões de cunho sócio-ambiental.

Diante das várias circunstâncias até aqui apresentadas, criaram-se possibilidades para o surgimento de novos atores sociais em torno da prática do surfe. Eles têm assumido algumas funções complementares e criado outras, no contexto das relações destas entidades com os demais segmentos sociais. Ressalte-se a possibilidade de cobertura de algumas lacunas criadas, pela dificuldade das associações de se relacionarem horizontalmente entre si, e pela intermediação vertical operada pela FECASURFE com outras esferas associativas, governamentais e empresariais.

A proximidade entre as datas de fundação da ACSU, APRENDER e Aliança Nativa, pode ser considerada um referencial que permite contextualizá-las no processo conflituoso pelo qual passa Florianópolis. Podem ter surgido em resposta ao processo mais amplo de transformação da Ilha de Santa Catarina, que engloba a prática do surfe ao lado de outros aspectos, como os culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos. Porém, é a participação articulada na concepção e implantação do Projeto Surfe em Unidades de Conservação, que pode ser adotada como um marco de identificação de um processo de transição para configurações mais abrangentes, articuladas e eficazes de atuação sócio-ecológica de sujeitos coletivos.

A partir da horizontalização entre associações, estas promovem simultaneamente uma multiplicação de relacionamentos com diversos segmentos sociais, ao qual estavam, ao menos

formalmente, até então desconectados, operando, também, outros níveis de relacionamento com esferas governamentais e econômicas.

É interessante ressaltar que, entre as principais características destas novas associações, sobressaem-se os níveis de organização jurídica, política, técnica e financeira. Há que se enfatizar que, em parte, são formadas por membros de outras associações. Isto parece demonstrar que tais capacidades já estavam presentes nas diversas formas de associação, e podem ter sido potencializados pelas experiências acumuladas na participação do processo em foco.

Desta forma, vislumbram-se cenários de estreitamento de antigos e produção de novos vínculos, com a finalidade de se alcançarem objetivos comuns, a manutenção de condições básicas de sobrevivência para o conjunto da sociedade da Ilha de Santa Catarina, considerando as possibilidades que a prática do surfe pode oferecer neste processo. No entanto, trata-se de um processo lento e de longo fôlego, que deverá exigir uma substancial capacidade de mobilização das associações.

Neste capítulo, a linha de argumentação indicou que as associações de surfe reforçaram a sua distinção como atores sociais sensíveis aos processos de degradação sócio-ambiental costeira. Inserindo-se no movimento ambientalista, estas organizações têm reivindicado o estatuto de atores sociais, usuários dos recursos naturais não passíveis de apropriação privada, e de cujo acesso ninguém pode ser excluído. No entanto, coadjuvantes e protagonistas no processo de desenvolvimento em foco, algumas vezes atuam alternadamente, mostrando-se ambivalentes. O interesse das entidades na multiplicação dos torneios e o estímulo à profissionalização dos atletas têm favorecido a predominância do viés econômico. Num processo conflitivo, as associações de surfe têm revelado uma tendência de modificação de alguns dos seus papéis tradicionais. Há uma transição para configurações mais abrangentes e articuladas de atuação, através da multiplicação de relacionamentos com diversos segmentos sociais. Em princípio, emergiram sinais de fortalecimento de estratégias mais prudentes, do ponto de vista ecológico na zona costeira. Porém, torna-se necessária uma avaliação mais aprofundada dessas novas tendências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos anteriores foram elencadas evidências que indicam que o atual processo de desenvolvimento socioeconômico da Ilha de Santa Catarina é orientado por um projeto de urbanização que, hegemonicamente, objetiva a exploração turística de uma variada e abundante oferta de recursos naturais. A ocorrência de problemas sócio-ambientais, marcados pela ocupação desordenada dos frágeis ecossistemas costeiros, a redução da biodiversidade, a descaracterização do modo de vida e a marginalização das comunidades locais, entre outras implicações, continua sendo a tônica deste processo.

Em meio às transformações ocorridas, sobretudo na área correspondente ao bairro da Lagoa e às Praias Mole e Joaquina, localizadas na costa centro-leste da Ilha, emergiu, sobretudo nos últimos dez anos, um conjunto de atividades associadas à prática do surfe, articulado ao modelo turístico-urbano vigente. Dessa forma, este estudo tentou elucidar alguns aspectos da complexidade e das interdependências que envolvem o fenômeno em foco, no que tange as implicações sócio-ambientais.

A interface entre a atividade turística e a *indústria do surfe* está em franca expansão em várias regiões do planeta. Isto acontece ao longo de toda a costa brasileira e, também, tem se interiorizado na Amazônia, com a disseminação da prática do surfe na pororoca. É importante destacar que se trata de um fenômeno exposto recentemente, à luz das Ciências Sócio-ambientais, sobre o qual a base teórica ainda é muito incipiente. Sendo assim, evidencia-se neste trabalho o caráter de uma análise preliminar. Por outro lado, agregaram-se dados e idéias ao conjunto das produções acadêmicas já encontradas, inclusive no âmbito da UFSC, sobre algumas temáticas de escopo científico para as quais a prática do surfe tem relevância.

As análises confirmam o imbricamento da prática do surfe na veiculação da imagem da Ilha de Santa Catarina como um “paraíso ecológico”. A seguir estão sintetizadas as principais conclusões alcançadas, relacionadas ao turismo e à urbanização na interface com a prática do surfe – as ações do setor público, as características da *indústria do surfe* e a participação das organizações criadas em torno do surfe, no sistema de gestão dos recursos costeiros locais.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS

O apoio governamental ao desenvolvimento de atividades econômicas relativas à prática do surfe, com a finalidade de consolidação do modelo turístico urbano em curso, foi avaliado como uma estratégia política eficaz. Deste ponto de vista, o principal reflexo desta iniciativa é a atual projeção de Florianópolis no cenário do turismo internacional. Evidenciou-se, também, uma representatividade político-institucional da população de adeptos do surfe na área estudada. Porém, a insistência de vários atores político-institucionais em vincular o aspecto ecológico do surfe ao modelo de desenvolvimento em curso, hegemonicamente, pode ser vista como um efeito de retórica.

A internalização das questões sócio-ambientais pela sociedade tem se refletido na esfera das políticas públicas. Os gestores demonstram estar cada vez mais bem informados sobre a temática. Isto é demonstrado nos discursos mais bem elaborados. No entanto, na interlocução com a sociedade, tais atributos podem funcionar como mecanismos desarticuladores, que dificultam o avanço de processos participativos de gestão e de radicalização da democracia. Expressam resíduos de uma cultura política centralizadora. Por fim, o que ressalta neste processo é a capacidade de atores sociais, que se movimentam em torno da prática do surfe, criar espaço de representatividade político-institucional, o que reforça a tese da importância deste setor econômico para o Município.

Porém, apesar da relevância do surfe para o desenvolvimento turístico-urbano da costa Centro-leste da Ilha de Santa Catarina, as ações das instituições governamentais (estaduais e municipais) não refletem uma preocupação com a exploração de outros espaços de manobra, para uma atividade que pode permitir uma interação maior e alternativa com os ambientes costeiros. Seria o caso da aplicação de políticas públicas de educação ambiental e gestão costeira participativa. Prevalece, portanto, o viés economicista das políticas de fomento.

INDÚSTRIA DO SURFE

Constatou-se que a *indústria do surfe* local representa um elo importante de uma articulação globalizada, que vem se expandindo continuamente. Apesar das evidências empíricas disponíveis, ainda não existe uma base consistente de dados científicos a este

respeito. De certa forma, a capacidade de dinamização econômica deste segmento pode estar sendo negligenciada, ao lado da percepção de suas implicações sócio-ambientais. Sem exceção, todas as atividades econômicas geram custos sociais e ecológicos que devem ser adequadamente avaliados no montante das políticas de intervenção.

Por se tratar de um contexto sistêmico, que se reproduz em escala planetária, as implicações sócio-ambientais do setor do surfe não podem ser analisadas e entendidas de forma isolada. Algumas alterações do meio ambiente não aparecem, imediatamente, aos olhos das comunidades.

Diante do amplo leque de atividades associadas à *indústria do surfe*, optou-se por analisar aquelas que guardam uma relação de interdependência desde a sua origem - a fabricação de pranchas, os eventos competitivos, o segmento de *surfwear* e os meios de comunicação de massa.

No que tange à interface com o turismo, constatou-se que a informalidade e a precarização das relações de produção se reproduzem neste setor. Para além do caso mais evidente da fabricação de pranchas, as demais atividades em análise também apresentam conseqüências negativas, embora em diferentes escalas e intensidades. Ainda que tenham sido identificadas algumas iniciativas pontuais, que podem contribuir para a mitigação de problemas sócio-ambientais analisada em seu conjunto, pode-se considerar que predominam as diretrizes da economia convencional no segmento da *indústria do surfe*. Os custos sócio-ambientais, por mais vultosos que sejam, continuam sendo tratados como efeitos externos, repassados para a população em geral, para o meio ambiente e para as gerações futuras.

ASSOCIAÇÕES DE SURFE

As associações de surfe reforçaram o seu papel de atores sociais sensíveis aos processos de degradação sócio-ambiental costeira. O perfil de atuação destas organizações acompanha a trajetória de evolução do movimento ambientalista multissetorializado. Na sua origem, algumas delas inspiraram-se na contracultura dos anos de 60 - uma das condicionantes do surgimento do ambientalismo.

Mantendo um viés ainda preservacionista, estas organizações têm reivindicado o estatuto de atores sociais usuários dos recursos naturais, não passíveis de apropriação privada e de cujo acesso ninguém pode ser excluído (ar, água potável, alimento, abrigo etc.). Além

disso, atuam em parceria com outras organizações não-governamentais. No entanto, considerando-se o perfil "complexo-multissetorial" do movimento ambientalista, as associações são coadjuvantes e protagonistas dos processos de desenvolvimento em foco. Algumas vezes, suas ações são ambivalentes. O interesse das entidades na multiplicação dos torneios e o estímulo à profissionalização dos atletas têm favorecido a predominância do viés econômico que, atualmente, caracteriza a prática do surfe.

Num processo conflitivo, as associações de surfe revelam, também, uma tendência de modificação de alguns dos seus papéis. Esta tendência tem sido condicionada pelo acirramento das relações de tensão entre interesses coletivos e privados e pelo fortalecimento dos processos de degradação sócio-ambiental. Estes fatores são relativos aos modos de apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural instituídos na zona costeira.

Percebe-se, além disso, uma transição para configurações mais abrangentes e melhor coordenadas de atuação, implicando a horizontalização das relações entre associações e a multiplicação de parcerias com outros segmentos sociais, até então, desconectadas de suas áreas de influência. Tem contribuído, para tanto, as associações recém-formadas por membros egressos de outras, através da valorização das experiências acumuladas, com ênfase na capacitação jurídica, política e técnica. Isto cria, inclusive, novas possibilidades de captação de recursos, refletindo-se na criação de estratégias de codesenvolvimento na zona costeira.

SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO

No decorrer deste trabalho surgiram idéias que podem contribuir para a elaboração de novos projetos de pesquisa sobre a temática em foco. Já existem iniciativas avaliadas como sócio-ambientalmente viáveis e idéias que devem ser ainda testadas, em termos de viabilidade.

Um melhor aproveitamento dos espaços de representação político-institucional deverá adquirir uma importância fundamental daqui em diante. Trata-se de intensificar a conscientização da sociedade sobre os condicionantes da crise do meio-ambiente, como parte da construção de sistemas políticos mais participativos e da escolha de representantes efetivamente comprometidos com os interesses mais amplos da sociedade. A elaboração de um Plano Diretor abrangente, acoplado a um sistema de gerenciamento costeiro integrado em

diversos níveis, continua sendo imprescindível ao equacionamento dos problemas que foram identificados neste trabalho.

Por sua vez, a *indústria do surfe* não pode continuar negligenciando a pesquisa de sistemas produtivos sócio-ambientalmente responsáveis. A promoção de campeonatos necessita uma avaliação mais aprofundada, tendo em vista a promoção de um estilo de desenvolvimento com características endógenas.

Para além dos papéis que podem representar em processos participativos de gerenciamento de recursos naturais costeiros, relevada a escala de atuação, as associações podem se converter em importantes espaços de convívio, também destinados, a uma quantidade maior de práticas coletivas, de acordo com as peculiaridades de cada uma.

Os diversos modelos de sociedade derivam das relações entre seres humanos e o meio ambiente, que ao continuarem a assumir formas múltiplas no tempo e espaço, podem resultar em melhores padrões de qualidade de vida para as populações. Sendo assim, sobretudo em razão das lacunas de conhecimento sobre o tema, não se pode descartar a potencialidade da prática do surfe e de pelas atividades à sua volta convertam-se em um efetivo vetor de sustentabilidade para o desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ABES/CREA-SC. **Diagnóstico Ambiental Preliminar da Lagoa da Conceição**. Florianópolis: CREA-SC, 2000.

ACIOLI, Lívia. **Esporte de Massa – SURFE**. Disponível em: <<http://www.waves.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2002.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto. **Oriente**: Fonte de uma Geografia Imaginária. In: Revista de estudos da religião, nº. 3, 2001. São Paulo: PUC/SP.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Gestão de conflitos sócio-ambientais no litoral sul do Brasil**: estudo de representações sociais dos riscos envolvidos no projeto de construção do Porto da Barra, na Ilha de Santa Catarina, no período de 1995-1999. 1999. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1999.

ALIER, Juan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

ALMA SURF. **Revista**, ano 4, ed. 23, set./out. 2004. São Paulo, 2004.

ANCAPITAL. **Praia da Joaquina**. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/ancapital/1999/jan/11/1ger.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2006.

_____. **Entrevista com Espiridião Amim**. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/ancapital/2000/fev/24>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

ÁRIAS, Marcello; MONCORVO, Belanízia; ARAÑA, Francisco. A história do surf em Santos. **Caderno Semes**, v. 3. Secretaria Municipal de Esportes de Santos, 2004.

ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da pacata Florianópolis em capital turística**. 2000. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2000.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A contracultura na América do Sol. In: **Memória Viva**. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.digi.com.br>>. Acesso em: jul. 2004.

BERKES, Friket. Conexões institucionais transescalares. In: VIEIRA, Paulo; BERKES, Friket; SEIXAS, Cristiana. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco/APED, 1995.

BNDES/FUJB. **Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande**. Segunda Reunião de Trabalho: Propostas e Contribuições. BNDES/FUJB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história, a incrível saga de um país**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CÂMARA, Maurício Ruiz. **O turismo no litoral de Santa Catarina: tensões, conflitos e reorganização espacial**. 2001. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A ação em rede para a implementação de políticas e programas sociais públicos**. Artigo - responsável pela informação: Rits – Redes. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_abr2003.cfm2003>. Acesso em: 19 mar. 2003.

CECCA – Centro de Estudos da Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais na Ilha de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis, Insular/CECCA, 1997a.

_____. **Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina – Caracterização e Legislação**. Florianópolis: Insular, 1997b.

COLEMAN, Stuart Holmes. **Eddie Would Go: A história de Eddie Aikau, Herói havaiano**. São Paulo: Gaia, 2004.

CORBETE JUNIOR, Osvaldo Infante. **A indústria do surfe no Brasil**. Santo André, Caderno UniABC de Administração e Marketing, ano III, n.º. 01/2001.

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUPUY, J. P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Desporte y ocio en el proceso de la civilización**. México: Ed. Fondo Cultura Economica, 1995.

FABIANO, Roberto Bruno. **Conflitos sócio-ambientais e gestão integrada e sustentável de recursos pesqueiros**. Estudo de caso sobre a atividade de carcinicultura na área da Lagoa de Ibiraquera/SC. Florianópolis, 2004. Dissertação. UFSC.

FANTIN, Márcia. Cidade dividida. Florianópolis, ed. Futura, 2000.

FERREIRA, Francisco Antonio Carneiro. **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina – estudo de caso do Projeto Jurerê Internacional**. 1992. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1992.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Formação técnica para o ecodesenvolvimento: uma avaliação do ensino técnico agrícola em Santa Catarina no período 1992-2002**. 2003. 197fl. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2003.

FRAGOSO, M. **Surfe de peito**. Disponível em: <[http://_www.surfedepeito.com.br](http://www.surfedepeito.com.br)>. Acesso em: 28 mar. 2006.

FRANK, Beate. **Projeto Marca D'água, Relatórios Preliminares**. A Bacia da Lagoa da Conceição, Santa Catarina. Instituto de Pesquisas Ambientais. Universidade Regional de Blumenau, jul. 2002.

GABEIRA, Fernando. **Vida Alternativa – Uma Revolução do Dia a Dia**. Porto Alegre: LPM, 1985.

GERINGER, Nancy. **Pesca da Tainha Embaça o Surf em SC**. Disponível em: <<http://waves.com.br>, <zimbanet.com.br>. Acesso em: 21 maio 2001.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire H.; WEBER, Jacques (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002. p. 201-266.

GORAYEB, Marco Antonio. **O surfista como ator no processo de construção da sustentabilidade: uma proposta participativa**. 2003. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2003.

GRIJÓ, Paulo Eduardo Antunes. **Alternativas de recuperação dos resíduos sólidos gerados na produção de pranchas de surfe**. 2004. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2004.

GUERINI, Eduardo. **Metropolização e impactos sócio-ambientais em Florianópolis** (1986-1996). 107fl. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2000.

GUIA FLORIPA. **Lagoa da Conceição.** Disponível em: <<http://guiafloripa.com.br/turismo/lagoa/>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

GUTEMBERG, Alex. **A história do surf no Brasil.** São Paulo: Grupo Fluir, Editora Azul, 1989.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

INFORMATIVO ALIANÇA NATIVA, 2003. Disponível em: <<http://www.aliancanativa.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2006.

JORNAL DROP, ed. 36, 01 jul. 2003. Florianópolis-SC.

JORNAL A NOTÍCIA, 20 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.an.uol.com.br/ancapital/>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

JORNAL A NOTÍCIA, 8 out. 2003. Disponível em: <<http://www.an.uol.com.br/ancapital/>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

JORNAL A NOTÍCIA, 12 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.an.uol.com.br/ancapital/>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

JORNAL A NOTÍCIA, 7 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.an.uol.com.br/ancapital/>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

JORNAL ANCAPITAL, 26 out. 2003. Disponível em: <<http://www.an.uol.com.br/ancapital/>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

JORNAL SURFE EXPRESS 2003. Disponível em: <<http://www.surfexpress.com.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2005.

JUVÊNCIO, José de Fátima. **Abordagem ergonômica e aptidão física de trabalhadores do setor informal em Florianópolis:** estudo multicasos dos fabricantes de pranchas de surfe. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

KAMPION, Drew; BROWN, Bruce. **Uma história da cultura do surf.** Lisboa: Editora Evergreen, 2003.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

KUHNEN, Ariane. **Representações sociais de meio ambiente estudo das transformações, apropriações e modos de vida na Lagoa da Conceição** - Florianópolis/SC. 2001. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

LUPATINI, Márcio Paschoino. **As transformações produtivas na indústria têxtil - vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão de trabalho industrial.** 2004. Dissertação. Universidade de Campinas – São Paulo. Campinas, 2004.

MARCON, Maria Terezinha de Resenes. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado.** 2000. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2000.

MARTINS, João Batista. **Marolas Antropológicas: identidades em mudança na Praia do Santinho.** 1995. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1995.

MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **Limites do crescimento** – um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MINGORI, Jussara. **O desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina: dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo sustentável: a análise do Projeto Ambiente Sul.** 2001. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2001.

MUDAT, Julio Eduardo. **Análise dos conflitos ambientais na Praia Mole,** Florianópolis, SC, Brasil. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2003.

NMD – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC. **Ecodesenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~nmd/>>. Acesso em: 28 set. 2004.

OLIVEIRA, O. **Movimento Campeche Qualidade de Vida.** Diagnóstico do Plano comunitário da Planície do Campeche. Proposta para um Desenvolvimento sustentável. Florianópolis: 2003.

ORLANDO, Ana Maria. **O comitê de gerenciamento da Lagoa da Conceição:** gestão de recursos hídricos ou gestão costeira? Município de Florianópolis (SC) Brasil. 2001. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2001.

ORTH, Dora (coord.). **Catálogo de Mapas Digitais da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, LABCIG, 2000.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: 2005.

PORTILLO, Fátima. Consumo "verde", democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo. **Methodus, revista científica e cultural**, ano 2, nº 2, ago./dez. 1999. Rio de Janeiro: Faculdade Estácio de Sá, 1999.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1998.

REVISTA FLUIR, ano 16, nº. 7, ed. 177, jul./2000. São Paulo: Ed. Peixes, 2000.

_____, ano 17, nº. 1, ed 183, jan./2001. São Paulo: Ed. Peixes, 2001.

_____. **Especial Viagens**, ano 22, nº. 5, ed. 235, maio/2005. São Paulo: Ed. Peixes, 2005a.

_____, ano 22, nº. 6, ed. 236, jun./2005. São Paulo: Ed. Peixes, 2005b.

_____, ano 22, nº. 10, ed. 240, out./2005. São Paulo: Ed. Peixes, 2005c.

REVISTA HARDCORE, ano 16, nº. 194, out./2005. São Paulo: Editora Nalu, 2005.

REVISTA INSIDE, nº 43. Florianópolis: Editora Inside, 1992, p. 65.

REVISTA INSIDE, ano 11, nº. 89. Florianópolis: Editora Inside, 1995.

REVISTA TÊXTIL - Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) – ed. out/2002.

REVISTA VOCÊ S/A, jul. 2002. ed. 49. São Paulo: Editora Abril, 2002.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar:** pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Rona, 2000.

RIBEIRO, Maurício Andrés; COURA, Márcia Fernandes. A importância da gestão integrada costeira e marinha no controle de impactos sócio-ambientais e seus aportes para o fomento do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: VIEIRA, P. F. (org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe**. Florianópolis: APED, 2003.

ROCHA, Luciana Sandrini. **Florianópolis: turismo e produção do espaço urbano**. 2001. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2001.

ROSA, César Cancian Dalla. **Ondas de lazer: o surf e a indústria do lazer em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2001.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Ed. Vértice, 1986a.

_____. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Vértice, 1986b.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – FUNDAP, 1993.

SOUZA, Ana Maria Alves de. **Evoluindo: mulheres surfistas na Praia Mole e na Barra da Lagoa**. 2003. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2003.

STEINMAN, Joel. **Surf & saúde**. Florianópolis: Editora TAO, 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 1991.

VASSALLO, Simone P. Anarquismo, igualitarismo e libertação: o jogo da capoeira em Paris. **27 Encontro Anual Anpocs**. Caxambu, RS: 2003.

VIANA, Nathália. Plano diretor. **Jornal A NOTÍCIA**, 12 dez. 2002, Florianópolis – SC.

VIEIRA, Paulo Henrique F. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.), **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Cortez, Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 1995a.

_____. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIEIRA, Paulo Freire. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo/Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995b.

_____. Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis, APED, 1998.

_____. **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe**. Florianópolis: APED, 2003.

VIEIRA, Paulo Freire H.; WEBER, Jacques (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002. p. 201-266.

VIEIRA, Paulo Freire H.; RIBEIRO, Maurício (orgs.). **Ecologia Humana, ética e educação: A mensagem de Pierre Dansereau**. Florianópolis: APED; Porto Alegre: Pallotti, 1999.

VIEIRA, Paulo; BERKES, Friket; SEIXAS, Cristiana. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor Ricardo. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992. p. 73-102.

VIOLA, Eduardo. O Ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIEIRA, Eduardo. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo/Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995.

WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, Paulo Freire H.; WEBER, Jacques (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios da pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

www.360graus.terra.com.br/ecologia

www.adrenalimitz.com.br

www.aliançanativa.org.br

www.ambientebrasil.com.br

www.an.uol.com.br/ancapital
www.aprender.org.br
www.bc.ufsc.br
www.bdt.fat.org.br/workshop/costa/sul/sul
www.billabong.com
www.caiuaficha.com.br/sociologia
www.castelobranco.br
www.csonline.ujjf.br
www.delivros.com.br
www.ecosurf.com.br
www.efdeportes.com
www.estado.estadao.com.br/editoriais
www.fecasurf.com.br
www.fico.com.br
www.fpsurf.com.br
www.furg.br
www.hangloose.com.br
www.ibest.estadao.com.br
www.lazer.eefd.ufrj.br
www.longboard.com.br/entrevistas/entrevista_tito.htm
www.mormaii.com.br
www.multirio.rj.gov.br/cime
www.observatoriodaimprensa.br
www.oradical.com.br
www.quicksilver.com
www.ripcurl.com
www.tcsurf.com
www.tropicalbrasil.com.br
www.scielo.br
www.supersurf.abril.com.br
www.surfcore.com.br
www.surfedepeito.com.br
www.surfexpress.com.br
www.surffeminino.com.br

www.surfingaustralia.com
www.surfline.com
www.surfpro.com.br
www.surfrider
www.terra.com.br/guiadepraias/vendas
www.therealsurfer.sites.uol.com.br
www.ubatubasurfcam.com.br
www.uerj.br
www.ufes.br/lesef/textos
www.ugf.br/mdedfis
www.unimontes.br
www.usp.br/eef/esporte/geppse
www.waves.com.br
www.zimbanet.com.br
www.uol.com.br/trip